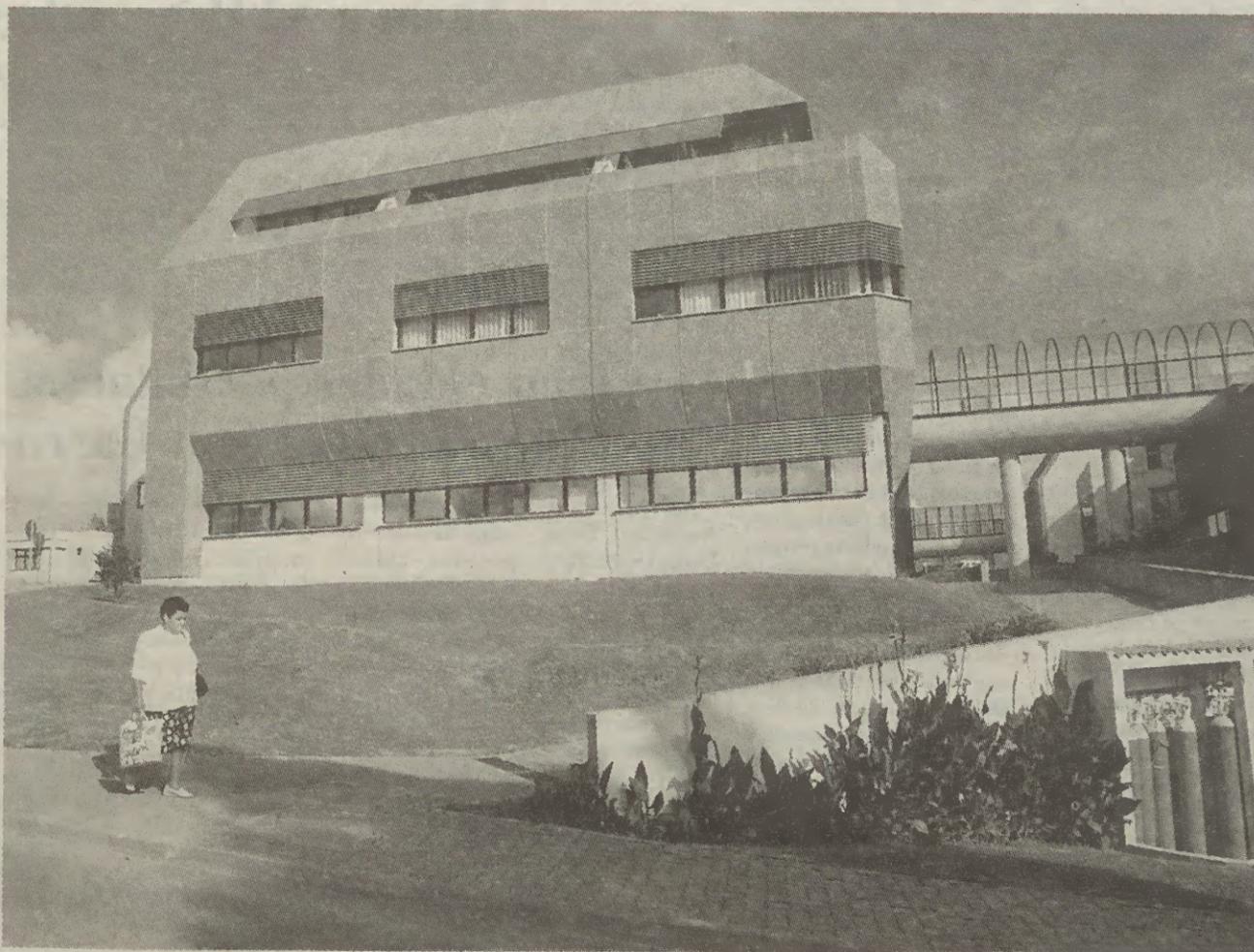


Inovação à moda antiga

Tagus Jurassic Park

No Instituto de Soldadura e Qualidade, o primeiro a instalar-se no Taguspark, os trabalhadores não têm garantidos direitos essenciais. Ao «Avante!» o presidente da sociedade



que gere o Parque de Ciência de Tecnologia confirmou que para aprovação dos projectos não são considerados critérios de ordem social ou laboral. .

Centrais

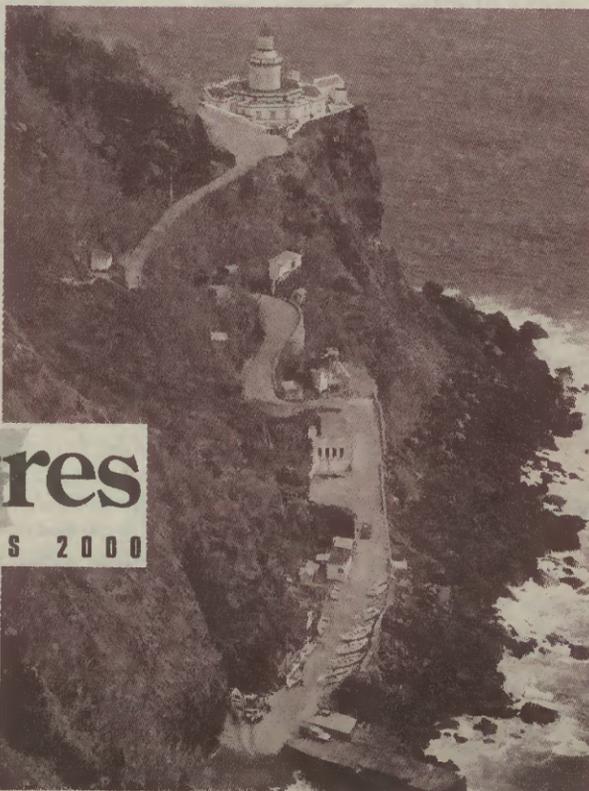
Carlos Carvalhas visita os Açores

Págs. 5 e 6

na apresentação das listas da CDU

Um voto contra o poder absoluto

acores
REGIONAIS 2000

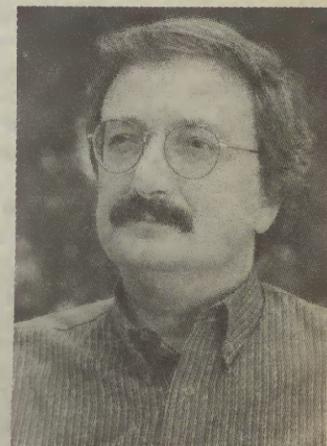


Hoje, às 18 horas

Declaração da candidatura do PCP

Pág. 21

Carlos Carvalhas estará presente na apresentação da candidatura de António Abreu



Mulheres Comunistas

O Governo sem máscara

«Ao extinguir o cargo de ministra para a Igualdade, o Governo deixa cair a máscara!», acusa a Organização das Mulheres Comunistas. A OMC apela para que as mulheres e as suas organizações reforcem a luta na defesa dos seus direitos.

Pág. 24

15.º Festival é em Argel

Espelho das lutas juvenis

O 15.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes levanta a bandeira contra o imperialismo, desta vez em Argel, em Julho do próximo ano. Margarida Botelho, dirigente da JCP, fala dos objectivos da iniciativa e das lutas dos jovens.

Pág. 18

Eleições no Peru

Tempos incertos

A surpresa provocada pela decisão de Fujimori, envolvido num escândalo de corrupção, de convocar eleições antecipadas sem renunciar ao mandato deu lugar à preocupação. No Peru fala-se de «golpe de Estado técnico».

Pág. 16

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ºA - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

**GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU**
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Listas CDU são apresentadas nos Açores

Resumo

13 Quarta-feira

Dezenas de operários com salários em atraso da empresa de Têxteis SeporCentro bloqueiam a saída de três camiões Tir, exigindo a actualização dos salários ● São detidas em Espanha cerca de vinte pessoas membros da Euskal Herritarrok, acusados de pertencerem à cúpula política da ETA ● Ao mesmo tempo o Tribunal da Relação de Paris autoriza o executivo francês a extraditar para Espanha Javier Arizcuren-Ruiz, antigo chefe da ETA Militar e acusado dum atentado contra o rei de Espanha em 1995 ● Um carro armadilhado explode no parque subterrâneo da Bolsa de Jacarta, Indonésia, num atentado que provoca a morte de dez pessoas.

14 Quinta-feira

Carlos Carvalhas participa na abertura da pré-campanha para as eleições legislativas nos Açores, numa visita de dois dias ● Tomam posse no Palácio da Ajuda os novos membros do Governo «remodelado» ● Ao mesmo tempo, Paulo Portas, em conferência de imprensa, desafia o Governo a apresentar no Parlamento uma moção de confiança ● Fernando Rosas, candidato do Bloco de Esquerda às eleições presidenciais, defende uma saída de Portugal da Nato ● É executado na China o antigo vice-presidente do Parlamento chinês, Cheng Kejie, condenado por corrupção e contrabando ● É atribuído à ETA mais um atentado, cuja vítima, José Ramón Recalde, um antigo conselheiro do governo basco, se encontra fora de perigo.

15 Sexta-feira

É acesa em Sydney a Chama Olímpica, abrindo assim mais uma edição dos Jogos Olímpicos ● É inaugurado o novo aeroporto da Madeira, onde Jorge Sampaio apela à negociação entre os partidos políticos a fim da viabilização do OE ● Ao mesmo tempo Durão Barroso apresenta no Parlamento uma moção de censura ao Governo ● A Comissão Europeia divulga um documento considerando que o primeiro ano de mandato de Romano Prodi obteve «globalmente, resultados mais que honoráveis» ● Realiza-se a cerimónia de tomada de posse dos novos 1030 oficiais de justiça, onde António Costa, ministro da Justiça, anuncia um «aumento significativo de meios» para o seu ministério.

16 Sábado

Tem início no Funchal o Congresso dos emigrantes

madeirenses, onde Alberto João Jardim pede ao Presidente da República um aumento do poder legislativo para a Região Autónoma ● Durante uma visita dos reis de Espanha, do primeiro-ministro espanhol e do chanceler alemão à localidade de Hernani, no País Basco, a polícia descobre oito granadas armadilhadas ● O exército filipino lança uma ofensiva contra os rebeldes da guerrilha de Abu Sayyaf, pondo fim assim às negociações ● O Presidente francês, Jacques Chirac, demonstra a sua preocupação pelos dois jornalistas franceses reféns do grupo rebelde filipino.

17 Domingo

O ministro da Defesa indonésio defende que a população de Timor-Leste quer voltar a ser governada por Jacarta, acusando vários países de terem reprimido a vontade popular timorense ● O presidente peruano Alberto Fujimori anuncia a renúncia ao seu terceiro mandato e a convocação de novas eleições depois da divulgação de imagens do chefe do Serviço de Inteligência Nacional a subornar um deputado da oposição ● São detidos no Sul de França mais seis activistas da ETA.

18 Segunda-feira

Numa cerimónia no Palácio da Ajuda, Jorge Sampaio dá posse a 22 secretários de Estado ● O presidente filipino recusa um cessar-fogo pedido por França e proposto pela guerrilha de Abu Sayyaf ● A polícia espanhola prende quatro extremistas de direita anti-separatistas em Madrid, acusados de manuseamento de explosivos e de preparar actos de violência contra simpatizantes da ETA ● Em Espanha, agricultores e camionistas bloqueiam o acesso a quatro grandes depósitos petrolíferos, numa manifestação contra o aumento dos combustíveis.

19 Terça-feira

Portugal recebe a primeira medalha dos Jogos Olímpicos de Sydney, com Nuno Delgado a conquistar o bronze na modalidade de Judo ● Otávio Teixeira, líder parlamentar do PCP afirma que o PCP vai abster-se na moção de censura contra o governo, considerando que o Orçamento de Estado de 2001 irá ser a verdadeira censura ao Governo ● A CDU de Sintra alerta para as más condições do ensino pré-escolar no concelho, anunciando que estão a decorrer obras nas salas de aula enquanto as crianças ficam nos refeitórios e recreios.

Aconteceu

Jogos Olímpicos em Sydney

Começou em Sydney, na Austrália, a XXVII Olimpíada da idade moderna, mundialmente conhecida como Jogos Olímpicos. A cidade australiana de Sydney é a anfitriã destes últimos Jogos Olímpicos do milénio, não deixando por

mãos alheias o crédito da tradicional espectacularidade que tem caracterizado a abertura oficial dos Jogos. Encenada no novo Estádio expressamente construído para as actividades principais dos Jogos (e que bate os de anteriores edições



em dimensão e modernidade, com os seus 110 mil lugares), a cerimónia causou a primeira surpresa quando a campeã mundial Cathy Freeman, de etnia aborígene, transportou o facho e acendeu a chama olímpica num espectacular

efeito em que a chama parecia ter incendiado a água. Seguiram-se grandiosas coreografias alusivas à Austrália e às suas paisagens humanas e naturais, num espectáculo que se foi alargando para efeitos e imagens de fraternidade universal, como

é apanágio e filosofia dos Jogos. Uma referência ao destaque dado a Timor Lorosac, cuja representação desfilou sob a bandeira olímpica e foi entusiasticamente aplaudida pela enorme multidão que enchia completamente o recinto.

Abriu a XVII Seixaliada

Começou no passado sábado a XVII edição da Seixaliada, iniciativa desportiva de grande envergadura promovida há 17 anos pelo município do Seixal, que terminará no próximo dia 8 de Outubro com uma grande festa de encerramento. Trata-se de uma grande festa do desporto popular, onde pontificam a prática e a competição de modalidades tão diversas como o basquetebol, o xadrez ou o futebol de 5, além de envolver toda a população em festividades e convívio de grande sucesso. A abertura destes jogos apresentou um grande

espectáculo tendo por base a música, a dança e as exhibições e demonstrações desportivas. O momento desportivo da cerimónia de abertura foi particularmente espectacular, com a apresentação de 12 quadros relativos a temas seleccionados pela organização: formação das bandeiras, coreografia dos porta-bandeiras, entrada dos logotipos das modalidades com coreografias realizadas por bailarinos e idosos do Concelho, actuação de minitrampolins, demonstrações de aeróbica e de artes marciais com música oriental.

Cinco cidades portuguesas no «Dia Europeu sem Carros»

As cidades de Aveiro, Beja, Évora, Leiria, Lisboa, Porto e Sintra aderiram ao «Dia Europeu sem Carros», que ocorre amanhã, sexta-feira dia 22 de Setembro, em diversas cidades da União Europeia e tendo por denominador comum a não utilização de automó-

veis particulares em vastas áreas das respectivas cidades envolvidas na iniciativa. Os centros históricos são as zonas interditadas ao trânsito automóvel em todas as cidades envolvidas, estendendo-se a interdição para áreas mais ou menos vastas,

conforme a decisão de cada cidade envolvida. Trata-se de uma iniciativa com o objectivo de sensibilizar as populações para as questões ambientais, nomeadamente a necessidade da diminuição de emissões tóxicas nas cidades, o que implica uma

crescente utilização dos transportes públicos em detrimento do transporte pessoal. Neste dia, os cidadãos são incentivados a deslocar-se não apenas nos transportes colectivos como noutros também alternativos e bem saudáveis, como a bicicleta. Entretanto,

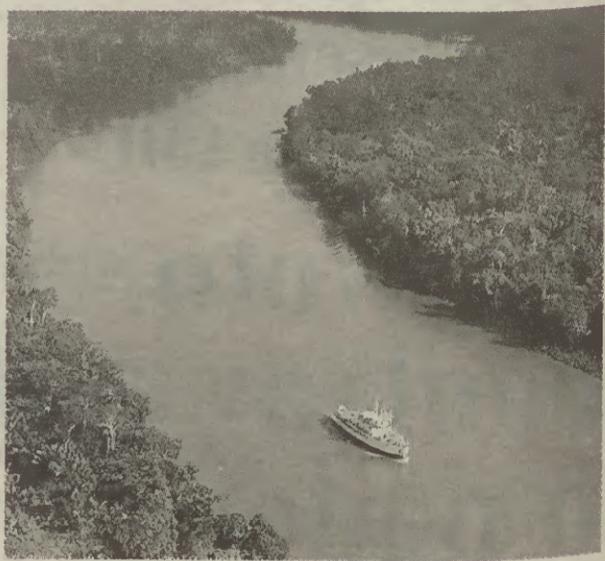


vão ser realizadas medições de ruído e de emissão de gases para a atmosfera que permitirão, por comparação com os outros dias, avaliar o impacto positivo desta iniciativa.

Brasil estuda «negociação» do seu património natural

Segundo o *Público*, o Governo brasileiro espera ter contabilizado até ao ano 2002 o valor económico do património natural do país através de um estudo que está a ser feito pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), utilizando métodos de avaliação semelhantes aos usados pelo economista Robert Constanza para calcular o valor do património ambiental de todo o planeta. O objectivo a longo prazo será obter dos países desenvolvidos contrapartidas pela preservação ambiental a levar a cabo pelos países que ainda tenham reservas ambientais importantes. Essas contrapartidas poderiam assumir a forma de perdão das dívidas externas, em troca do trabalho de preservação e, para já, o Brasil avalia o seu património natural em 940 mil milhões de contos. Entretanto, a aplicação mais imediata do trabalho que está a ser realizado pelo IBAMA seria a obtenção de um instrumento para calcular multas e indemnizações por acidentes ou crimes ambientais mas, segundo Moacir Arruda, coordenador de conservação de ecossistemas deste Instituto, a principal

vantagem é a atrás anunciada, assinalando: «Conservar custa dinheiro e os países desenvolvidos sabem disso - tanto que já destruíram o que tinham.»



Ofensiva nas Filipinas contra rebeldes islâmicos

O Governo filipino ordenou uma ofensiva em larga escala contra o bando de rebeldes islâmicos liderado por Abu Sayyaf que há meses mantém em seu poder 19 reféns,

incluindo seis estrangeiros, dos quais dois são jornalistas franceses e um norte-americano. A ofensiva em grande escala ordenada pelo governo de Manila desenrola-se na ilha de

Jolo, base dos rebeldes e que é habitada maioritariamente por muçulmanos, tendo já provocado a morte de 10 rebeldes e de quatro civis apanhados no tiroteio entre as forças armadas

filipinas e 50 rebeldes. A ofensiva envolve 4000 soldados apoiados por veículos armados, bombardeiros e helicópteros, enquanto a ilha está a ser sujeita a um bloqueio naval,

na tentativa de evitar qualquer fuga de rebeldes. Continua sem se saber a situação dos reféns, supondo-se que estão a ser levados pelos rebeldes em fuga.

Crónica Internacional

• Domingos Lopes

O mundo e Timor em Sydney

Os olhos do mundo, os dez mil milhões de olhos humanos, quase todos, viraram-se para Sidney para admirar aquelas e aqueles que num assombro de força, destreza e inteligência suplantam tudo e todos. Af estão os Jogos Olímpicos, no país-ilha que é quase um continente, onde o sol nasce e que fica ao rés de Timor.

O mundo, na sua mais completa diversidade, joga em Sidney o que devia ser a verdadeira competição entre os países, os povos e os indivíduos: a competição pacífica. Sidney transformou-se assim numa espécie de Nações Unidas do Desporto, em que os atletas de todo o mundo mostram os seus argumentos no campo exclusivo da competição.

Há países que concorrem em Sidney, mas agem para serem os senhores do mundo

Cada atleta carrega em si no momento da vitória a catarse nacional, a superação colectiva de um povo inteiro. É uma afirmação de orgulho nacional entre os países.

Apesar das diferentes condições socioeconómicas dos diferentes países, há sempre um real sentimento de que não são os mais poderosos que vencem sempre. Pequenos países como Cuba, Jamaica, Dinamarca, Bélgica, Portugal e outros; países pobres como a Etiópia, Quênia podem vencer medalhas. E nestes Jogos Olímpicos há pela primeira vez atletas de Timor-Leste, quatro atletas que apesar da destruição em que se encontra o seu país, desfilarão e vão competir. Que podem ganhar? Já ganharam o direito a estarem presentes, a serem considerados uma nação. E ninguém deve esquecer que para

que assim fosse, muito sangue foi preciso derramar, e ainda está a ser derramado.

Timor-Leste tem como vizinho essa poderosa nação que é a Austrália, onde se

desenrolam os Jogos Olímpicos. E nunca é de mais recordar que apesar dos Jogos Olímpicos e da presença de Timor-Leste em Sidney, o ministro da Defesa da Indonésia, Mohammad Mahfud Mohmodim, defendeu há dias, precisamente no dia 17 deste mês, que Timor-Leste quer voltar a ser governado por Jacarta. E para justificar os assassinatos do pessoal do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) inventou que os mesmos tinham sido instigados por espões de outros países.

Dois dias antes, os ministros indonésios da Segurança, do Interior e da Justiça e Direitos Humanos, numa reunião em Bali com milícias integracionistas, prometiam-lhes uma ilha «vazia» para evitar mais acções de violência. Isto é, a Indonésia reconhece que são aqueles os responsáveis, vai ao seu encontro e, em vez de prender os criminosos, oferece-lhes uma ilha. Ficam em «stand-by» até que possam de novo ser úteis.

A destruição perpetrada pelas milícias armadas e ao serviço da Indonésia não quebrou o ânimo dos timorenses.

Os conflitos que possam surgir dentro das forças independentistas vão debilitar o campo timorense e abrir espaços para outros entrarem. Ninguém pode impor aos outros a sua exclusiva vontade. A Indonésia está atenta e a espreitar. As palavras do ministro da Defesa devem ser entendidas com o exacto significado de quem passado um ano de um referendo se atreve a proclamar aquela aleivosia, dias antes de se encontrar com o ministro da Defesa dos EUA, William Cohen. A Austrália está em festa em Sidney. Mas em Timor-Leste o seu peso sente-se. Só uma forte coesão nacional de todos os patriotas para defender a independência de Timor-Leste, a reconstrução do país e os reais interesses do povo timorense pode permitir que a alegria pelo desfile dos quatro timorenses em Sidney não se extinga.

A opinião pública mundial vai vibrar com os feitos dos seus atletas. Esperemos que as lágrimas voltem a bailar nos olhos dos portugueses quando algum ou alguma atleta for capaz de fazer a bandeira portuguesa izar-se no mastro. Que ninguém esqueça, entretanto, e saibamos nós lembrá-lo, que há países que concorrem em Sidney, mas agem para serem os senhores do mundo, apoiados num colossal armamento nuclear para que a diversidade seja substituída pela «pax americana».

Editorial

FAÇAM AS CONTAS

Foi assim: a partir de uma Nota de Trabalho discutida e aprovada pelo Comité Central, em Fevereiro passado, milhares de militantes do PCP debateram os temas enunciados nessa Nota e mais todos os que entenderam ser necessário debater. Fizeram-no à maneira do PCP: sem limitações de qualquer espécie, sem quaisquer margens ou fronteiras, utilizando como lhes competia o amplo espaço de debate democrático que é o Partido, assumindo a sua condição de militantes comunistas, conscientes de que no seu partido a sua opinião não só conta como é indispensável, concordando e discordando, adiantando ideias e opiniões pessoais, ouvindo e reflectindo sobre outras ideias e opiniões pessoais adiantadas, em reuniões de fim-de-semana, de fim de tarde ou à noite, umas vezes fazendo a síntese do conjunto de opiniões emitidas outras vezes não, mas sempre construindo e enriquecendo a opinião colectiva. Durou cerca de quatro meses esta primeira fase preparatória do XVI Congresso do PCP e os milhares de militantes comunistas que participaram no debate debruçaram-se sobre a situação do País, sobre os problemas dos trabalhadores e do povo e as suas causas, sobre a luta e o seu

Glosando um célebre poema de Brecht diremos que uma opinião vale muito, cem opiniões valem mais de cem vezes mais e as opiniões de muitos milhares de militantes são indispensáveis para o êxito do XVI Congresso.

Daí a importância de uma participação massiva, activa, criadora do colectivo partidário no debate da terceira fase preparatória. Daí a necessidade imperiosa de, em todas as organizações, se criarem condições de incentivo e de estímulo à intervenção dos militantes no debate – naturalmente sem esquecer que o Partido não fecha para Congresso; naturalmente sabendo que se impõe dar continuidade à multifacetada luta contra a política de direita e pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, do povo e do País; mas tendo a consciência da importância do Congresso e das suas conclusões, tendo a consciência da necessidade de sairmos do XVI Congresso com um PCP mais forte, conhecendo melhor a realidade onde actua e que quer transformar, em condições de reforçar a sua ligação às massas, de se fortalecer, renovar e rejuvenescer para melhor e mais eficazmente poder cumprir o seu papel de partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

O Congresso, nos seus três dias de duração, será, de alguma forma, o culminar desse amplo debate colectivo e democrático – e o projecto de Teses que aí será debatido e aprovado não será apenas a opinião dos delegados nem o exclusivo resultado de três dias de debate: porque as opiniões e a vontade de milhares de militantes que não são delegados ao Congresso estão incorporadas, por direito assumido de intervenção militante, nas resoluções saídas do Congresso.

É assim o Congresso do PCP. Com insuficiências, deficiências, dificuldades, insatisfações, falhas diversas? Sem dúvida. Mas, sem dúvida também, assente numa metodologia singular e num singular conceito de intervenção colectiva, tendo como preocupações permanentes e prioritárias a participação dos militantes e a dimensão democrática de todo o processo congressual, assumindo-se, por tudo isso, como forma superior de democracia partidária.

E aos comentadores, aos analistas, aos politólogos, aos editorialistas que preenchem com as suas opiniões sobre o PCP largos espaços e tempos na comunicação social dominante – frequentemente vendo o que não existe e raramente vendo o que existe – sugerimos que, ao menos uma vez, ponham de lado as ideias feitas, desliguem o leitor de cassetes, esqueçam os preconceitos centenários, rejuvenesçam por um instante – e observem, vejam como é, comparem... Isso: procedam, por exemplo, a um exercício comparativo, em matéria de funcionamento democrático, entre o Congresso do PCP e os congressos de cada um de todos os restantes partidos nacionais: qual o grau de participação dos militantes?; quais os seus direitos?; de que servem as opiniões que têm?; quanto vale cada opinião?... Façam as contas e, ao menos uma vez, publiquem o resultado.

“Rejuvenesçam por um instante – e observem, vejam como é, comparem...”

papel decisivo na defesa dos interesses da maioria dos portugueses, sobre os caminhos susceptíveis de conduzir a uma alternativa política de esquerda, sobre a situação mundial neste tempo em que uma nova ordem imperialista de cariz totalitário procura dominar tudo e todos, sobre as forças que em todo o Planeta, e das mais diversas formas, assumem uma postura anti-imperialista, sobre o Partido e o seu papel na sociedade portuguesa e sobre a necessidade de encontrar as formas e meios que conduzam ao seu reforço ideológico, orgânico, social, eleitoral e político.

A partir dos resultados deste debate colectivo, os organismos executivos do Comité Central elaboraram um anteprojecto de Teses que foi distribuído a todos os membros do CC que se pronunciarão sobre ele. Fá-lo-ão, numa primeira fase, através de propostas escritas e, depois, no debate a travar na próxima reunião do CC. Nessa reunião, a realizar em 1 e 2 de Outubro, será aprovado um projecto que o «Avante!» divulgará e que será submetido à discussão em todo o Partido. A partir dessa altura o nosso Jornal abrirá uma «Tribuna do Congresso», ou seja, um espaço aberto à participação dos militantes que, independentemente de intervirem no quadro do debate na organização partidária, aqui poderão ver publicadas as suas opiniões sobre os temas em discussão.

Actual Cangalheiro e milagreiro

• José Casanova

Tenho para mim, há já muito tempo, que Vicente Jorge Silva errou a profissão e que, por isso, o País perdeu um cangalheiro e ganhou nada - ou, até, um pouco menos. Aliás, Vicente - que é expoente elevado de uma geração rasca de analistas políticos - confirma com frequência a justeza deste meu raciocínio: veja-se o peso do funéreo na sua prosa, o curso lutuoso da sua inteligência, veja-se como constantemente lhe foge a mão para o fúnero e o pezinho para a cangalha. Isto é: não o sendo por profissão, Vicente é, de facto e por vocação, um cangalheiro.

É claro que Vicente, como todo o cangalheiro que se preza, tem os seus mortos de estimação e o PCP é, de entre todos, o seu preferido. Pode dizer-se, até, que Vicente se especializou em funerais do PCP, tantos foram os que, desde pequenino, já anunciou e promoveu. Consta, mesmo, que quando entra na rodazinha de amigos onde habita, há sempre quem o interpele sobre quantas

vezes já enterrou o PCP - e diz-se que, aquando da última interpelação, Vicente terá garantido estar quase a chegar às oitenta, tantas quantos os anos de vida do defunto.

No «Diário de Notícias» de sexta-feira passada, Vicente voltou a atacar. Decretou: «Definitivamente prisioneiro do passado e já sem nenhuma solução de vida está o PCP.» E, lambendo os beiços, acrescentou: «Prefere morrer a mudar, talvez porque seja tarde de mais para mudar.» Ou seja: mude ou não mude o PCP, a morte é certa e Vicente lá vai papar mais um funeralzinho.

Uma vez, corria o mês de Agosto do ano de 1991, Vicente ousou falar da morte do PCP no passado. Disse ele, então: «O PCP morreu ontem» - após o que saiu a correr para ir tratar do funeral. Mas, de então para

cá, nunca mais Vicente passou certidões de óbito *à posteriori*, remetendo-se sempre ao papel de anunciador da morte com a cangalha no pensamento. De qualquer forma, tantas foram as vezes que Vicente decretou ao jeito do que fez na pas-

sada sexta feira que uma outra questão se coloca imperativamente: oitenta mortes e funerais do mesmo defunto hão-de corresponder a

outras tantas ressurreições do dito... Pelo que, por força das circunstâncias por ele criadas, o frenético cangalheiro passou a acumular a essa profissão o ofício de milagreiro resuscitador. E pelo caminho que as coisas levam, não tarda muito que não seja proposto para beatificação e, simultaneamente, agraciado com a medalha de mérito da cangalha anticomunista.



Ensino Superior

• Edgar Correia

Com a recente edição, em caderno, das *Propostas do PCP para o Ensino Superior*, a Comissão Nacional deste sector reuniu num único trabalho as principais orientações da nova política que os comunistas defendem e que se inserem no quadro mais geral dos princípios e objectivos de política educativa democrática consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

A defesa do papel fundamental do sistema público de ensino superior constitui o ponto em que assentam essas Propostas. Para concretização do desígnio de democratização do acesso e da fruição de níveis superiores de instrução e cultura. Para garantia da liberdade de ensino e de aprendizagem. Pela grande dimensão das infra-estruturas e do financiamento necessário ao bom funcionamento exigido por este sector. Pelo interesse social inadiável do ensino - em especial em certos domínios do conhecimento, de interesse vital, que não podem ser adiados ou abandonados à iniciativa privada. Pelas exigências de coerência da oferta de ensinos diversificados, da cobertura do território, da qualidade e da relevância do ensino. Pela função estruturante da política do ensino superior - em articulação com outras políticas sectoriais -, no desenvolvimento social, económico e cultural.

Nas *Propostas do PCP* assume-se a defesa de uma

estrutura única do sistema público de ensino superior, sem prejuízo da diferenciação de soluções organizativas, de conteúdos científicos, de modelos pedagógicos e de modalidades de formação. Aperfeiçoa-se o exercício das autono-

mias do ensino superior público. Propõe-se um ousado conjunto de orientações no plano do financiamento, designadamente no que respeita ao melhoramento da fórmula de financiamento do orçamento de funcionamento. Regulam-se os princípios que devem reger o ensino superior privado. Adiantam-se inovadoras orientações em matéria de graus e diplomas. Sustenta-se, no plano do acesso, a eliminação do sistema de *numerus clausus* e a oferta de cursos que correspondam a necessidades identificadas de formação e à manifestação de vocações. Reforçam-se os dispositivos de democratização do ensino superior e a acção social escolar. Desenvolvem-se uma política de recursos humanos, essencial para a qualidade do ensino ministrado. E propõem-se medidas avançadas no domínio da organização, gestão, planeamento e avaliação do ensino superior.

Quando os comunistas afirmam que não é possível enfrentar a gravidade dos problemas e contradições com que o ensino superior está confrontado com a adopção de orientações de inspiração neoliberal e de medidas avulsas, não é patente que sabem do que estão a falar?



A propósito de debate ideológico

• Aurélio Santos

Os meus problemas são muitos, confesso. Desde outros tão conhecidos de todos os que têm o apelido ilustre de cidadãos até ao ultraglobalismo (ou seja, o moderno ultramontanismo). O que não suspeitei foi que o ultradirector do «Público» perdesse a cabeça a tentar pensar ideias em longo editorial sobre o PCP, apresentando-se como porta-voz de quem considera ultrapassados marxismo-leninismo ou materialismo dialéctico e acusando a «directão do PCP» de que «é essa reflexão que ela quer impedir.»

Infelizmente (porque de ideias sempre se precisa, venham elas) não encontrou nenhuma nova. (Ah! Encontro tantas que ele não vê...) com uma «linguagem de pau» (a sua) e «enconchado na sua visão do mundo», o director só se apresentou de gravata de luto - ou deverei dizer de colarinho branco? - pelo PCP.

Curiosa, esta forma de deformar factos, deitando pernas ao ar.

É que os factos mostram que a «directão do PCP» (ou seja, o Comi-

té Central) ao abrir a preparação do XVI Congresso propôs exactamente o contrário: uma discussão ampla, leal, aberta à contribuição individual de todos os militantes, para o apuramento de conclusões. O que desagrada, pelos vistos, ao director e às opiniões de que partilha é que a direcção do PCP, de acordo com os seus direitos (e sem dúvida os seus deveres) apresente aos militantes a sua própria opinião, como contributo para o lançamento desse debate. Porque a direcção do PCP não é, nem pode, nem deve ser neutra, numa discussão que envolve a orientação de todo o Partido.

Será que dar opinião própria é coarctar ou impedir o debate, como pretende o director? Só assim pensará quem considere que ter outra opinião, ou quando as suas opiniões próprias não prevalecem, se está a «coarctar a discussão».

Mas a propósito de falta de debate vale a pena perguntar: quem reparou que afinal é só no PCP que se vê hoje haver debate ideológico? Alguém

pensa (ou exige) que haja debate ideológico no PSD, no PP ou no PS? Vejam-se os seus congressos, reduzidos a um palco para debate de chefias. Será por se considerar que, eles sim, são ideologicamente correctos, bem alinhados com as ideologias dominantes, «indiscutíveis», essas sim?

Ainda a propósito: já viram que mesmo muitos dos chamados «ex-comunistas», que alegaram afastar-se do Partido por «falta de discussão ideológica» quando nele não encontraram aceitação para as suas opiniões, silenciaram preocupações ideológicas ao filiarem-se no PS?

Talvez Victor Hugo comentasse os problemas de pensamento do director com uma frase que pôs na boca de um estudante, em «Os Miseráveis», nas barricadas de Paris: «Ó burguês! Deixe o medo do vermelho aos cornúpetos!»



Frases

“O professor Cavaco Silva tem todas as condições para liderar o PSD e ser o próximo candidato a primeiro-ministro da AD.”

(Vitor Cunha - «O Independente», 15.09.00)

“Colocar a pessoa certa no lugar certo para executar a política certa é uma autêntica quadratura do círculo quando se está refém de quotas partidárias - as do Norte e as do Sul, as dos sampaístas, soaristas e guterristas, sem esquecer as católicas e as laicas - e de amizades pessoais, onde o exemplo maior é Maria de Belém.”

(Paulo Ferreira - «Diário Económico», 12.09.00)

“Acho que este Governo [tal como alguns medicamentos] passou de prazo. Porque perdeu a credibilidade inicial. Tinha um activo de enorme confiança que andaré perdido e, agora, eu direi que, se calhar, já não há medicamento, mesmo desses mais poderosos com nomes estranhos, que seja capaz de revitalizar este Governo.”

(Belmiro de Azevedo, citado em «Público», 14.09.00)

“Eu posso achar é preocupante que um empresário [como Belmiro de Azevedo] se sinta com tanto poder em Portugal que se permita dizer tudo aquilo que entende.”

(Jorge Coelho, à RR, citado em «Público», 14.09.00)

“A estratégia de António Guterres é clara: com a remodelação, vira ao centro.”

(Rui Teixeira Santos - «Semanário», 15.09.00)

“Sabe quem é que deu dinheiro para eu construir aquelas 2000 casas em Gondomar? Foi este homem, que é agora candidato à Presidência da República!”

(Valentim Loureiro, durante uma jornada de propaganda de Ferreira do Amaral, PSD, citado em «Público», 19.09.00)

“O PS-Porto não pode repetir aqui aquilo que o partido diz dois dias antes em Lisboa. O PS-Porto precisa de um líder forte, alguém que saiba dizer sim ou não.”

(Francisco Assis, PS - «Público», 14.09.00)

“Chorar [como Nuno Cardoso] que “amesquinham de forma vil todo o Norte” é o paradigma do primarismo político, do regionalismo bacoco e da emotividade descontrolada.”

(José António Lima - «Expresso», 16.09.00)

“E devemos também abandonar algumas ideias instaladas - o Porto não deve falar em nome do Norte, nem deve continuar a assumir a ideia balofa de que o Porto é a capital do Norte.”

(Francisco Assis, PS - «Público», 16.09.00)

“Veremos se o preço do petróleo e as taxas de juro do Banco Central Europeu permitirão ao primeiro-ministro reviver o passado em S. Bento.”

(Mário Bettencourt Resendes - «Diário de Notícias», 13.09.00)

“Guterres admitiu os erros. Fica-lhe bem reconhecê-los. Fica-lhe mal ter cometido tantos em tão pouco tempo.”

(Alfredo Barroso - «Expresso», 16.09.00)

Carlos Carvalho nos Açores

Voto na CDU

um voto contra o poder absoluto

A CDU/Açores tem boas possibilidades de um aumento de votação. Uma perspectiva valorizada por Carlos Carvalho, na sua visita de dois dias a S. Miguel.

O apelo ao voto na CDU para evitar maiorias absolutas surge como uma das linhas da campanha da CDU nos Açores, num momento em que se abrem perspectivas de uma melhor votação nos comunistas, nas eleições legislativas regionais de 15 de Outubro.

Uma ideia por diversas vezes repetida por Carlos Carvalho na sua visita de dois dias a S. Miguel, em que

frisou que «há uma grande corrente de simpatia em relação à CDU».

Na apresentação dos candidatos da CDU pelo círculo eleitoral dos Açores, o secretário-geral do PCP reafirmou que o «voto na CDU impede um poder absoluto e facilita uma viragem na política, ao serviço das populações».

«Sé na hora da votação nos tivessem dado mais força, também nas horas da aflição

teríamos mais força na Assembleia Regional, para levantar e dar resposta aos problemas», lembrou Carvalho, que sublinhou que o voto na CDU permite mais «justiça social, uma política com dimensão social e ambiental».

Comentando a possibilidade do alargamento tanto da base eleitoral como do número de eleitos pela CDU, Carvalho considerou que, apesar da falta de meios materiais, a coligação afirma-se «pelas suas propostas, intervenção, seriedade com que encara os problemas e até pelo prestígio dos candidatos».

A lavoura não deve pagar multas

Na feira agrícola de Santana, Carvalho, acompanhado por Mário Abrantes, candidato da CDU por S. Miguel, ouviu inúmeras queixas de lavradores, que receiam represálias por terem já ultrapassado os limites máximos de produção definidos pela União Europeia.

Aos lavradores e jornalistas os secretário-geral do PCP afirmou que Portugal «não pode continuar a receber os senhores da União Europeia como se fossem os

donos do mundo», prejudicando o desenvolvimento do país.

Carvalho defendeu, por um lado, que a lavoura «não deve pagar multas» e, por outro, a aplicação do princípio da ultraperiferia consagrado no Tratado de Amesterdão.

É ao abrigo deste princípio que os comunistas açorianos propõem um tecto excepcional sobre a quota de 400 milhões de litros, que permita uma gestão adequada dos aumentos de produtividade.

O voto na CDU permite mais justiça social

Não às privatizações

Durante a sua visita à COFACO, Carvalho considerou como positiva a intervenção do governo regional na indústria atuneira, mas alertou para que esta não seja entregue às «leis puras e duras do mercado».

Em encontro com a comunicação social, o secretário-

geral do PCP defendeu que o governo regional deveria adoptar, em relação a outras empresas, a mesma política, «para que estas não fechem as portas», acusando entretanto o executivo açoriano de apostar na liberalização e na privatização das empresas, descureando a produção nacional.

«As empresas acabam por ir parar às mãos das multinacionais, que por sua vez as colocam nos mercados mais rentáveis, encerrando-as e transformando-as em armazéns, com prejuízo para as próprias regiões», sublinhou Carvalho.

A visita à fábrica de conservas de peixe da COFACO, em Rabo de Peixe, foi o momento oportuno para salientar a importância da agro-indústria e do sector industrial na fixação da população e no desenvolvimento da região. Uma das preocupações que perpassam as propostas da CDU/Açores.



Visita em pré-campanha

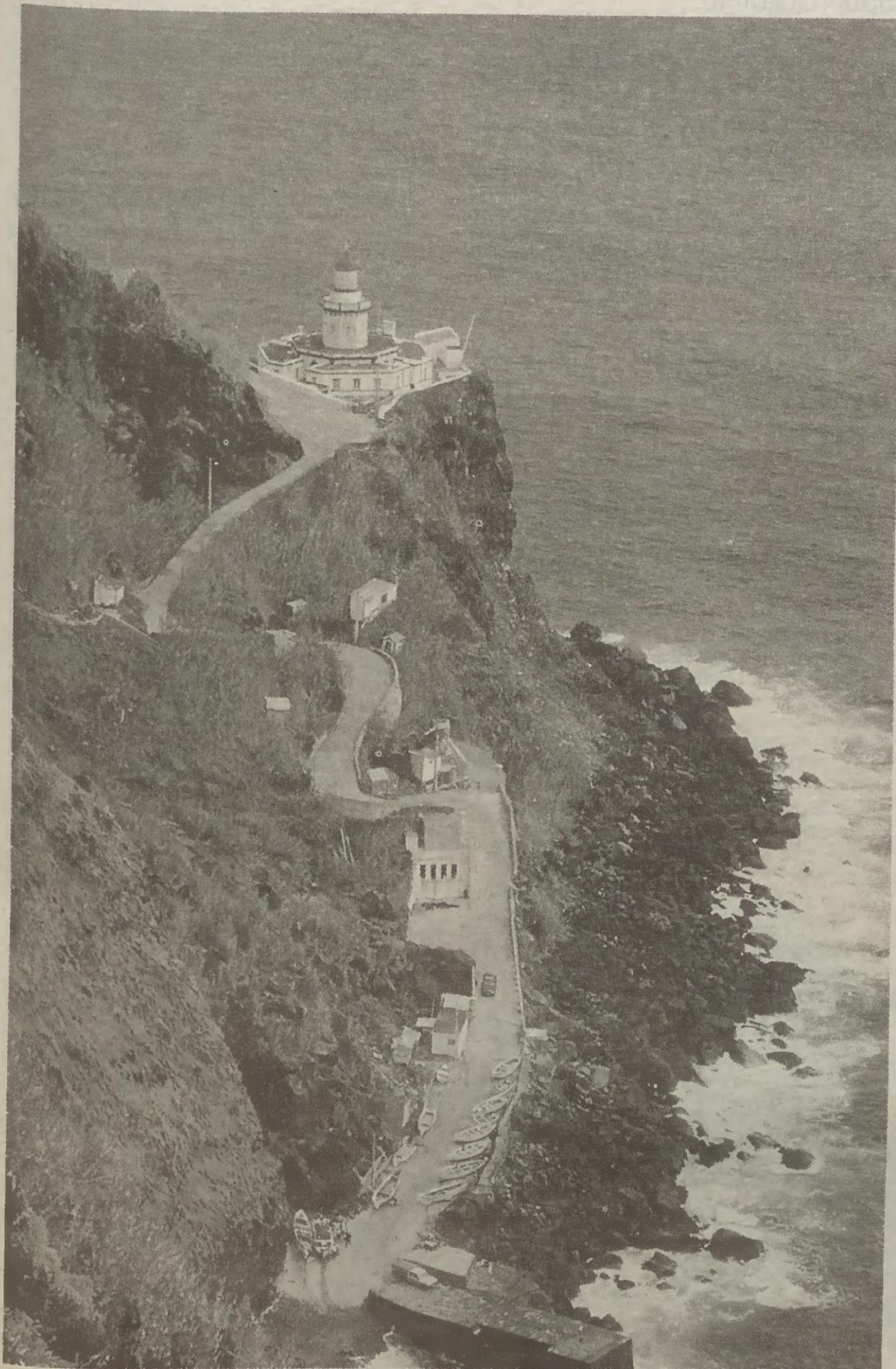
No quadro da pré-campanha da CDU para as eleições regionais do próximo mês, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, visitou, quinta e sexta-feira da semana passada, a ilha de S. Miguel, na Região Autónoma dos Açores.

O programa da visita incluiu, quinta-feira, uma deslocação à Feira Agrícola de Santana, seguindo-se ainda visitas ao Porto de Ribeira Quente e a Vila Franca do Campo.

Sexta-feira, o secretário-geral do PCP visitou a fábrica da COFACO, em Rabo de Peixe, seguindo depois para Ponta Delgada onde participou no Encontro de candidatos da CDU às eleições regionais. Ainda na sexta-feira, Carlos Carvalho interveio no jantar-convívio de candidatos e apoiantes da CDU, em Ponta Delgada.

No Encontro Regional de Candidatos participaram todos os cabeças de lista das diversas ilhas bem como outros candidatos em representação de cada lista.

O Encontro aprovou o Programa Eleitoral e definiu os pontos principais da Campanha Eleitoral Regional da CDU.



S. Miguel foi o local onde se desenrolou a visita de Carvalho

ac  **res**
REGIONAIS 2000



Na Ribeira Grande, como por todo o arquipélago, sobram problemas

Voto na CDU
um voto contra o poder absoluto

O programa dos comunistas

A realização da justiça social e a promoção cultural dos ilhéus são consideradas medidas essenciais no programa da CDU/Açores.

A par destes vectores, e como realçou o coordenador da CDU, Decq Mota, o modelo de desenvolvimento da

região deve assentar no aproveitamento de todas as possibilidades próprias das ilhas, na valorização dos recursos humanos, na preservação do ambiente e aprofundamento da qualidade de vida e ainda na consideração da existência de nove ilhas.

O programa da CDU/Açores retoma a aposta na agropecuária e pescas como sectores prioritários da actividade económica, a par do incremento da actividade turística, com base na oferta do património nacional e cultural.

Outras medidas propostas são a entrada em efectivo das comissões de acompanhamento do rendimento mínimo garantido, a criação de novas cartas escolares concelhias e a defesa e valorização da Universidade dos Açores.

Mais desemprego nos Açores

Só com 3% de desemprego, os Açores são o paraíso. 10% foi a herança negra do PSD. Em quatro anos operou-se então um verdadeiro milagre.

A taxa mais alta (13%) de beneficiários do RMG? Isso é qualidade de vida...

A mais baixa taxa de mulheres (27%) a trabalhar de facto? Isso é porque não precisam...

Aumenta a miséria, a prostituição e a criminalidade? Isso é porque não querem trabalhar...

O desemprego real disfarça-se enquanto se pode. As falências a seguir à privatização do Banco Comercial dos Açores; as fábricas a fecharem; as empresas a despedirem; as explorações agrícolas a desaparecerem; os jovens sem primeiro emprego; as reformas antecipadas e compulsivas; a emigração quase fechada – tudo isso foi docemente tapado. Mas, nos últimos anos, há muita gente em idade activa que foi sendo obrigada a deixar de trabalhar... e que não morreu! Não nos admiremos portanto que, de quando em vez, as costuras rompam e se nos depare uma visão menos paradisíaca que a anunciada.

Desta vez, logo a seguir ao secretário da Educação espartilhatar a colocação geral dos professores, aparecem 400 de um lado, e outros tantos do outro, a dizerem-se desempregados.

Estes últimos, sendo profissionalizados, fazem parte do exército licenciado que o nosso desarticulado sistema de ensino nacional e regional debita para fora das Universidades sem qualquer garantia de colocação. Os outros são matéria de segunda, para usar e deitar fora.

Os primeiros, sem a licenciatura, mas com a prática profissional de muitos anos e formação intercalar própria, são quadros técnicos que, em muitos casos, adquiriram de facto competência equiparável ao licenciamento.

Torna-se então lamentável ter entrado em vigor um regulamento regional que não preveniu estas situações e colocou à beira do desemprego centenas de profissionais que andaram durante dezenas de anos a aguentar o sistema público de ensino, por contratos sucessivos com ele.

Os números apontam para cerca de 400, logo a percentagem oficial de desemprego subiria de imediato. Mas não! Integrados num programa tipo PROSA, com o salário mínimo, serão, para efeitos estatísticos, considerados como empregados... e tudo fica resolvido!

E o número máximo de alunos por turma não deveria ser de vinte e cinco?

E o acautelamento do direito de facto adquirido por muitos à habilitação própria, através de programas de formação (agora anunciados pelo PS por pressão dos professores) não deveria estar já garantido, por previsão legislativa?

Poderia ter sido evitado se fizessem mais esforço para governar do que para «estar» no Governo!



Os problemas sociais são uma das grandes preocupações da CDU/Açores

acores

REGIONAIS 2000

Candidatos da CDU

A CDU/Açores apresenta às eleições legislativas regionais de 15 de Outubro um total de 79 candidatos, dos quais 42 são independentes, 17 mulheres e 12 jovens. O maior número de candidatos concentra-se em São Miguel e Terceira.

Pelo círculo de Santa Maria, os primeiros candidatos são: José Raposo Ricardo, funcionário dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, 49 anos, independente; Ana Maria dos Santos Loura, engenheira, técnica de telecomunicações aeronáuticas, 47 anos, PCP; José Braga, armador de ferro, 33 anos, independente; Margarida Terra, ex-trabalhadora do Hotel do Aeroporto, 33 anos, independente.

Pelo círculo de São Miguel, os primeiros candidatos são: Mário Wrem Abrantes da Silva, 50 anos, engenheiro silvicultor, vogal da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, dirigente regional do PCP/Açores; Emanuel Jorge Ferreira da Cruz Botelho, 50 anos, professor, poeta e escritor, independente; Patrícia de Lurdes Raposo Pereira Branco Santos, 31 anos, funcionária do SMAS da Câmara Municipal de Ponta Delgada, dirigente regional do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, independente; Aníbal da Conceição Pires, 44 anos, professor do 2.º ciclo do ensino básico e membro da Assembleia de Escola da EB 2,3 Arrifes, presidente da Direcção do Clube Desportivo da Escola Preparatória de Arrifes, presidente da Mesa da Assembleia Geral da União das Associações de Andebol dos Açores, Coordenador do Departamento de Formação Profissional do Sindicato da Função Pública, dirigente regional do PCP/Açores; Pedro Decq Mota Cerca Roldão, 24 anos, estudante de Biologia da Universidade dos Açores, Coordenador regional da JCP/Açores; Cláudio Amaral de Medeiros, 52 anos, ETP da Portugal-Telecom, dirigente regional do SINTTAV e da União de Sindicatos de S. Miguel e Sta. Maria, independente; Silvino Padre Cura da Ponte, 35 anos, empreiteiro de construção civil, Vila Franca do Campo, independente.

Pelo círculo da Terceira, os primeiros candidatos são: António Manuel Gonçalves Bulcão, 41 anos, advogado, Angra do Heroísmo, independente; Victor Manuel Galvão da Costa, 52 anos, reformado, Praia da Vitória; José Henrique Correia, 52 anos, funcionário público, Angra do Heroísmo, PCP; Mário Fernando Leandro da Silva, 54 anos, assessor da CS, Angra do Heroísmo, independente; Rui Miguel Lemos Martins, 20 anos, estudante, Praia da Vitória, independente.

Pelo círculo da Graciosa, os primeiros candidatos são: Valdemiro Manuel de Melo Santos, 47 anos, funcionário público, Santa Cruz, PCP; José Manuel Bettencourt e Silva, 32 anos, mecânico, Santa Cruz, independente; Fernando Jorge de Melo Mendonça, 34 anos, operador de máquinas, Santa Cruz, independente.

Pelo círculo de São Jorge, os primeiros candidatos são: João Fernando da Cunha Bettencourt, 38 anos, industrial de táxis, Velas, independente; Francisco do Carmo Alves Soares, 52 anos, técnico de comunicações, Velas, PCP; João de José Sousa, 39 anos, mecânico, Santo Amaro, Velas, PCP.

Pelo círculo do Pico, os primeiros candidatos são: Hélio Jorge da Silveira Goulart, 34 anos, funcionário público, Madalena, independente; Maria Fernanda Serpa Silva, 50 anos, professora, Santo António, São Roque, PCP; Carlos Manuel Gomes, 46 anos, artesão, Santa Luzia, São Roque, independente.

Pelo círculo do Faial, os primeiros candidatos são: José Eduardo Bicudo Decq Mota, 51 anos vereador da CDU na Câmara Municipal da Horta, coordenados do PCP/Açores; Manuel Eduardo Vieira Soares, 51 anos, monitor de pecuária, independente; Maria do Céu Barroca Brito, 43 anos, professora do ensino secundário, independente.

Pelo círculo das Flores, os primeiros candidatos são: Paulo Valadão, 51 anos, médico veterinário, deputado regional do PCP; Vítor Gomes, 51 anos, funcionário da Lotação, vereador da CDU na Câmara Municipal das Lajes das Flores; José Ramos Mateus, 48 anos, oficial de operações de socorros, membro da subcomissão de trabalhadores da ANA,AS, membro da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores pela CDU.

● Mário Abrantes

População de Marateca contra co-incineração

Uma centena de habitantes da localidade de Águas de Moura, da freguesia de Marateca, concelho de Palmela, aderiu à recolha de assinaturas que a organização local do PCP promoveu domingo passado, contra a co-incineração na serra da Arrábida.

A iniciativa em curso consiste na divulgação de um postal a enviar ao Primeiro Ministro, em que se parte da ideia de que a Região de Setúbal merece um desenvolvimento integrado e sustentado, assente nas potencialidades e nos recursos existentes, e se exige «que o governo termine de vez com a tentativa de transformar a Península de Setúbal na região do país onde se localizam os principais equipamentos de armazenamento, tratamento e queima de resíduos perigosos».

Esta iniciativa dos comunistas, em Palmela, teve início nas Festas das Vindimas, e prosseguirá por todo o concelho, em acções de contacto com a população.

Entretanto, em deslocação ao Bairro Margaça, os comunistas depararam-se com a revolta da população perante o atraso na colocação de professores na escola do primeiro ciclo, matéria sobre a qual a estrutura local do PCP tomará posição.

Hospital de Estarreja não vai perder valências

O Ministério da Saúde respondeu finalmente ao requerimento apresentado pelos deputados do PCP na Assembleia da República, Honório Novo e Natália Filipe, sobre a situação do Hospital Visconde de Salreu, em Estarreja.

Em nota de imprensa, a Comissão Concelhia de Estarreja do PCP salienta o facto de o Hospital não vir a perder serviços ou valências e regozija-se por o Instituto Português de Sangue estar a diligenciar a reposição da situação anterior ao corte de fornecimento de sangue pelo Hospital de Aveiro.

Entretanto, os comunistas de Estarreja manifestam a sua preocupação por o Euro 2004 poder vir a constituir «motivo para a centralização de serviços na cidade de Aveiro à custa do esvaziamento» do Hospital Distrital.

A Comissão Concelhia de Estarreja do PCP sublinham que o Hospital deve ser valorizado para que haja «uma maior aproximação dos serviços que presta às populações dos concelhos de Estarreja e Murtosa, bem como de freguesias de outros concelhos limítrofes».

Decq Mota reúne com Misericórdia

Uma delegação da CDU/Açores, dirigida por Decq Mota, coordenador, e que integrava também Mário Abrantes, cabeça de lista por S. Miguel, foi recebida, sábado passado, em Vila Franca, pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia. Na visita, que se integra no esforço que está a ser feito pela CDU/Açores no sentido de um aprofundamento do seu conhecimento dos problemas sociais da Região, Decq Mota sublinhou que «a Região tem a obrigação constitucional de garantir a prestação de serviços sociais». O coordenador da CDU/Açores considerou que o «funcionamento da sociedade precisa destas instituições e tudo tem de ser visto com um sentido de humanidade, que não pode faltar a quem governa, a quem decide nas assembleias, a quem participa na gestão, a quem presta trabalho profissional a estas instituições».

Dois Emes que se distinguem

Ministra para a Igualdade – com a recente remodelação governamental foi extinto o cargo de ministra para esta área. A criação deste cargo não se inseriu numa estratégia coerente e séria.



Fernanda Mateus
Membro da Comissão Política

Não se inseriu numa estratégia de articulação das várias políticas e Ministérios de combate às discriminações das mulheres, designadamente das trabalhadoras, alvos preferenciais das situações de precariedade de vínculos laborais, de baixos salários e de diferenciações salariais para o exercício da mesma função. Nem tão-pouco se inseriu numa perspectiva de travar a degradação da qualidade de vida, a crescente feminização da pobreza e de exigên-

vimento e paz para o Século XXI”, realizada em Nova Iorque, entre 5 e 9 de Junho, na qual esteve presente a Ministra para a Igualdade que em nome da União Europeia, fez o balanço da acção desenvolvida desde a Conferência de Pequim, em 1995.

No âmbito da preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia, o governo lançou promessas junto da opinião pública, de que é exemplo “O Estado vai defender a mulher: a igual-

dade no trabalho e no emprego é tarefa fundamental” e vai ser objecto de tratamento na próxima presidência portuguesa, afirmando então Ribeiro Mendes num seminário em que salientou a revisão da Lei de Protecção da Maternidade e da paternidade, nomeadamente nos três novos direitos dados aos pais: licença de paternidade remunerada de cinco dias úteis, dois períodos por

dia, com duração máxima de uma hora para a alimentação do filho durante os primeiros 12 meses de vida e uma licença parental a ser gozada a partir de 1 de Dezembro de 1999 paga durante 15 dias se for imediatamente após a licença de maternidade (!).

Muito pouco mudou

A verdade é que, apesar da grande campanha de promoção destes direitos, muito pouco mudou na vida quotidiana da grande maioria dos progenitores visados por esta lei. Desde logo, à incapacidade das entidades públicas em darem esclarecimentos adequados sobre estes novos direitos. Mas, ao mesmo tempo e sobretudo, a impossibilidade prática dos visados poderem exercer estes novos direitos na grande maioria das empresas face ao crescente clima de limitação ao exercício de qualquer direito.

Nada foi feito, entretanto, para garantir o integral cumprimento dos direitos das trabalhadoras/mães que, em muitos casos, não exercem integralmente todos os direitos legalmente consagrados, sendo fortemente penalizadas na garantia de igualdade de tratamento no emprego (e, em muitos casos, na manutenção de emprego) e de progressão na profissão.

Hoje, para o PS, que se apresentou em 1995 como o “paladino” da promoção da igualdade, já não é fácil continuar a alimentar as expectativas de sectores femininos rela-

tivamente às suas intenções nestes domínios. A criação desta figura gerou polémicas e contestações, nem sempre pelas melhores razões.

Passada que foi a Presidência Portuguesa da União Europeia e a realização da avaliação do cumprimento pelos governos da Plataforma de Acção aprovada em 1995 em Pequim, o governo do PS deixou cair a máscara.

A promoção da igualdade entre mulheres e homens não se compagina com a realização de políticas neoliberais. Não bastam discursos promissores nestes domínios. São necessárias políticas de esquerda que enfrentem as discriminações sexistas nos vários domínios da vida colectiva e estimulem novas atitudes e comportamentos de mulheres e homens, dos poderes políticos e da sociedade em geral.

Nenhum governo nem nenhuma ministra ou Ministério para a Igualdade poderão ter êxito no actual contexto político.

Marcha Nacional de Mulheres

É já a 7 de Outubro que terá lugar em Lisboa, promovida por uma Plataforma de cerca de cem organizações.

É uma acção de massas que se enquadra numa expressão mundial de mulheres que, neste final de século, se indignam com as opções neoliberais que dominam o mundo actual e que exigem intervir e o direito a decidir sobre os seus destinos.

É através da luta organizada das mulheres em cada país e no mundo que se podem combater as políticas neoliberais, responsáveis pelo crescente aumento da pobreza e sua feminização, que atiram muitos milhões de seres humanos para um quotidiano cruel e para uma crescente regressão nos direitos políticos, sociais, económicos e culturais, conquistados pelas mulheres, pelos trabalhadores e pelos povos neste século.

Esta Marcha marcará a diferença. É uma acção que une, de forma séria, combativa e generosa, todos aqueles – mulheres e homens – que estão conscientes de que as discriminações sexistas no trabalho e na sociedade, a que as mulheres estão sujeitas, se inserem numa teia de exploração e de limitação dos direitos que a todos afecta.

Mulheres e homens, que estão conscientes do seu papel na transformação da vida e na indispensabilidade de promover a igualdade entre mulheres e homens, designadamente dos trabalhadores e de outras importantes camadas sociais, como condição vital para que uns e outros alcancem a igualdade de oportunidades, a qualidade de vida e sejam parte activa de uma democracia que se aprofunda em todas as suas componentes.

Se a extinção do cargo da ministra da Igualdade desmascarou na prática a ausência de vontade política do governo PS em promover a igualdade de direitos das mulheres, especialmente das camadas mais vulneráveis, a Marcha de Mulheres de 7 de Outubro dará mais um sinal de que a luta organizada das mulheres portuguesas terá necessariamente que se ampliar no próximo século.

(!) Diário de Notícias, 19 de Outubro de 1999.

“A promoção da igualdade não se compagina com a realização de políticas neoliberais”

cia de respeito pela legislação que consagra a igualdade.

Foi desde logo evidente que a criação deste cargo – ministra para a Igualdade e não de um Ministério –, sem meios humanos e financeiros, conjugado com a clara intenção do Governo em continuar com as políticas de direita em domínios essenciais não permitiriam introduzir alterações positivas na situação das mulheres das diversas camadas sociais.

Uma imagem de marca

Na verdade, constata-se que a criação deste cargo serviu, não apenas para continuar a alimentar falsas expectativas junto de sectores femininos mas sobretudo para a criação de “uma imagem de marca” no quadro da Presidência Portuguesa da União Europeia e da realização da sessão especial da ONU, subordinada ao tema “As mulheres no ano 2000: igualdade entre sexos, desenvol-



Comunistas da Guarda reunidos em plenário analisam situação nacional

Por uma outra política para o Distrito

A situação política nacional, as eleições presidenciais e a preparação do Congresso foram os três grandes temas em debate em reunião realizada domingo passado pelo Conselho Regional da Guarda do PCP.

No quadro da análise dos principais aspectos da situação política e social, o Conselho Regional da Guarda começou por considerar que a remodelação governamental não «remodelou» os aspectos centrais da política do Governo.

Centrando-se depois em questões do Distrito, os comunistas da Guarda sublinham, em comunicado de imprensa, que a política de cortes e dedução da despesa pública encetada pelo governo afecta particularmente esta região, «com reflexos na deficiente resposta em volume e qualidade dos serviços de saúde prestados, com desinvestimento nas escolas públicas, no atraso na construção de infra-estruturas decisivas».

O sector agrícola, onde se assiste à «irremediável baixa de rendimentos dos agricultores, à ruína de centenas de

explorações agrícolas» foi uma das questões centrais no debate realizado.

Estarcar a desertificação é, também, apoiar o mundo rural

A defesa do património agropecuário e económico, a regionalização das quotas leiteiras, «antes que a elevada e qualifica-

da produção do Distrito, uma das mais regulares fontes de rendimento de milhares de agricultores, vá parar ao litoral», o rastreio geral dos rebanhos de ovinos e caprinos da região e a implementação de medidas eficazes de combate à brucelose, planos de reflorestação e ordenamento florestal, foram algumas das grandes questões e necessidades abordadas pelos comunistas da Guarda.

«Estarcar a desertificação e desenvolver o Distrito é, também, apoiar a agricultura familiar e o mundo rural», sublinha-se no comunicado.

Problemas persistentes

Os sectores da educação e saúde foram analisados pelos comunistas da Guarda de forma igualmente crítica.

Na educação, refere-se no comunicado, «assiste-se ao descarado apoio e financiamento do ensino privado em detrimento do ensino público, que sofre este ano de cortes orçamentais». Uma situação que deixa por resolver problemas como o excessivo número de alunos por turma e de turmas por professor, a anacrónica legislação de colocação de professores, o aumento do desemprego na classe docente.

No sector da saúde, «aumentam as dificuldades de acesso da população aos cuidados primários e aumenta o número de utentes sem médico de família nos centros urbanos», afirmam os comunistas da Guarda que referem, nomeadamente, o avolumar das listas de espera, a dificuldade de marcação de consultas de especialidade, intervenções cirúrgicas, exames complementares de diagnóstico, de par de graves problemas na área hospitalar.

Na área laboral, denunciaram os comunistas, «persistem e aumentam as situações de trabalho sem direitos, mal remunerado e sem qualificação, a par da ineficácia e mesmo conivência da Inspeção do Trabalho com os abusos patronais e o não cumprimento de leis elementares como a das 40 horas, do direito a férias remuneradas e do descanso semanal».

O comunicado lembra, por outro lado, que «o trabalho precário e sazonal, pela insta-

bilidade que cria, sobretudo nos mais jovens, impõe-se como um factor importante de desertificação».

Eleições e Congresso

Relativamente às eleições presidenciais, o Conselho Regional manifestou a sua concordância com a escolha de António Abreu para candidato do PCP, no quadro dos objectivos definidos para esta campanha, «de privilegiar o debate

sobre os graves problemas que afectam o país e contribuir para tornar possível uma alternativa de esquerda à actual política de direita».

Quanto à 3.ª fase de preparação do XVI Congresso do PCP, o Conselho Regional renovou o seu apelo a uma activa participação e mobilização dos militantes no debate preparatório, «na procura e encontro das melhores orientações e caminhos de intervenção do partido num futuro próximo».

DORBE debate situação política

A Direcção da Organização de Beja (DORBE) do PCP, reunida em sessão plenária no passado dia 15, analisou a situação política nacional e regional e debateu questões relacionadas com as eleições presidenciais e a realização do XVI Congresso do PCP.

Começando por sublinhar que «a remodelação do Governo PS não altera substancialmente a complexa situação política que se vive no país», a DORBE enumera, como resultado das opções governamentais os inúmeras problemas com que se debatem os trabalhadores, os reformados e os pensionistas, as «crescentes dificuldades com os baixos salários, as reformas e pensões de miséria, a taxa de inflação superi-

or ao aumento salarial deste ano, a brutal subida do preço dos combustíveis, as consequências da alta das taxas de juro, a degradação dos rendimentos das famílias».

No que respeita ao Alentejo, os comunistas alentejanos referem, como pontos negativos, alguns problemas concretos, como o atraso das obras do Alqueva o arrastamento da situação das minas de Aljustrel, fechadas há oito anos, o atraso na entrada em funcionamento da Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja.

A DORBE denuncia ainda situações como o aumento da precariedade do emprego, a falta de condições com que arrancou o novo ano lectivo, as crescentes dificul-

dades no acesso aos cuidados médicos, os atrasos na construção de acessibilidades fundamentais.

Por último, e na perspectiva das eleições presidenciais, a DORBE apela a todos os militantes e organizações do partido, que se revejam nos objectivos da candidatura de António Abreu, no sentido «do seu empenhamento e mobilização em mais esta batalha política».

Quanto ao XVI Congresso do PCP, a DORBE exorta militantes e organizações a participar activamente na terceira fase preparatória, «com o amplo debate interno dos documentos propostos pelo Comité Central e a eleição dos delegados».

Pela recuperação da Barrinha de Esmoriz

A gravíssima situação da Barrinha de Esmoriz, resultado de décadas de má gestão autárquica, não se irá resolver «com acções avulsas, muitas vezes tomadas à revelia de outros agentes também envolvidos no assunto», alerta a Comissão Concelhia de Ovar.

Os comunistas de Ovar manifestam reservas pela forma pouco transparente como a Câmara tem gerido esta questão. «Fala-se em dragagem, sem dúvida necessária, pese embora o fracasso das mesmas na Ria de Aveiro (mais de um milhão de contos deitados ao mar), fala-se em comportas, deixando qualquer ambientalista de cabelos em

pé, e pouco mais», comenta-se em comunicado de imprensa.

A estas acções avulsas os comunistas contrapõem a necessidade de «acções integradas, visando a totalidade do problema, e envolvendo toda a comunidade» e lembram que «são os próprios estudos de impacte ambiental encomendados e pagos a peso de ouro pela Câmara de Ovar que recomendam, entre outras coisas: «a formalização de um arranjo institucional entre as Câmaras de Espinho e Ovar para a gestão da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, através da constituição de uma associação entre os dois municípios»; «formalização do envolvimento

da Câmara da Feira»; «participação das Juntas de Freguesia de Esmoriz e de Paramos, das ADA, bem como da população local».

Neste quadro, a Comissão Concelhia de Ovar do PCP lamenta a falta de informação disponível sobre as prometidas operações de dragagem, bem como «a falta de perspectiva a médio e longo prazo para a recuperação e preservação daquele ecossistema lagunar» e lembra que, de acordo com a legislação em vigor, Portugal tem até 2004 para definir e implementar um modelo de gestão para cada uma das Zonas Especiais de Conservação integradas na Rede Natura 2000.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

João Pedro Sacramento Lourenço

Faleceu no passado sábado, dia 16, com 60 anos de idade.

Era membro do PCP desde 1976, tendo pertencido à Célula dos Trabalhadores da Autarquia e à Comissão de Freguesia da Costa de Caparica.

Fez parte da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia da Costa de Caparica em 1974 e, posteriormente, integrou em diversas ocasiões as listas da CDU, incluindo como cabeça de lista, tendo sido eleito para a Assembleia e a Junta de Freguesia.

Era membro da Comissão Concelhia de Almada, tendo pertencido aos seus organismos executivos com a responsabilidade pelas freguesias de Cacilhas, Costa de Caparica e Trafaria, pelo sector dos reformados e pela Festa do «Avante!».

Na implantação da Festa foi responsável, vários anos, pela implantação do Espaço Internacional ou do Pavilhão Central.

No funeral, realizado domingo passado, integraram-se numerosos camaradas e amigos do Concelho de Almada e da Freguesia da Costa.

Emílio Campos Lima

Faleceu recentemente, com 76 anos de idade.

Membro do PCP desde a clandestinidade, desempenhou, ao longo de todos estes anos, inúmeras tarefas.

Foi membro do Organismo de Direcção da Zona Norte de Freguesias do PCP e integrou o Organismo Intermédio das Freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião da Pedreira.

Fundou a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos das Freguesias de Alvalade, S. João de Brito e Campo Grande.

Ivo Lopes Diniz

Faleceu no passado sábado, com 70 anos de idade.

Militante activo na Organização da Freguesia de São Martinho do Bispo, Coimbra.

Encabeçou várias vezes a lista da CDU e exerceu mandato na Junta de Freguesia, grangeando o respeito e a admiração de todos os que o conheceram.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Encontro PCP-ASPP – Uma delegação do PCP, dirigida por Carlos Carvalhas, secretário-geral, recebeu terça-feira, na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma delegação da ASPP – Associação Sócio-profissional da Polícia, que integrava o seu presidente, Alberto Torres



Encontro PCP-Associação de Citricultores – Uma delegação do PCP, que integrava Agostinho Lopes e Carlos Luís Figueira, membros da Comissão Política, recebeu sexta-feira passada, dia 15, na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, a Associação de Citricultores do Algarve

Bombeiros

A saída de Fernando Gomes levou o STAL e o STML a adiarem a conferência de imprensa que tinham convocado para dia 14 e onde pretendiam dar conta de um processo negocial sem desenvolvimentos, relativamente aos bombeiros profissionais, enquanto o Governo aprovou, sem ouvir os sindicatos representativos, 5 decretos-lei que afectam os soldados da paz. Os sindicatos aguardam para conhecer as posições do novo ministro da Administração Interna, mas «não aceitarão reiniciar um caminho que já teve um grande percurso», quando o Governo é o mesmo e do mesmo partido.

STCP

A «fortíssima» adesão dos trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto à greve de sexta-feira foi saudada pela União dos Sindicatos do distrito. A USP/CGTP «espera que o conflito se resolva, mas não tolera que à frente de uma empresa desta dimensão esteja uma pessoa que acumula grandes responsabilidades e que, ao mesmo tempo, revela uma imensa falta de cultura democrática».

Vidreiros

No Palácio de Belém foram recebidos, no dia 14, representantes do STIV/CGTP e dos trabalhadores excedentários da Manuel Pereira Roldão, que esclareceram um assessor de Jorge Sampaio sobre o facto de os compromissos assumidos em 26 de Março de 1996, pelo então ministro da Economia, continuarem sem ser cumpridos pelo Governo. O sindicato considerou a audiência positiva, porque «foi visível a sensibilidade» para o problema e porque «irão ser feitas diligências para apurar a posição e a falta de respostas» do Governo. Na mesma nota de imprensa, o STIV volta a criticar a Câmara Municipal da Marinha Grande, que insiste em retirar e destruir as faixas que expressam o protesto público e não responde ao pedido de audiência apresentado ao presidente há um mês. Para ontem estava marcada nova reunião dos trabalhadores com a direcção do sindicato.

Professores

A reforma curricular nos ensinos Básico e Secundário é o tema de um encontro de quadros que a Fenprof leva a cabo, hoje à tarde e amanhã, no Hotel Metropolitan, em Lisboa.

Novo ministro, velhas preocupações Educação em ebulição

Pais e estudantes manifestam a disposição de continuarem a bater-se para que seja respeitado o direito à Educação, que se mantém sob a ameaça neoliberal de um Governo mais preocupado com contas de curto prazo.

Oliveira Martins «não deixa saudades», mas «é a política deste Governo e não os diferentes ministros que a executam a principal responsável pelo actual estado da Educação», no País e no distrito, afirma a **direcção regional de Castelo Branco da JCP**. Numa conferência de imprensa dada segunda-feira, os jovens comunistas albicastrenses apontaram alguns dos males nacionais sentidos no distrito, com particular acento na Universidade da Beira Interior.

Na UBI o Ministério da Educação homologou a criação de dois novos cursos, mas aplicou-lhes um «numerus clausus» de zero, impedido administrativamente o seu funcionamento. Esta situação resulta da nova lei de organização e ordenamento do Ensino Superior, aprovada pelo PS e o BE, e que «para além de não servir os interesses dos estudantes, das instituições e do desenvolvimento do País, não ordena nem regulamenta o Ensino Superior». Ao mesmo tempo que o sistema de Acção Social Escolar mantém os cerca de 1400 estudantes do Pólo IV da UBI sem cantina e sem residência universitária, projecta-se a construção e gestão de uma residência na Covilhã, por uma empresa privada, o que os jovens comunistas vêem como «um sinal do começo da privatização da acção social».

Na conferência de imprensa foram ainda abordados problemas do ensino secundário

(reforma curricular, regulamentação da educação sexual, grandes atrasos na colocação de professores e falta de condições das instalações e dos equipamentos escolares). Os jovens comunistas declaram que «junto com os estudantes», vão continuar a «lutar por uma política educativa democrática, única forma de garantir a construção de uma escola pública, gratuita e de qualidade».

O que importa mudar é a política de Educação

Abanão

A substituição do ministro deveria reflectir-se na «introdução de melhorias de fundo em todo o sistema educativo e também num novo abanão na imobilização e na dignificação da participação dos pais e das suas associações na vida e nos órgãos de administração das escolas». Estes votos são formulados pela **Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais**, cujo conselho executivo divulgou segunda-feira dez pontos que constituem motivo de preocupação.

À cabeça surge o desmentido de uma promessa amplamente difundida há dois anos pelos responsáveis do ME: afinal, os manuais escolares para o 1.º Ciclo não serão gratuitos neste ano lectivo, ficando agora essa medida adiada para 2003. «Muito menos se perspectiva a extensão da gratuidade a todo o ensino básico», confor-



Continua a exigência do direito à Educação

me reclama a Ferlap e determina a Constituição. Também ainda não será generalizada, neste ano lectivo, a alimentação nas escolas do 1.º Ciclo, apesar de uma petição ter merecido aprovação unânime na Comissão Parlamentar de Educação e de o Ministério ter recebido da AR a recomendação de encontrar uma solução.

A CDU de Sintra, num levantamento sobre a situação da educação pré-escolar no concelho, verificou que há mais de três mil crianças que não encontram lugar em creches, jardins de infância e ATLS. Numa conferência de imprensa dada também no dia 18, comunistas e seus aliados nas autarquias sintrenses apontaram responsabilidades aos ministérios da Educação e da Solidariedade e à Câmara Municipal pela longa «lista de espera» e por outras perturbações que marcam o início do ano lectivo.

EPPE

A Comissão de Pais e Encarregados de Educação da Escola Pública Profissional de Electrónica e Telecomunicações – estabelecimento que o Ministério da Educação pretendia entregar ao **Grupo Ensinus** no final de Agosto mas que, pela luta desenvolvida, se manteve a funcionar – avançou com a

formação de uma Associação, cuja assembleia geral constituinte deverá ter lugar no início de Outubro. Entretanto, foi reafirmado ao ministro demitido (e esperando «a mesma compreensão» do sucessor) que se mantém em aberto o *dossier* EPPE. Ofícios de conteúdo semelhantes foram enviados à Direcção Regional de Educação e à Comissão Parlamentar.

Trabalhadores consulares a caminho da greve

Os funcionários dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) preparam-se para endurcer a luta pela implementação do estatuto profissional. A comissão executiva do Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas reúne-se amanhã, em Paris, para decidir as acções futuras, não pondo de lado a hipótese de entrar em greve.

O estatuto profissional foi aprovado em Novembro de 1999 e vigora desde 1 de Abril deste ano. No entanto, os trabalhadores continuam à espera que a lei passe do papel para a prática. O primeiro-ministro, o MNE e os restantes ministérios envolvidos já foram contactados pela comissão executiva, ainda não tendo dado nenhuma resposta.

Entretanto, circula um abaixo-assinado nos postos consulares portugueses, tendo sido recolhidas mais de 600 assinaturas.

Numa nota à imprensa, o sindicato considera que a posição do MNE não é «animadora», nomeadamente por «revelar insuficiências financeiras (ou falta de vontade política) para cumprir as obrigações estatutárias aprovadas».

Trabalho cresce

Em contrapartida, o trabalho não pára de aumentar. «Agora até pretendem impor aos trabalhadores consulares um serviço de piquete através de um telemóvel, o que implica a disponibilidade permanente ao fim-de-semana, sem quaisquer garantias de remuneração», afirma o sindicato.

Acrescente-se que este regime que agora se pretende implementar não está contemplado no estatuto profissional nem no regulamento consular, e não pode ser criado por uma simples circular.

«As carências de pessoal são evidentes, não se sabendo que resposta vai haver a crescentes solicitações que vêm recaindo sobre os postos consulares portugueses», alertam os sindicalistas, preocupados com a nova lei de passaportes que diz que estes serão emitidos por um número menor de postos.

Outra nova tarefa decorre da votação presencial dos emigrantes nos consulados, que ocorrerá já nas eleições presidenciais de Janeiro e que obriga a abertura das instalações durante o fim-de-semana, sem que esteja garantida qualquer compensação salarial.



Um ministério com «dez meses de inoperância»

Sindicatos criam Plataforma de Saúde

A Federação Nacional dos Médicos, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e o Sindicato dos Técnicos Paramédicos criaram uma Plataforma de Sindicatos e Organizações de Saúde, com o objectivo de combater a política de saúde do Governo e

promover a regeneração do Serviço Nacional de Saúde.

Como foi anunciado em conferência de imprensa na segunda-feira, a criação desta plataforma surge como resposta a «10 meses de inoperância do Ministério da Saúde, associados à emissão de algumas medidas profundamente criticáveis e que

visam o aprofundamento de linhas neoliberais para este sector».

Os profissionais da medicina contestam ainda a existência de documentos que visam a destruição do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente o novo estatuto jurídico aplicável a todos os hospitais.



A batalha da saúde

● Bernardino Soares

Está em curso uma das maiores ofensivas de sempre contra o Serviço Nacional de Saúde. O terreno tem vindo a ser eficazmente preparado. A estratégia consiste em degradar paulatinamente o SNS para que aos olhos de todos a privatização surja como inevitável. Vejamos algumas das linhas de ataque.

1 - O aumento da dívida. Em 2000 é previsível que a dívida chegue aos 300 milhões de contos (!), apesar das verbas extraordinárias injectadas no anterior Orçamento de Estado. Tal situação é aproveitada pelos sectores neoliberais e privatizadores para pregar aos quatro ventos que o desperdício é inaceitável. Acontece que este desperdício é o resultado directo da submissão da política de saúde aos interesses económicos do sector. Tais gastos não significam um aumento de resposta dos serviços de saúde mas sim um aumento dos lucros dos interesses privados. E nisto assume especial relevância a área dos medicamentos. Este ano a indústria farmacêutica conseguiu induzir um aumento de 50% no consumo de medicamentos nos hospitais para além do crescimento nas vendas em farmácia comercial. Entretanto o Governo resolveu alterar a legislação das participações favorecendo ainda mais a indústria farmacêutica, ao criar um escalão de participação de 20% para o qual os novos medicamentos serão considerados enquanto decorre a sua avaliação para posterior inclusão noutra escala. Introduce-se ainda a possibilidade de negociação entre a direcção do INFARMED e as empresas dos medicamentos em prejuízo dos critérios de avaliação científicos.

2 - O aumento da prestação privada de cuidados de saúde. De diversas formas mais ou menos camufladas o Governo vai empurrando cada vez mais o Estado para o papel de mero financiador, deixando cada vez mais campo para a substituição dos serviços públicos pelos privados. É o que acontece por exemplo na recuperação de listas de espera. A lei aprovada na

Assembleia da República, por proposta do PCP, prevê expressamente que o recurso a contratos com privados só se verifique quando comprovadamente os serviços públicos tenham esgotado a sua capacidade de dar resposta às necessidades dos utentes. Acontece que o Governo decidiu fazer vista grossa e contratar preferencialmente com privados a recuperação das listas de espera independentemente de existirem serviços públicos com capacidade e obrigação de o fazerem. E estes contratos, com a duração de 5 anos, são renováveis automaticamente, o que denuncia a intenção de transferir definitivamente para os privados a prestação de cuidados de saúde nestas áreas. A receita é simples: o Estado paga e o privado lucra.

3- Gestão pública ou privada.

Há muitos anos que os sectores neoliberais e privatizadores tentam vender a ideia de que a gestão pública só gera desperdício e de que a privada é altamente eficiente. Como se a má gestão fosse uma característica genética da gestão pública. O que aconteceu de facto ao longo dos anos foi uma intencional degradação da gestão pública. Desde logo pela nomeação de administrações das unidades de saúde com base no critério do compadrio ou da filiação partidária e não da competência. E também pela política de atrofiamento financeiro das instituições públicas e saúde e de limitação das modalidades jurídicas possíveis para uma gestão pública mais eficaz. E é assim que nos é apresentada como inevitável, para a obtenção de uma maior eficácia, a entrega da gestão a privados (como acontece já no Hospital Amadora/Sintra onde aliás tudo se prepara para a renovação do contrato e possivelmente para o seu alargamento a outras unidades), ou no mínimo um regime em que se diminuam os direitos dos profissionais, designadamente precarizando a sua relação laboral. Com esta política quem está verdadeiramente entre a espada e a parede é o Serviço Nacional de Saúde público. E é o Governo do PS que empunha ameaçador a espada, empurrando o SNS contra a privatização tão desejada pelos interesses privados. Mas esta é uma luta que está longe de estar perdida. Exige-se dos comunistas engenho e arte na mobilização das populações e dos profissionais de saúde para a defesa do Serviço Nacional de Saúde. Esta é sem dúvida uma das importantes batalhas do momento.

Impostos sobre o rendimento em projecto do PCP

Por maior equidade e justiça fiscal

A Assembleia da República analisa no próximo dia 27 um projecto de lei do PCP que preconiza a reforma dos impostos sobre o rendimento. A somar a muitas outras propostas neste domínio por si já apresentadas, este é mais um contributo dos comunistas no sentido de uma maior equidade e justiça fiscal visando simultaneamente a profunda reforma do sistema.

Os trabalhos em plenário da presente sessão legislativa, iniciada formalmente no passado dia 15, têm assim no debate em torno deste diploma da bancada comunista a sua primeira abordagem concreta sobre uma matéria que diz directamente respeito aos trabalhadores e ao povo português.

Conhecidos são os pressupostos que estão na base desta iniciativa legislativa. O diagnóstico desde há muito está feito e nele sobreleva a iníqua repartição da carga fiscal que penaliza os rendimentos do trabalho dependente e privilegia escandalosamente os rendimentos do capital.

Como refere o Grupo Parlamentar do PCP na nota preambular do diploma, «a carga fiscal é excessiva e injusta para os contribuintes cumpridores», enquanto «os rendimentos de capital vivem num paraíso», atingindo a «evasão e os benefícios fiscais proporções insustentáveis».

E só a ausência de vontade política pode explicar que, sendo esta uma realidade desde há muito constatada, ainda nenhum governo tenha tido a coragem de a alterar. Tanto mais que as soluções, essas, também desde há muito que são apontadas. «O que há é opções políticas a fazer, urgência em decidir e necessidade de concretizar», sublinha o PCP.

Combate à fraude e à evasão

E é esse desafio que agora é de novo colocado à Assembleia da República com esta reforma dos impostos sobre o rendimento, uma vertente do sistema onde é mais gritante a política de favores fiscais e onde é mais gravemente atingido o princípio da igualdade e da justiça social.

Tal reforma, nas suas linhas gerais, privilegia o alargamento das bases de tributação, optando por uma política de restrição dos benefícios fiscais, bem como pelo combate efectivo à fraude e à evasão fiscais.

Neste último plano, de acordo com o articulado do diploma, o PCP defende o alargamento do acesso das autoridades fiscais às informações protegidas pelo sigilo bancário, preconizando em paralelo a inversão do ónus da prova para as empresas que em três anos consecutivos declarem prejuízos ou resultados fiscais nulos.

Ainda no plano da luta contra a fraude e a evasão fiscais, destaque para a proposta que advoga a revogação dos benefícios fiscais concedidos às actividades financeiras nas zonas francas, merecendo igual relevo a que defende a aplicação de regimes indirectos, simplificados e objectivos, de determinação dos rendimen-

tos líquidos das profissões liberais e dos comerciantes e industriais em nome individual.

Não menos importantes são também as propostas que consagram o princípio da presunção de rendimentos pelo exercício de determinadas funções e nas operações entre uma sociedade e os seus sócios, administradores ou gerentes, e bem assim, a que exige a explicitação de rendimentos que, por o não estarem de forma clara, têm fugido à incidência de tributação.

Não aos privilégios ilegítimos

A tributação efectiva dos resultados das instituições bancárias, eliminando benesses afrontosas sem qualquer justificação económica, constituiu, por sua vez, uma das propostas formulada no capítulo do alargamento da base tributária visando uma mais justa repartição da carga fiscal.

Realce, neste plano, merece igualmente a revogação do regime de excepção concedido às mais-valias mobiliárias, decorrentes da alienação ou troca das quotas ou acções de que são titulares as sociedades gestoras de participações gerais.

A eliminação de múltiplos benefícios fiscais concedidos a rendimentos e operações financeiras é outro dos objectivos inscritos no diploma do PCP, que não desiste de ver também eliminados os privilégios ilegítimos concedidos aos rendimentos provenientes de dividendos e juros.

Particularmente importante é ainda a proposta que altera a tabela de taxas do IRS, reduzindo de forma degressiva a carga fiscal sobre os contribuintes e nela introduzindo uma maior progressividade.

Por proposta do PCP

Reforma das OCM's em debate

Foi aceite o pedido do Grupo Parlamentar do PCP para a realização de uma audição parlamentar sobre a reforma das Organizações Comuns de Mercado (OCM's) das Frutas e Produtos Hortícolas e do Arroz. Em carta enviada na passada semana ao presidente da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, os deputados Lino de Carvalho e Agostinho Lopes justificam a sua proposta com a necessidade de serem ouvidas organizações representativas

daqueles sectores, bem como as Confederações Agrícolas e o ministro da Agricultura, agora que estão em curso os trabalhos preparatórios para a reforma das referidas OCM's, que comportam significativas e preocupantes consequências para os respectivos produtos e para a agricultura nacional.

Na sequência da aprovação pela Comissão Parlamentar da sua proposta, o Grupo Parlamentar do PCP divulgou, entretanto, a lista de entidades que em sua opinião devem

ser ouvidas no decorrer deste processo, a saber: CNA - Confederação Nacional da Agricultura; CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal; AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal; FENAFRUTAS - Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Horto-Fruticultores; Associação dos Orizicultores de Portugal - AOP; Associação Portuguesa dos Orizicultores - APOR; Associação dos Industriais de Tomate.

Contra a pobreza e a violência Cresce a adesão e o entusiasmo

Envolvidas na Marcha Mundial das Mulheres Contra a Pobreza e a Violência, as mulheres de todo o mundo aceleram o seu ritmo e aproximam-se a passos largos para o culminar de todo um conjunto vasto de iniciativas que têm vindo a ser levadas a cabo desde o dia 8 de Março - Dia Internacional da Mulher.



Marcha mundial das mulheres
2000

Seminário em Lisboa

Momento alto do conjunto de actividades programadas em Portugal no âmbito da Marcha Mundial das Mulheres será seguramente o Seminário a realizar no próximo sábado no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa. A abertura dos trabalhos, com início às 10 horas, estará a cargo de Rosa Xisto, da Plataforma da Marcha Mundial das Mulheres do Ano 2000. A importância de um programa de luta contra a pobreza e a exclusão social será o tema da segunda intervenção, a proferir por Ilda Figueiredo, deputada ao Parlamento Europeu. Ainda no período da manhã, a preceder o debate antes de almoço, intervirá Heloisa Perista, da CESIS, numa reflexão sobre a pobreza no feminino, suas dimensões estruturais e traços recentes.

À tarde, pelas 15 horas, os trabalhos recomeçam com uma intervenção de Maria Macedo, da Plataforma da Marcha Mundial das Mulheres, cabendo, em seguida, a Margarida Medina Martins, da AMCV, deter-se na análise da importância das redes de mulheres como estratégia de combate à violência contra as mulheres.

A abordagem jurídica sobre esta problemática, por sua vez, ocupará o discurso de Conceição Brito Lopes, enquanto Maria Costa Pinto, última oradora, dedicará o seu tempo de intervenção a uma análise sobre a acção da ONU na área do combate à violência contra as mulheres.

Marcha Nacional em Outubro MDM apela à participação

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) lançou «um grande apelo» à participação na Marcha Mundial de Mulheres contra a pobreza e a violência. Em nota da sua Direcção Nacional, reunida no dia 16, o Movimento afirma que a participação no desfile do próximo dia 7 de Outubro em Lisboa, sob o lema «transformar a vida, construir a igualdade», constituirá, para além de uma homenagem a todos quantos lutaram neste século para a conquista de importantes direitos e para o reconhecimento da igualdade, um contributo para a prossecução dessa luta.

Tema em foco na reunião foi também a recente remodelação governamental e, con-

cretamente, a extinção da figura da ministra da Igualdade. Para o MDM é urgente que o Governo clarifique as soluções que pensa adoptar neste domínio, do mesmo modo que considera as mesmas devem ser precedidas de consultas às organizações não governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM).

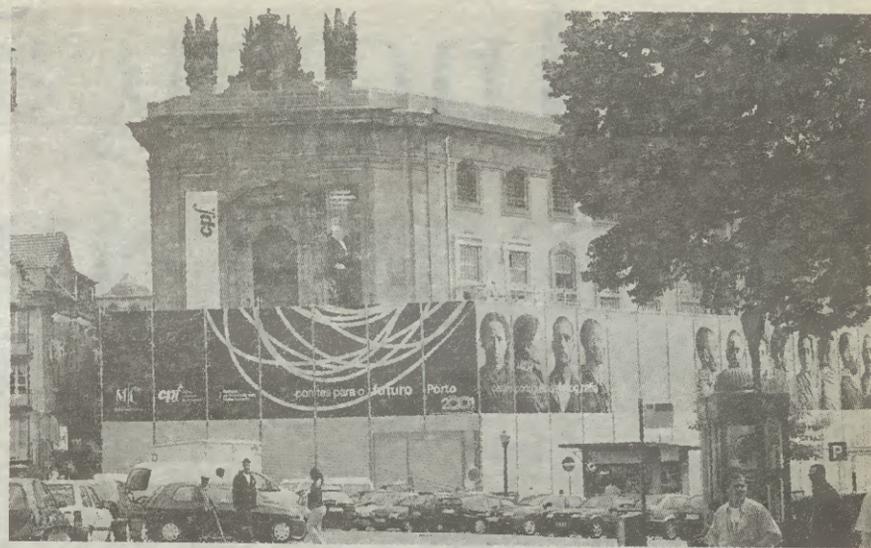
Comentando os desenvolvimentos e peripécias que envolveram a figura da ministra da Igualdade, o MDM observa que tanto a sua criação após as eleições legislativas de 1999 (através de um Gabinete sem meios) e ulterior extinção na primeira remodelação governamental vie-

ram confirmar que para este Governo as «questões da igualdade entre mulheres e homens» não são mais do que «meras peças de propaganda para ser utilizadas em função dos dividendos políticos que possam gerar em cada momento».

No comunicado salientada é ainda, por outro lado, a importância da recente garantia dada ao MDM do direito de antena na RTP, que, complementada com o assento em sede de Conselho Económico e Social desde Maio de 1999, culmina a «actividade desenvolvida pelo Movimento ao longo de anos com vista ao reconhecimento destes direitos às associações de mulheres».

Em Portugal, onde as mulheres são as primeiras vítimas das situações de pobreza e violência e as que sofrem as piores discriminações, este apelo logo teve eco. E, passo a passo, as mulheres portuguesas constituíram uma Plataforma de organizações a nível nacional, que conta hoje com 99 organizações, e têm programadas diversas actividades, entre as quais se inclui uma marcha nacional a realizar no dia 7 de Outubro, às 15 horas, em Lisboa, no Marquês de Pombal.

ma de organizações a nível nacional, que conta hoje com 99 organizações, e têm programadas diversas actividades, entre as quais se inclui uma marcha nacional a realizar no dia 7 de Outubro, às 15 horas, em Lisboa, no Marquês de Pombal.



Toque de finados

• Jorge Sarabando

A demissão de Fernando Gomes do Governo - dir-se-ia nas condições em que ocorreu uma espécie de defenestração por parte do seu Partido - assinala o toque de finados de uma política, de um projecto e de um estilo de exercício do poder.

Parecia firme Guterres em Esposende, desafiando a espada encostada à parede do Orçamento, recusando a «cabeça dos camaradas» à direita que demagogicamente a exigia. Em poucos dias António Guterres desdisse o que antes disse e demitiu, com laivos de humilhação pública, quem antes parecia defender a todo o custo.

Ensaaiando entre chantagens à esquerda e concertações à direita, aí está o guterrismo no seu esplendor: protestos de sensibilidade social para o povo escutar, conúbio com os poderosos para governar.

Falar-se, neste entrementes, de conspiração de Lisboa contra o Porto representa uma apressada simplificação.

Se é inegável que alguma imprensa o escolheu como alvo a abater, tão persistentes eram os ataques, foi Fernando Gomes quem mais contribuiu para o desgaste da sua própria imagem. Tendo levado consigo um assessor de imprensa, que motivou, aliás, uma intervenção no Parlamento sobre o chorudo ordenado que lhe foi atribuído, terá pensado que poderia fazer, no Governo, o mesmo «show off» que fez na Câmara do Porto.

Mas o protagonismo mediático, que antes se mostrou vantajoso, criando a imagem dinâmica de quem lançava pontes (imaginárias), túneis (virtuais) e um sem-número de empreendimentos (ilusórios), no Ministério revelou-se fatal.

A forma como pretendeu responder, entre frases imponderadas e viagens de comboio com polícias à ilharga para telejornais mostrarem, à escalada demagógica e populista em torno dos problemas de segurança, foi tão desastrosa como inconsequente.

Depois de um primeiro mandato em que a cidade parecia «mexer», depois de anos de estagnação, a maioria PS, em que pontificava, apresentou um projecto de cidade, com audaciosas propostas de obras públicas, assente numa concepção de desenvolvimento do Porto como pólo económico do noroeste peninsular, voltado para o turismo e para o chamado terciário superior.

Muitos desses empreendimentos, então pomposamente anunciados ficaram por realizar, enquanto outros se arrastam penosamente.

Defendia então o Presidente da Câmara, e a maioria que o apoiava, que o problema estaria no centralismo e no cavaquismo, que negavam ao Porto e ao Norte os investimentos necessários.

A nova governação PS foi, assim, assinalada com júbilo pela maioria como o advento de uma nova era. Foi a época, em que a sua arrogância e auto-suficiência foram mais longe, retirando à CDU o pelouro que meses antes lhe tinha atribuído.

Mas cinco anos depois, os financiamentos continuam difíceis e incertos. Grandes obras ficaram pelo caminho.

Os principais problemas da cidade, como o da habitação, com locais de degradação já irreversível, continuam sem resposta capaz, o trânsito cittadino tornou-se um inferno sem fim à vista, com apertados nós por desatar. Projectos antigos, como o do Mercado do Bolhão, continuam sem arrancar, para desespero dos comerciantes.

A excelente Exposição dos 25 anos do CRUARB mostrou o que de muito positivo tem sido feito na recuperação do Centro Histórico, e muito do que ainda está por fazer, por responsabilidade de sucessivos governos.

Cercado por um anel de grandes superfícies, atravessado por obras morosas e mal planeadas, o Porto tornou-se uma cidade onde a classe dos comerciantes, outrora numerosa, pujante, dinâmica, marca de identidade cidadina, vive uma fase de regressão, uma situação de ruína e empobrecimento que alastra e exige a atenção pública.

Chegarão ainda a tempo das eleições algumas oportunas inaugurações, e todas servirão, mesmo o simples arranjo urbanístico de uma humilde capela como a da Senhora da Luz, saudado, há dias, bondosamente como a primeira e auspiciosa das obras do Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura.

Inventarão ainda novos festejos na Noite de Reis.

Mas, por mais que se esforce, este PS/Porto, tendo em Fernando Gomes a mais reclamada das referências, não conseguirá disfarçar a dimensão do insucesso de uma década de gestão municipal. Os financiamentos da Administração Central continuam tão difíceis e inacessíveis como antes; a regionalização, bandeira de tantos anos, continua adiada, em grande parte por responsabilidade das cedências e hesitações do próprio Partido Socialista.

Com o PS enfraquecido por desavenças intermináveis, o PSD agressivo na ânsia de mais poder, com lances mediáticos e lamentáveis contendas entre figuras públicas, o Porto vive, com tantas dificuldades resultantes de uma errada política, um dos momentos mais difíceis.

O momento em que também se torna clara e inadiável para muitos portuenses a necessidade de uma alternativa à hegemonia rotativa dos dois maiores partidos, tão opostos e tão iguais.

Inovação à moda antiga no Tagus Jurassic Park

Perguntámos várias vezes, e o presidente confirmou sempre: para aprovação dos projectos a instalar no Taguspark não são considerados quaisquer critérios de ordem social ou laboral. A visita ao Parque de Ciência e Tecnologia instalado em Oeiras mostrou-nos como um projecto realmente inovador pode conviver com práticas de exploração que apontam, em acelerada marcha atrás, às origens mais selvagens do capitalismo.

Nuno Vasconcelos, engenheiro, preside à Comissão Executiva do Parque desde que António Guterres e o PS foram para o Governo. À reportagem do «Avante!» valorizou o «espaço de sucesso» que tem sido o Taguspark, onde hoje funcionam 110 empresas e há uma «população» superior a 4 mil pessoas. Destas, 80 por cento têm menos de 40 anos, 50 por cento têm entre 20 e 30 anos, e também 50 por cento são licenciadas. A par de muitas micro e pequenas empresas – o Taguspark serve também como centro de «incubação», apoiando sob várias formas a formação de empresas de base tecnológica – existem ali alguns gigantes. O presidente da Tagusparque SA salientou, para além do Instituto de Soldadura e Qualidade (de que falamos nestas páginas), o BCP (Jardim Gonçalves tem ali cerca de 1500 pessoas a trabalhar para ele e os seus accionistas), a Portugal Telecom (que, nas duas empresas de parceria com a IBM, a CGI e a Case para os sistemas de informação, terá 500 ou 600 trabalhadores) e a Eastécnica.

A bem da Empresa

O maior sucesso, segundo Nuno Vasconcelos, verifica-se precisamente no campo empresarial. Todos os espaços disponíveis estão ocupados, os números do emprego têm crescido a uma média anual de 20 por cento, há uma baixa taxa de insucesso (falências) e até as estatísticas sobre o tamanho das pequenas e médias empresas colocam o Taguspark num valor (13,3 pessoas) que é quase o dobro da média nacional. Hoje, salienta, existe ali «um potencial enorme de criatividade». Mas Nuno Vasconcelos reconhece – numa conversa que foi mais «técnica» do que «política» – os «andamentos distintos» relativamente à área académica e à Investigação e Desenvolvimento. «Junta universidades, empresas e investigação é que foi inovador», diz o presidente da Tagusparque (sociedade gestora do Taguspark, que tem como sócia maioritária a Câmara Municipal de Oeiras, num total de quase duas dezenas de accionistas). Já ali estão a Universidade Técnica de Lisboa (com o ISEG e o Instituto Superior Técnico), que prevê levar para ali mais de 3 mil estudantes nos próximos anos e o INESC. Vizinhas do Taguspark são a Faculdade de Engenharia da Católica e a Universidade Atlântica. Quanto à Investigação e Desenvolvimento, Nuno Vasconcelos reconhece o que há muitos anos é sabido e continua por alterar: «é pouco apoiada» e não tem o investimento por parte das empresas, «só o Estado é que faz». Gostaria também de ver ali nascer uma creche, um «museu de Ciência viva» e uma residência de estudantes do Técnico.

Intervenção do PCP

Paulo Maurício, numa crónica recentemente publicada no «Avante!» (N.º 1396, de 31 de Agosto), questionava se o surgimento de cursos de Engenharia e Informática num local onde também existem empresas destas áreas não significará «um permanente fornecimento de mão-de-obra qualificada, barata e precarizada, ainda enquanto estudantes». Dissertando sobre os problemas e potencialidades da intervenção do Partido no Taguspark e a necessidade do seu reforço, aquele membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP também referia a especial atenção que devem merecer as grandes unidades, como o BCP ou a Portugal Telecom.

Os leitores mais atentos certamente recordarão algumas «pinceladas» que no «Avante!» já foram dadas para traçar o quadro das condições de trabalho nestes dois grupos e, designadamente, nos serviços instalados no parque de Porto Salvo. Mas brevemente voltaremos ao assunto, agora sob este ponto de vista especificamente, a exemplo do Instituto de Soldadura e Qualidade.

«Com um persistente e paciente trabalho de organização e intervenção, as crescentes e diversificadas formas e conteúdos da exploração capitalista podem ir sendo desvendadas na consciência de cada trabalhador e transformadas numa acção colectiva de todos», escrevia Paulo Maurício. Do andamento desse trabalho iremos dando conta na nossas páginas.



Nuno Vasconcelos valorizou o «enorme potencial de criatividade» do Taguspark

• Domingos Mealha (texto)

Instituto de Soldadura e Qualidade O mau exemplo chegou primeiro

O ISQ está no Taguspark há 7 anos, mas os trabalhadores continuam, como em 1965, a não ter garantidos direitos essenciais como uma carreira profissional e a definição clara dos princípios de remuneração.

«Quando fomos mandados para ali, ainda nem havia estradas, os táxis recusavam-se a entrar de inverno naquele lamaçal e as paragens de autocarros ficavam muito longe», recorda Isabel Gomes, falando das condições em que, há sete anos, o Instituto de Soldadura e Qualidade se mudou de Benfca para o território do Taguspark. Dirigente sindical dos Metalúrgicos e trabalhadora administrativa do ISQ há 25 anos, Isabel Gomes integra também o organismo de Empresas da organização concelhia do PCP. Apontando como caso extremo o facto

de as actuais instalações ainda hoje não terem água potável a correr nas torneiras, continua a insistir na resolução de problemas que se arrastam há muito, com prejuízo para os trabalhadores e para o clima de trabalho no Instituto, e que desmentem, no plano social, a imagem de modernidade com que os responsáveis gostam de vestir a primeira instituição a mudar-se para o actual Taguspark.

Sem contratação colectiva

O ISQ é uma associação privada, que conta com 200 empresas associadas e «várias centenas» de sócios individuais – como refere o folheto oficial de apresentação. A composição do Conselho de Administração confirma que «quem dirige o Instituto são as grandes empresas», como salientou Isabel Gomes. De facto, com Dias Miranda há vários anos no cargo de director-geral, a administração é constituída por representantes da ADP (Adubos de

Portugal, do Grupo Mello), da Petrolgal, da Lisnave, da Gás de Portugal, da Daimler Crysler Rail Systems e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Os números dos últimos anos e as afirmações dos responsáveis enfatizam o crescimento do volume de negócios, o alargamento das actividades e a internacionalização. O Instituto detém ainda participações financeiras, algumas de grande peso, em mais de uma dezena de empresas. Em cada um dos últimos dois anos apresentou lucros líquidos superiores a 400 mil contos. Esta situação é referida pela sindicalista comunista para realçar o contraste com a situação dos cerca de 600 trabalhadores que actualmente laboram no ISQ. Uma vez que este não é, formalmente, uma empresa nem um instituto público, não estão abrangidos por nenhum instrumento de contratação colectiva; a legislação laboral aplicável é o regime geral do contrato individual de trabalho e uma portaria de 1993 sobre trabalhadores administrativos.

Como resultado, não está garantida uma carreira profissional nem estão definidos critérios de progressão em níveis de remuneração. Vigora, protesta Isabel Gomes, «a vontade dos chefes», criando

casos injustificados de discriminação salarial, a partir de uma actualização mínima generalizada muito baixa (geralmente, acompanhando os valores definidos pelo Governo para a Administração Pública). Em 1999, por exemplo, houve aumentos salariais que, em meia dúzia de casos, chegaram aos 30 contos e, a um número igualmente reduzido de trabalhadores, foram atribuídos prémios de mil contos. «Não são conhecidos os critérios e isto perturba o ambiente laboral e divide os trabalhadores», lamenta a dirigente sindical. Refere ainda a falta de um refeitório ou de um local para os trabalhadores tomarem as refeições que



Isabel Gomes insiste na acção colectiva em defesa dos trabalhadores do ISQ

Mais de 80 por cento do pessoal está contratado a prazo e recebe o subsídio de férias às prestações



O parque de estacionamento ainda está por asfaltar e os acessos, ao ISQ como à todo o Taguspark, continuam a ser um suplício para quem trabalha ou vive na zona de Porto Salvo

trazem de casa e protesta contra o sistema ilegal de pagamento do subsídio de férias em 4 prestações trimestrais aos trabalhadores contratados a termo (a esmagadora maioria, pois apenas 60 ou 70 funcionários têm vínculo efectivo ao ISQ). Isabel sabe que os problemas são sentidos pelos trabalhadores e afirma que «geram descontentamento». Mas a precariedade do emprego e a ameaça de retaliações com reflexos monetários acabam por impor a opção de não protestar. A própria liberdade sindical se vê restringida, havendo mesmo trabalhadores que são sócios «clandestinos» do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. Neste contexto, o organismo de Empresas concelhio do PCP procura «acompanhar a situação e ganhar os trabalhadores para se organizarem e lutarem». Contudo, até as distribuições de propaganda à porta do Instituto (designadamente no quadro das acções realizadas a nível nacional) têm servido para confirmar o receio que reina entre os trabalhadores. «Mas a verdade é que, mesmo com cautelas e receios, quando alguém está aflito vem ter connosco, procurando apoio e encaminhamento», reconhece Isabel Gomes.

Luta e castigo

Quando lhe perguntámos se conhecia casos concretos de trabalhadores punidos por reivindicarem ou protestarem abertamente, Isabel Gomes não precisou de pensar muito e contou a sua própria história, em dois episódios. Ainda nas instalações de Benfca e com um número significativamente inferior de trabalhadores ao serviço, os responsáveis do ISQ pediram a cada um dos funcionários que expusesse, em relatório escrito, os problemas sentidos e eventuais sugestões. «Escrevi o que entendia ser fundamental alterar e, logo de seguida, levei 15 dias de suspensão sem ordenado», recorda. «Recorri a tribunal, com o apoio do sindicato, e quando souberam, meteram-me a cumprir o horário numa sala, sem fazer nada, durante dois anos.» Acabou por ganhar o processo judicial e concordou em mudar de área de trabalho. O segundo episódio tem lugar já na

preparação da mudança dos trabalhadores para o Tagus Park. Foi criada uma comissão, que propôs a cada trabalhador as condições oferecidas. Isabel exigiu o mínimo previsto na lei geral do trabalho, quando da deslocação para outro concelho: a diferença no preço do passe social, mais uma hora de manhã e outra à tarde. A recusa da direcção levou a sindicalista comunista a recorrer novamente aos tribunais. No ano passado, acabou por chegar a acordo com os responsáveis do ISQ, que lhe incluíram uma verba suplementar no ordenado e pagaram uma indemnização pelos 7 anos decorridos. «Há outros casos», afirma Isabel Gomes, sem concretizar nomes nem datas, mas apontando como exemplo um método com consequências duras no orçamento dos trabalhadores: o retardamento dos pagamentos de horas extraordinárias e subsídios de turno.

Comer na relva

Apesar de albergar regularmente sete ou oito centenas de trabalhadores (entre pessoal do Instituto e formandos), o ISQ não tem um refeitório, nem sequer disponibiliza uma sala onde seja possível tomar as refeições que trazem de casa. Os responsáveis do Instituto têm procurado escurar esta falta em falsas alternativas. Comer nos restaurantes existentes no edifício central do Taguspark é caro. Tomar o autocarro para chegar aos restaurantes do Cacém é demasiado demorado, sobretudo nos dias de chuva. Resta fazer aquilo por que muitos trabalhadores optaram, como contou Isabel Gomes: comer nas secretárias de

trabalho, nos corredores ou, quando está bom tempo, vir cá para fora, para a relva... Também o posto médico é uma falta sentida pelos trabalhadores e uma reivindicação antiga do sindicato, que considera insuficiente a ida de um médico, duas vezes por semana, para consultas numa sala que nem marquesa tem e onde, na prática, se limita a passar receitas. Num local de trabalho onde não são assim tão raros os acidentes (motivados, por exemplo, por fadigas nos olhos dos soldadores, choques eléctricos, queda de chapas), o recurso é chamar a ambulância e recorrer ao Hospital Amadora-Sintra.

Duplicar verbas contra exclusão

A eurodeputada comunista Ilda Figueiredo defendeu na terça-feira, em Bruxelas, a duplicação da dotação financeira do programa comunitário para a luta contra a exclusão social, estabelecendo-a em 28 milhões de contos. Esta é uma das alterações que a deputada do PCP quer introduzir no documento, juntamente com um conjunto de medidas apresentadas na Comissão de Emprego e Assuntos Sociais Parlamento Europeu. O programa deverá ter como meta a diminuição dos 18 por cento de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza para 15 por cento em 2005 e dez por cento em 2010, bem como a redução para metade a pobreza infantil. De acordo com dados do Eurostat, 65 milhões de pessoas da União Europeia vivem com baixos rendimentos, uma média que se reflecte nas taxas de pobreza nacionais, com variáveis entre os 10 a 11 por cento na Holanda e Dinamarca e os 24 por cento de Portugal. Em declarações dadas pela Agência Lusa, Ilda Figueiredo defendeu a criação de «uma rede de observatórios nacionais que, com os dados já disponíveis e a experiência obtida, permita definir os indicadores que devem ser tidos em conta na União Europeia». Além do crescimento da dotação financeira do programa - a executar entre Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2005 - Ilda Figueiredo gostaria de ver incluído no texto um aumento de 90 por cento do financiamento para acções sobre esta matéria a realizar pelas organizações não governamentais em cada Estado-membro. «Queremos um programa de coordenação com conteúdo, que tenha em conta os programas nacionais já existentes e que permita aferir os indicadores comuns», salientou ainda. Tratando-se de um processo de co-decisão, a versão final do documento está ainda longe do fim, mas a eurodeputada espera que seja possível a apresentação de uma proposta de consenso na cimeira de Nice, em Dezembro, que marca o final da presidência francesa da União Europeia.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia faz letra morta de direitos liberdades e garantias consagrados na Constituição Portuguesa

Nivelar direitos por baixo

Caso o actual projecto em discussão fosse adoptado, muitos dos direitos consagrados na Constituição Portuguesa não seriam reconhecidos pela Carta dos Direitos Fundamentais, cuja versão final deverá ficar pronta no próximo mês de Dezembro.

Apesar de o preâmbulo afirmar que a adopção da Carta visa «reforçar a protecção dos direitos fundamentais à luz da evolução da sociedade, do progresso social e dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos», constata-se que o projecto não resiste a uma comparação com Constituição Portuguesa, ficando muito aquém dos direitos, liberdades e garantias nela consagrados.

Logo no capítulo dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a Carta é omissa quanto ao *Habeas Corpus* (garantia de que ninguém pode ser preso sem culpa formada), assim como não prevê o direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência, entre outros aspectos.

A liberdade de expressão e informação e liberdade de imprensa e meios de comunicação social foram consagradas, no entanto, são omitidas questões importantes como a não limitação destes direitos (censura), infrações nesta matéria, direito de resposta, liberdade e independência dos meios de comunicação social perante o poder político e económico, etc.

Quanto à liberdade de reunião e manifestação e liberdade de associação encontram-se reunidos num único artigo, que inclui ainda a referência a partidos políticos, limitando-se a estabelecer a liberdade de reunião e associação, nos domínios político, sindical (esta vertente surgiu por exigência da Confederação Europeia de Sindicatos, já que, inicialmente, nem estaria prevista) e cívico.

A Carta é omissa quanto ao direito à greve e a proibição do lock-out

O direito de manifestação, não interferência (ex.: pela dissolução ou suspensão de actividades) de autoridades públicas nas associações, não obrigatoriedade de fazer parte de uma associação, proibição de associações militares ou racistas, etc., não são referidos. Da mesma forma está ausente da Carta qualquer referência, por exemplo, à constituição de partidos políticos, proibição da formação de partidos relacionados com religiões ou igrejas, financiamento dos partidos, obrigatoriedade de transparência, participação, etc. Apesar de consagrado o direito de petição, a acção popular não foi incluída.

Conquistas dos trabalhadores

Em relação aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, a Carta apenas estabelece o «direito a protecção contra os despedimentos sem justa causa», ignorando a segurança no emprego ou os despedimentos por motivos políticos ou ideológicos.

São inexistentes referências às comissões de trabalhadores e em relação à liberdade sindical a Carta só refere que os «representantes eleitos dos trabalhadores gozam do direito à informação e consulta», esquecendo por exemplo direitos como liberdade de inscrição, liberdade de organização e regulamentação das associações sindicais, independência das associações em relação ao patronato, ao Estado ou aos



Os direitos sindicais dos trabalhadores têm uma expressão lacónica no projecto de Carta europeia (foto de arquivo)

partidos, direito das associações estabelecerem relações ou filiar-se em organizações sindicais internacionais, etc.

Também os direitos das associações sindicais e contratação colectiva foram reduzidos ao «direito de negociar e celebrar convenções colectivas», ficando de fora questões como a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, representação nos organismos de concertação social, participação em processos de reestruturação de empresas, etc.

O direito à greve e proibição do *lock-out* não são reconhecidos pela Carta que lacónicamente se refere ao «direito (...) de recorrer (...) a acções colectivas (...) nas condições previstas pelo direito comunitário e pelas legislações e práticas nacionais».

O direito ao trabalho não ficou estabelecido assim como outros aspectos consagrados na Constituição Portuguesa: trabalho igual, salário igual; salário mínimo nacional; protecção das condições de trabalho dos trabalhadores-estudantes, etc.

Antecedentes da Carta

Os tratados fundadores da construção europeia - Paris e Roma - não tinham como preocupação a temática dos direitos fundamentais, centrando-se apenas em domínios económicos perfeitamente definidos (Comunidade Económica do Carvão e do Aço, Comunidade Europeia da Energia Atómica, Comunidade Económica Europeia).

Apesar do Tratado da CEE ter um âmbito alargado, ainda não contemplava os direitos fundamentais, tendo sido a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950) usada como modelo de garantia desses mesmos direitos na Europa.

Como anexo ao Tratado da União Europeia, de 1992, 14 estados-membros acordaram um protocolo relativo à política social que incluía o Acordo Social. De fora ficou o Reino Unido que optou por não se associar.

O documento definia os objectivos da política social, orientados pela Carta Social de 1989: promoção do emprego, melhoria das condições de vida e de trabalho, luta contra a exclusão, desenvolvimento dos recursos humanos, entre outras preocupações. Estabelecia ainda a adopção de medidas na área da política social e destacava o papel primordial desempenhado pelos parceiros sociais no contexto do diálogo social.

O Tratado de Amesterdão foi mais claro ao especificar que «a União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-membros».

Ao mesmo tempo confirmava «o seu apego aos direitos sociais fundamentais, tal como definidos na Carta Social Europeia, assinada em Turim, em 18 de Outubro de 1961, e na Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, de 1989», e estabelece a competência do Tribunal de Justiça, em caso de inobservância dos direitos fundamentais, por parte das instituições europeias.

Quanto aos direitos fundamentais, este novo Tratado previu entre outros aspectos, procedimentos a seguir em caso de violação por parte de um Estado-membro dos princípios da União; maior combate à discriminação (incluindo não só na base da nacionalidade, como também no sexo, raça, religião, deficiência, idade ou orientação sexual); novas disposições relativamente à igualdade entre homens e mulheres; protecção reforçada das pessoas singulares relativamente ao tratamento e à circulação de dados pessoais. Na Acta Final foram incluídas de declarações relativas à abolição da pena de morte, ao respeito pelo estatuto das igrejas ou das organizações filosóficas e não confessionais, assim como às necessidades dos deficientes.

Em 1997, com a decisão do Reino Unido de associar-se à política social comunitária, o Tratado de Amesterdão integrou e reforçou as disposições do Acordo Social.

A proposta de elaboração de uma carta dos direitos fundamentais dos cidadãos da União Europeia surgiu no Conselho Europeu, em Junho de 1999, que estabeleceu como meta para a apresentação do projecto o mês de Dezembro de 2000.

No Conselho Europeu de Tampere, em 15 e 16 de Outubro de 1999, foi definida a composição da instância para a elaboração do projecto, na qual participam além dos Chefes de Estado ou de Governo e da Comissão, representantes do PE e dos Parlamentos Nacionais.

Cidadãos menos protegidos

Quanto à Segurança Social, a Carta «reconhece e respeita o direito de acesso», evitando a formulação mais peremptória do texto português de que «todas as pessoas têm direito» a este bem. A mesma indefinição está expressa em relação à Saúde, onde não se fala de direito à protecção da saúde, mas antes do direito do cidadão à «prevenção sanitária e de beneficiar de cuidados médicos».

Em vez de direito à habitação fala-se do «direito a uma ajuda à habitação, destinada a assegurar uma

existência condigna a todas as pessoas que não disponham de recursos suficientes».

A «protecção do ambiente» é referida de forma muito mais limitada já que são ignorados aspectos como o controlo da poluição e seus efeitos, ordenamento do território, criação de reservas e parques naturais, protecção de zonas históricas ou a educação ambiental.

Os jovens têm um único artigo na Carta que proíbe o trabalho infantil e delimita a idade mínima de admissão ao trabalho, mas pior ficam os

idosos, para os quais não existe qualquer disposição na Carta.

No capítulo dos direitos e deveres culturais, a comparação é quase impossível. Dos sete artigos constantes na nossa Constituição (educação, cultura e ciência; ensino; ensino público, particular e cooperativo; universidade e acesso ao ensino superior; participação democrática no ensino; fruição e criação cultural; e cultura física e desporto), apenas o direito à educação e à investigação científica está representado na Carta.

Alta dos combustíveis Europa revoltada

Milhares de camionistas e agricultores afectados pela subida dos combustíveis inundaram a Europa com protestos, nas vésperas de uma reunião dos ministros dos Transportes da UE, prevista para ontem em Bruxelas.

Da Escandinávia à Irlanda, passando pela Eslovénia, o descontentamento ultrapassou as fronteiras europeias fazendo-se ouvir até em Israel. Na Noruega, centenas de camionistas bloquearam 11 terminais nos principais portos do sul e oeste do país. Na Eslovénia, várias estradas estiveram cortadas por manifestantes que só levantaram o bloqueio após terem chegado a acordo com o governo.

Protestos semelhantes ocorreram na Suécia e Finlândia, com bloqueios parciais de portos no primeiro país, e da refinaria de Porvoo, no segundo.

Já na terça-feira, começaram os protestos na Irlanda, onde 90 por cento dos pescadores paralisaram a sua frota.

As principais artérias de Israel foram igualmente cortadas por camionistas que se uniram à luta dos seus colegas europeus.

Na Inglaterra, o governo prepara legislação no sentido de obrigar as companhias petrolíferas a fornecer petróleo em momentos de crise. Por seu lado, o executivo alemão irá anunciar esta semana um conjunto de medidas para compensar a subida dos preços.

Três semanas depois de ter apresentado um plano de redução fiscal sobre os combustíveis, o governo francês está em forte queda de popularidade, não conseguindo deter a onda de descontentamento. No passado fim-de-semana, durante a Festa do

«L'Humanité» foi a vez de Robert Hué, primeiro-secretário do PCF, exigir que o governo de Jospin reduza ainda mais os impostos de modo a obter um nova baixa dos preços da gasolina, em pelo menos 30 cêntimos (cerca de 10 escudos).

Na vizinha Espanha, agricultores, camionistas e pescadores voltaram a endurecer as acções reivindicando não só a baixa dos preços como outros benefícios para os sectores mais afectados. Mais de 20 barcos bloquearam o porto de Barcelona, enquanto o resto da frota catalã permaneceu amarrada. O mesmo aconteceu com os barcos da região de Valência, de Murcia e da costa mediterrânica de Andaluzia. Depósitos de carburantes foram bloqueados nas províncias de Burgos, Leão, Salamanca e Valladolid, estando mais manifestações anunciadas para esta semana.

Iniciativa PESCA

Lentidão sai cara

Os atrasos da burocracia e a publicação tardia da legislação levaram a União Europeia a retirar mais de 3,5 milhões de contos a Portugal por falta de execução da iniciativa PESCA.

Esta conclusão foi retirada de uma auditoria do Tribunal de Contas relativa ao Programa Propesca em Portugal, que aponta como razões «a lentidão na apreciação de candidaturas e na atribuição de verbas».

Interrogada pela deputada Ilda Figueiredo, a Comissão Europeia, através de Franz Fischler, explicou que «os atrasos e as reduzidas taxas de execução da iniciativa PESCA e dos programas operacionais financiados no quadro do Instrumento

Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP) resultam em parte, nomeadamente no que respeita a Portugal, da publicação tardia da legislação nacional de enquadramento, bem como da reestruturação dos serviços administrativos responsáveis (DGPA), e, por outro lado, da insuficiência dos recursos humanos para a gestão e o acompanhamento das intervenções operacionais ao nível nacional».

O comissário da Agricultura lembra ainda que durante o período do Quadro Comunitário de Apoio II, a Comissão adoptou certas medidas para assegurar a correcta aplicação das dotações dos referidos programas, tendo sido expressas várias advertências

a Portugal, no âmbito do Comité de acompanhamento, e enviadas cartas a chamar a atenção da administração nacional para a necessidade de recuperar os atrasos acumulados.

A situação, acrescenta Fischler, só se normalizou a partir do segundo semestre de 1998, o que permitiu «no final do período do QCAII, a autorização da totalidade do orçamento disponível do IFOP, tendo a realização dos objectivos atingido um nível satisfatório».

O Comissário refere ainda que «a discussão relativa à dotação do IFOP para o QCA III 2000/2006, nomeadamente no que se refere a Portugal, não foi desfavoravelmente influenciada».

Raças autóctones perdem apoios

A deputada do PCP, Ilda Figueiredo manifestou-se preocupada com a intenção declarada pela Comissão Europeia de alterar as regras de concessão de apoios às raças autóctones, o que no caso do nosso país significaria a perda de ajudas no valor de cerca de dois milhões de contos.

Esquecendo a importância que os apoios comunitários tiveram e têm na manutenção de espécies que corriam riscos de extinção, do seu contributo para a produção de carne de melhor qualidade, bem como para a dinamização do sector agrícola em

Portugal em algumas das regiões do interior mais desfavorecidas, a Comissão Europeia pretende retirar o apoio a raças com um número de fêmeas inferior a mil. Deste modo, mais de 20 raças e cerca de 140 mil cabeças de gado (bovino, ovino, suíno e caprino) deixariam de ter direito a ajudas inviabilizando a sua produção.

Ilda Figueiredo já inquiriu a Comissão Europeia no sentido de confirmar a alteração das regras e apurar as razões de tal proposta. A eurodeputada alega que a medida é contrária ao princípio da multifuncionalidade e à defe-

sa de uma produção de qualidade e alerta para as graves consequências socioeconómicas que trará a centenas de agricultores portugueses.

Apontando as vantagens de uma política que apoie a qualidade e a produção regional e não só os interesses da grande produção intensiva, Ilda Figueiredo considera que o Governo português não pode aceitar esta decisão que, a confirmar-se, representa mais um atentado à tipicidade e ruralidade portuguesas, devendo tomar iniciativas para a preservação e defesa do património genético nacional.

Encruzilhada europeia

• Ilda Figueiredo

Apesar do compasso de espera das grandes decisões sobre uma eventual versão restritiva da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais e um futuro mais ou menos federalista da União Europeia a decidir na Cimeira de Nice, em Dezembro, no encerramento da presidência francesa, iniciou-se este novo ano político, no plenário de Setembro, em Estrasburgo, com algumas decisões que importa conhecer pelo seu significado e repercussões futuras na vida dos povos, com especial destaque dos trabalhadores, de cada um dos

Europeu. É que, embora seja necessário ter bem presente a denúncia antecipada que «O admirável mundo novo» de Aldous Huxley faz da clonagem humana, embora seja preciso precaver e tomar as medidas adequadas para impedir qualquer tipo de embriões humanos por parte das empresas de biotecnologia, também não se deve ficar indiferente à necessidade de um maior aprofundamento das questões éticas e jurídicas suscitadas pelo desenvolvimento da investigação no domínio da genética humana. Daí que teria sido muito mais avisado criar uma Comissão encarregada desse estudo e acompanhamento, antes de uma tomada



Estados-membros.

Um dos exemplos mais paradigmáticos é o que se refere à decisão contra a criação de um observatório europeu das mutações industriais, apesar de se saber e reconhecer que as mutações industriais são muito fortes e estão a ser acompanhadas de deslocalizações e encerramento de empresas, desemprego de milhares de trabalhadores, precarização das relações de trabalho, alteração de processos de fabrico e de organização da produção, a exigir cada vez maior atenção dos poderes públicos para evitar sofrimentos humanos que seriam desnecessários com um planeamento adequado e uma intervenção sempre que o interesse colectivo o justificasse. E, assim, cada vez vão ficando mais distantes, a pairar no reino da demagogia, as conclusões da Cimeira de Lisboa relativas ao combate ao desemprego.

Clonagem

Outra posição a merecer atenção é a decisão contra a clonagem de embriões humanos aprovada pelo governo britânico e o apelo a todos os Estados-membros para que aprovelem legislação que proíba toda a investigação sobre qualquer tipo de clonagem humana no seu território. Foi uma deliberação profundamente polémica, que dividiu praticamente a meio os deputados do Parlamento

de posição tão peremptória de apelo à proibição de toda a investigação nesta área.

Livre circulação

São, igualmente, de realçar, embora, neste caso, positivamente, as críticas à Comissão e ao Conselho sobre os obstáculos que persistem quanto à livre circulação dos cidadãos, designadamente quanto à deslocação, residência e estatuto social dos trabalhadores migrantes, à permanência e residência de estudantes e reformados. De facto, como se salienta na resolução aprovada pela maioria do PE, é necessário elaborar, a partir de uma reformulação global dos textos existentes, uma directiva-quadro que organize e garanta o exercício sem entraves da liberdade de deslocação e de residência.

Igualmente, são criticados os Estados-membros que utilizam abusivamente o pretexto da ordem pública para proceder a expulsões, dado que a cidadania da União deve ser interpretada em sentido lato e, portanto, não se devem expulsar os cidadãos de países terceiros nascidos no país de residência ou que tenham ido muito novos para esse país, os residentes de longa duração que têm os seus vínculos culturais, sociais e familiares no país de residência ou os menores. Veremos se vale de alguma coisa. E assim vai a política europeia nesta encruzilhada de interesses antagónicos que se reflectem nas decisões do Parlamento Europeu.

Rússia contra talibãs

O ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Igor Ivanov, apelou a semana passada ao reforço das sanções internacionais contra o regime dos talibã, tanto no Afeganistão como no estrangeiro. Segundo a agência Interfax, citada pela Lusa, Ivanov exortou o Conselho de Segurança da ONU a endurecer as sanções já existentes e a adoptar novas medidas susceptíveis de actuar eficazmente contra os talibãs e as suas tentativas de expansão. A Rússia está disposta a prestar ajuda técnico-militar ao Uzbequistão e ao Quirguistão na luta contra os grupos islamitas armados vindos do Tadjiquistão, suspeitos pelas autoridades locais de terem bases no Afeganistão. Para o Ministério dos Negócios Estrangeiros russo, com os talibãs a comunidade internacional tem de lidar «não com um caso isolado de terrorismo mas com um sistema que se organiza e desenvolve rapidamente, uma forma de terrorismo internacional com ambições geopolíticas perigosas e meios financeiros para a sua realização ameaçadores».

Confrontos em Abidjan

Um grupo armado atacou na madrugada de segunda-feira a residência do general Robert Guei, no poder na Costa do Marfim desde o golpe de 24 de Dezembro, que derrubou o antigo presidente Henri Konan Bedie. As forças fiéis a Guei controlaram a situação. O incidente surge na sequência de grandes tensões entre os militares, devido a não terem sido pagas ainda na totalidade as verbas prometidas em troca do seu apoio ao golpe que levou Guei ao poder. Nos últimos dias a tensão aumentou, devido às interrogações que têm surgido sobre se Alassane Dramane Ouattara, um dirigente da oposição, se poderá candidatar às eleições presidenciais de 22 de Outubro. Uma emenda introduzida à última hora na Constituição estabelece que os pais dos candidatos presidenciais têm de ser originários da Costa do Marfim, o que é entendido como uma forma de excluir Ouattara da corrida presidencial. O líder opositor reafirma que os seus pais nasceram na Costa do Marfim, mas os seus adversários dizem que são naturais do Burkina Faso.

Comboio intercoreano

O presidente sul-coreano Kim Dae-Jung inaugurou no início da semana o estaleiro para a construção do futuro caminho-de-ferro que vai ligar o país à Coreia do

Fujimori não falou em renúncia e o governo pretende continuar em funções até às eleições

Tempos incertos no Peru

A surpresa provocada pela decisão de Fujimori de convocar eleições antecipadas deu lugar à preocupação. No Peru fala-se de «golpe de Estado técnico».

O presidente do Peru, Alberto Fujimori, anunciou na noite de sábado a sua decisão de convocar, «no mais curto prazo possível», eleições gerais antecipadas a que não se candidatará. A medida, tomada dois dias depois do escândalo provocado pela divulgação de um vídeo em que se vê o principal assessor de Fujimori e chefe dos serviços secretos (SIN), Vladimiro Montesinos, a entregar dinheiro [15 000 dólares] a um congressista da oposição, mergulhou o país numa sucessão de sentimentos contraditórios. A surpresa não demorou a transformar-se em alegria, ruidosamente manifestada nas ruas das principais cidades peruanas, mas passados os primeiros dias de satisfação começaram a instalar-se as dúvidas quanto ao verdadeiro alcance da decisão presidencial.

Quando e como deixará Fujimori o poder? Quando se realizarão as eleições antecipadas? Quem assegurará o Poder no período de transição, sendo certo que o Congresso, cuja maioria funciona como mera «correia de transmissão» de Fujimori, é uma instituição completamente desprestigiada? E qual vai ser a reacção das cúpulas militares, sobretudo das mais ligadas ao chefe dos serviços

secretos, Vladimiro Montesinos, envolvidas em casos de corrupção e violação dos direitos humanos? Estas são algumas das incógnitas a que ninguém parece actualmente capaz de responder.

Futuro incerto

Tendo em conta que a Constituição em vigor, imposta por Fujimori após o golpe palaciano de 1992 (ver «Balanço de uma década»), nem sequer contempla a realização de eleições antecipadas, coloca-se a questão da sua revisão e do

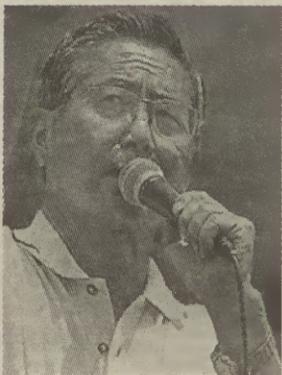
tempo necessário para a levar a cabo. Acresce, por outro lado, que Fujimori apenas anunciou que não se candidataria no escrutínio a realizar, mas nada disse quanto à eventualidade de renunciar de imediato ao seu mandato, o que poderá significar que se propõe manter em funções até às eleições. Não menos significativo é o facto de, até ao encerramento desta edição, todos os ministros de Fujimori continuarem em funções. É neste contexto que ganha consistência a tese de tentativa de «golpe de Estado técnico», avançada no início da semana por sectores da oposição; uma tese que tanto se pode aplicar a Montesinos e aos chefes

Fujimori anunciou eleições mas ainda não renunciou ao mandato

O discurso de Fujimori

«Forças e interesses políticos que não aceitam, nem aceitarão, ficar à margem por mais cinco anos, forças e interesses que representam políticas de governo diferentes da nossa, pretendem uma mudança de governos no mais curto prazo. É minha obrigação moral, como presidente da República, tomar uma decisão face a esta situação que, para além de reafirmar o processo de recuperação económica, atenta contra as legítimas expectativas de progresso dos peruanos. Apesar de ter sido eleito por uma maioria de cidadãos, não quero constituir-me em factor de perturbação e, menos ainda, em obstáculo ao fortalecimento do sistema democrático. Por isso, após uma profunda reflexão e avaliação objectiva da conjuntura, tomei a decisão, primeiro, de desactivar o Sistema de Inteligência Nacional [serviço de espionagem], e, em segundo lugar, de convocar no mais curto prazo possível eleições gerais, medida esta que espero seja acolhida e entendida no seu real contexto pelos organismos competentes. Nessas eleições gerais, escusado será dizê-lo, não participará este que fala, mas sim todos os que se sintam capazes de exercer a Primeira Magistratura ou as funções do congresso. O povo, estou certo, saberá, com prudência, escolher o melhor destino.»

(Excerto do discurso de Alberto Fujimori à nação.)



«Abaixo o ditador», gritaram os populares nas ruas

militares da sua confiança, como ao próprio Fujimori que tudo indica estar a tentar ganhar tempo para arranjar um sucessor para prosseguir a sua política. De acordo com diferentes observadores, é sintomático que as Forças Armadas não tenham apoiado de imediato a decisão anunciada pelo presidente peruano, como sempre sucedeu no passado, e que o paradeiro de Montesinos fosse alvo das mais variadas especulações.

Reacções

Enquanto no Peru a população saía à rua gritando palavras de ordem como «Viva o Peru, abaixo o ditador», e «Não renunciou, o povo derrubou-o», a convocação de novas eleições era saudada no estrangeiro como uma «sábia medida» (EUA), e uma decisão «patriótica e responsável» (Organização dos Estados Americanos - OEA).

Os mesmo que, embora criticando o processo eleitoral, aceitaram os seus resultados, desdobram-se agora em declarações de apoio à transição para a democracia. O presidente norte-americano, Bill Clinton, afirmou a sua confiança em que se leve a cabo no Peru «um processo pacífico e transparente»; a OEA exortou «todas as partes a trabalhar em unidade» e a retomar o mais depressa possível o diálogo para «conseguir uma reforma política» no Peru.

Quanto a Alejandro Toledo, dirigente de «Peru Possível», que abandonou a segunda volta das eleições presidenciais de Maio denunciando a fraude a favor de Fujimori, defendeu a necessidade de «uma candidatura única de unidade nacional», a sua, para afastar do poder os seguidores de Fujimori e instaurar no país uma «democracia plena».

Balanço de uma década

O consulado de Alberto Fujimori, que termina sem honra nem glória, durou mais de dez anos. Esta foi uma década de corrupção e de poder absoluto, como um levantamento sumário feito com base em dados divulgados pela agência EFE bem testemunha:

1990 - 10 de Junho: Fujimori, sem partido nem programa, ganha as eleições presidenciais. Ao escrutínio concorreu também o escritor Mario Vargas Llosa.

1992 - Abril: Com o apoio dos militares, Fujimori leva a cabo um verdadeiro golpe de Estado, dissolve o Congresso, intervé no poder judicial, suspende a Constituição e assume poderes absolutos.

Setembro: O dirigente do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado.

1993 - Janeiro: O Congresso Constituinte confirma Fujimori como chefe de Estado.

Dezembro: A nova Constituição, feita sob a batuta de Fujimori, é aprovada em referendo por 52,3 por cento dos votos.

1995 - Janeiro: Confronto armado entre o Peru e o Equador na zona fronteiriça da cordilheira do Condor por antigas disputas territoriais. O conflito dura cinco semanas.

17 de Fevereiro: É assinada a declaração de Paz de Itamaraty entre o Peru e o Equador.

9 de Abril: Fujimori é reeleito presidente com 64,4 por cento dos votos, num processo eleitoral pouco claro, a que concorre igualmente o ex-secretário geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar. Alegadamente, Cuéllar não impugnou as eleições para não prejudicar a imagem externa do país.

1996 - 23 de Agosto: O Congresso peruano aprova uma nova lei eleitoral para que Fujimori se possa apresentar a um terceiro mandato consecutivo.

17 de Dezembro: Guerrilheiros do MRTA assaltam a residência do embaixador japonês em Lima, onde durante 126 dias mantêm reféns 72 pessoas. Após intensas negociações, que criaram a ilusão da possibilidade de uma solução pacífica, as forças de Fujimori tomam a residência provocando uma verdadeira carnificina: um refém, dois polícias e os 14 sequestradores perdem a vida.

1999 - 14 de Julho: É capturado o último dos fundadores do Sendero Luminoso, Óscar Ramírez Durand, mais conhecido por camarada Feliciano.

2000 - 9 de Abril: Culminando um processo eleitoral marcado por todo o tipo de fraudes, realiza-se a primeira volta das eleições presidenciais. Fujimori obtém 49,8 por cento dos votos, contra os 40,3 por cento de Alejandro Toledo.

18 de Maio: Invocando a existência de fraude eleitoral, Toledo pede um adiamento da segunda volta das eleições para esclarecimento das múltiplas irregularidades registadas. Fujimori não aceita.

28 de Maio: Toledo recusa-se a participar na segunda volta das eleições e Fujimori apresenta-se como único candidato, «vencendo» com mais de 75 por cento dos votos.

28 de Julho: Fujimori inicia o seu terceiro mandato presidencial consecutivo.

Agosto: Rebenta o escândalo sobre o tráfico de armas, envolvendo o governo e os militares peruanos.

14 de Setembro: O deputado da oposição Fernando Olivera divulga um vídeo em que se vê o principal assessor de Fujimori e chefe dos serviços secretos, Vladimiro Montesinos, a entregar dinheiro [15 000 dólares] a um congressista da oposição que de imediato se passou para as fileiras governamentais.

16 de Setembro: Fujimori anuncia ao país a convocação de eleições antecipadas e a sua intenção de não se recandidatar.

União Europeia pressiona sérvios Sanções à Jugoslávia continuam se Milosevic ganhar

Numa ingerência sem precedentes e de indigna chantagem, a UE divulgou uma mensagem aos sérvios tentando influir nos resultados das eleições de domingo.

No dia 24 de Setembro têm lugar as eleições presidenciais e legislativas jugoslavas (Sérvia e Montenegro) e também as autárquicas na Sérvia. Se o escrutínio der a vitória à oposição, a União Europeia «levantará as sanções contra a República Federal da Jugoslávia (RFJ)» e «dará à Sérvia uma ajuda económica para a sua reconstrução». É o que afirma, com toda a desfaçatez, o comunicado dos 15 divulgado segunda-feira em Bruxelas.

Intitulado «Mensagem ao povo sérvio», o documento começa por afirmar que os sérvios se encontram «perante uma escolha política

crucial». Na manifestação de que os protagonistas da escolha não possuem o discernimento necessário para decidir por si próprios, os 15 fazem questão de lembrar que as eleições «dão ao povo sérvio a possibilidade de recusar clara e pacificamente a política de Milosevic», a qual, na óptica da UE, é «feita de manipulação política, de privação de liberdades e de empobrecimento da população».

O documento não diz que as eleições também podem dar outro resultado, como por exemplo a derrota da oposição, mas essa deve ser uma eventualidade que os muitos democratas da UE

Os sérvios votam como os 15 querem, ou as sanções continuam



Viver em paz, uma aspiração de todos os povos posta em causa na Jugoslávia com a agressão da NATO e as sanções da União Europeia

preferem não encarar. Mas já não se coíbem de afirmar que foi a política do actual governo jugoslavo «que conduziu a RFJ à guerra, ao isolamento e ao impasse», como se fosse legítimo classificar de «guerra» a agressão externa de que a RFJ foi vítima, com a conivência e o aplauso da própria UE.

O pau e a cenoura

Para que não restem dúvidas quanto ao futuro que a União Europeia reserva aos sérvios se não votarem de acordo com o que os 15 consideram «uma mudança

democrática», o documento afirma claramente que «uma mudança democrática levará a uma alteração radical da política da União Europeia face à Sérvia: levantaremos as sanções contra a RFJ; acompanharemos as necessárias reformas políticas e económicas dando à Sérvia uma ajuda económica para a sua reconstrução e apoiaremos a reintegração da RFJ na comunidade internacional».

A chantagem não podia ser mais evidente: ou os sérvios votam como os 15 querem, ou as sanções continuam. E por que sofre sanções a RFJ? Porque os

EUA, a NATO, a UE, numa palavra as potências ocidentais, não querem Milosevic no Poder, mesmo que seja democraticamente eleito.

A terminar esta esclarecedora lição de «democracia», o documento dos 15 ainda faz o favor de dizer que a UE «nunca esqueceu que os sérvios são europeus», e que «um voto pela democracia na Sérvia será um voto pela Sérvia na Europa». É de crer que os sérvios também ainda não tenham esquecido que a sua terra foi bombardeada e destruída com o apoio dos «democratas» da União Europeia.

Amnistia pede fim da pena de morte nos EUA

A Amnistia Internacional e a Federação Internacional de Helsínquia pediram ao Governo dos EUA a abolição da pena de morte no país, numa conferência de imprensa realizada no início da semana, recordando que se registou um erro judicial em 68 por cento das condenações à pena capital dos últimos 20 anos.

As organizações de defesa dos direitos humanos apresentaram outros dados aterradores. Um deles revela que, nos últimos 13 anos, 87 presos saíram do corredor da morte depois de terem sido encontradas provas da sua inocência.

«A pena de morte neste país é arbitrária, injusta e

racista. Pedimos ao presidente Clinton que elimine estas execuções e guie o país para uma nova era de justiça e humanidade», disse Ajamu Baraka, representante da AI.

«É uma vergonha que os EUA continuem a ser o país que mais executa menores. Desde 1993, registaram-se 17 execuções deste tipo no mundo, 12 delas aqui e as restantes no Congo, Irão, Nigéria, Paquistão e Iémen», acrescentou.

«Esta situação deixa-nos sem argumentos quando falamos com os talibans ou os mulás. Eles apresentam-nos o modelo do exemplo americano», declarou Ulrich Fis-

cher, da Federação Internacional de Helsínquia.

Na semana passada, o Departamento de Justiça norte-americano publicou um documento que demonstra que os pedidos de aplicação da pena de morte por crimes federais são maioritariamente fruto de factores raciais e geográficos.

Dos 682 pedidos de pena de morte enviados ao Departamento de Justiça nos últimos cinco anos, 40 por cento provêm de apenas cinco jurisdições. E 75 por cento dos acusados para quem é pedida a morte como punição pertencem a uma minoria racial. Mais de metade destes casos são afro-americanos.

Paramilitares atacam na Irlanda

Duas bombas deflagraram na Irlanda do Norte, na segunda-feira, num reacender da ofensiva dos grupos paramilitares protestantes. Quatro pessoas ficaram feridas, uma delas em estado grave.

A primeira bomba explodiu em Belfast, no edifício onde está sediado o Partido Demo-

crático do Ulster (UDP) e um colectivo de ajuda a presos. Os presumíveis autores são membros da Força de Voluntários do Ulster, grupo que está em guerra aberta com aquelas duas organizações. A segunda bomba foi instalada por baixo de uma carrinha, em Bangor.

Os católicos também mantêm acesa a chama da violência. O «IRA Verdadeiro» tem feito ataques regulares contra as forças de segurança nas zonas fronteiriças. Segundo a polícia, o grupo reforçou recentemente a sua infraestrutura e comprou armas na Croácia.

Norte. A cerimónia decorreu em Imjingak, vila situada junto da zona desmilitarizada que separa as duas Coreias desde 1945. O acordo para a construção da linha ferroviária, que vai ligar Seul e Pyongyang, foi alcançado durante a Cimeira entre os dois presidentes realizada em Junho, na capital da Coreia do Norte. Nos dias 25 e 26 de Setembro os ministros da Defesa de ambos os países, Cho Sung-tae (Coreia do Sul) e Kim Il Chul (Coreia do Norte) vão reunir-se na ilha de Cheju para discutir a cooperação militar e também problemas relacionados com a nova linha ferroviária.

Eleições no Egipto

Os egípcios vão às urnas nos meses de Outubro e Novembro para eleger um novo parlamento. A eleição dos 444 deputados da Assembleia do Povo (Parlamento) terá lugar entre 18 e 25 de Outubro, 29 de Outubro e 5 de Novembro e entre 8 e 25 do mesmo mês, determina o decreto do presidente Mubarak convocando o escrutínio.

A inscrição dos candidatos começou no domingo; cerca de 21 milhões de eleitores poderão participar na votação, que será fiscalizada pelo Poder Judicial pela primeira vez desde a independência do país há mais de 50 anos. O novo Parlamento entrará em funções no dia 14 de Dezembro.

Golpe na ETA

Rosário Delgado-Oriondo, também conhecida como «Arutxan Guru», uma presumível activista da ETA, foi detida domingo em Bayonne, França.

Considerada uma perita em falsificação de documentos de identidade, Rosário Delgado-Oriondo é suspeita em Espanha de ter participado em 18 assaltos como presumível membro dos comandos da ETA nos anos 80 e princípio da década de 90. Segundo informações policiais, Delgado-Oriondo ingressou em 1985 no «comando Madrid» e, após a sua desarticulação em 1987, terá passado a integrar o «comando itinerante» da ETA até 1992, data em que fugiu para o Uruguai, onde foi detida com mais de 30 presumíveis colaboradores da organização separatista. Depois de um processo moroso, Delgado-Oriondo foi expulsa do Uruguai em 1994.

Nos últimos dias, a operação policial em curso na zona industrial de Bayonne levou à prisão de outros cinco dirigentes importantes da organização separatista basca, entre eles o «número um», Ignacio Gracia Arregui, «Iñaki de Renteria».

Curiosidades I

É curioso registar que, sendo as eleições para a RFJ, o documento da UE a que fazemos referência nesta página se dirige apenas aos sérvios. Dir-se-ia que a UE já deixou de considerar o Kosovo e o Montenegro como partes integrantes da Jugoslávia. Será por isso que não lhe suscita qualquer prurido o facto de os administradores da ONU no Kosovo terem decidido não colaborar no processo eleitoral, nem tão-pouco que o governo do Montenegro tenha optado por boicotar as eleições, o que leva a que os montenegrinos que pretendam votar no dia 24 tenham de fazer em secções de voto instaladas em casas particulares, empresas e instalações militares, dado que o governo do Djukanovic impede a sua instalação dessas secções em edifícios estatais.

Recorda-se que a coligação governamental do Montenegro, pró-occidental e secessionista, decidiu boicotar as eleições porque, na sequência da revisão constitucional, o presidente da RFJ deixa de ser eleito por um colégio eleitoral para passar a ser eleito por sufrágio directo, secreto e universal. Trata-se, aparentemente, de democracia a mais...

Significativo do que se entende por democracia no seio dos 15 é também o facto de o ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Hybert Védrine, ter «convidado» os seus parceiros da UE a enviarem observadores às eleições jugoslavas «para avaliar as eleições com base nas normas internacionalmente reconhecidas», como se a RFJ não fosse um país soberano e independente. Pelo seu lado, o Conselho da Europa já pronunciou o veredicto, sentenciando que as eleições «não serão, segundo tudo indica, livres e justas».

Compare-se estas posições com a atitude assumida face a casos recentes noutras latitudes, como o Peru ou a Indonésia, só para citar dois exemplos de países na ribalta com quem as potências ocidentais mantêm excelentes relações políticas e económicas, e tire-se a conclusão. Quanto a democracia, estamos conversados.

Curiosidades II

O governo britânico anunciou, domingo, o envio de 600 soldados suplementares para o Kosovo por um período de dois meses, durante o qual terão lugar as eleições jugoslavas. Fontes do Ministério da Defesa, citadas pela Lusa, disseram que a Grã-Bretanha vai colocar na região tropas suficientes para fazer face a qualquer eventualidade.

Sem comentários.

Margarida Botelho fala do 15.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, marcado para 2001 em Argel

Um espelho das lutas juvenis

O 15.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes levanta a bandeira contra o imperialismo, desta vez em Argel, no próximo mês de Julho. Margarida Botelho, dirigente da JCP, fala dos objectivos da iniciativa e das lutas dos jovens.

- O próximo festival tem como lema «Globalizemos a luta pela paz, a solidariedade, o desenvolvimento, contra o imperialismo». Quais os objectivos do festival?

- Na reunião preparatória, realizada em Junho em

Havana, fez-se uma discussão ideológica muito profunda sobre o carácter do festival e concluiu-se que faz sentido manter a tradição, ou seja, que o festival seja claramente anti-

imperialista, anticolonialista, antifascista, pela paz e que promova os valores da solidariedade e da amizade.

O mundo não melhorou com o «pensamento único» e a queda do Bloco de Leste. Como não se trata de um festival comunista, mas sim de organizações de esquerda, procura-se reforçar a ideia da luta contra o imperialismo. Daí o lema. Neste momento em que o imperialismo se torna mais agressivo, juntar uns milhares de jovens, ainda por cima num país africano, pode ser muito importante para a luta da juventude no mundo.

- Para a Federação Mundial da Juventude Democrática, quais são hoje os grandes problemas do mundo?

- Os debates que se realizam no festival apontam as principais questões: educação, direitos das mulheres, migrações, racismo e xenofobia, emprego, ambiente... Se há uma coisa que mudou desde o último festival foi a agressividade do imperialismo. O bombardeamento da Jugoslávia é exemplo disso, porque ultrapassa o conceito estratégico anterior da NATO.

Nota-se o agravamento da exploração e dos problemas dos jovens, que em cada país se revestem de aspectos próprios. Por exemplo, os representantes dos países africanos colocavam com muita força a questão da saúde dos jovens, nomeadamente a SIDA.

- Qual a importância de uma iniciativa deste tipo?

- É o reafirmar do empenhamento dos jovens na luta por um mundo melhor. E este «mundo melhor» não é uma coisa vaga nem muito para o futuro, é um coisa que se constrói no dia-a-dia.

Convém falar no «Festival Mundial da Juventude», que se realizou em 1998 na Costa de Caparica, com o lema «Juntos por um mundo

melhor». Este é um festival dos governos, um antifestival, porque adoptou parte da nossa designação e apresentou um lema aparentemente progressista. Mas quem lá esteve viu que de progressista não tinha nada.

«O «mundo melhor» não é uma coisa vaga, constrói-se no dia-a-dia»

Um exemplo óbvio é o de um debate sobre a globalização que tinha como orador principal Mário Soares. Um camarada da JCP referiu os problemas que a globalização traz e, além de

terem cortado o microfone para o impedir de falar, disseram que só se podia abordar a internet.

Esse festival vai-se realizar novamente em 2001, em Julho, no Panamá, numa antiga base militar americana. Isto presta-se a confusões e impulsiona a ideia que se calhar mais valia juntar os dois festivais, o que implicaria acabar com o

nosso. Esse é o objectivo claro. Em termos de pensamento único, ter 13 mil jovens com a bandeira da solidariedade anti-imperialista (como aconteceu em Cuba) é muito mais perturbador, do que ter sete mil jovens em biquini na praia, como na Caparica.

- Os festivais continuam a ter grande importância após a queda do bloco de Leste?

- São, pelo menos, tão importantes como antes. É de extraordinária importância para a tomada de consciência política dos jovens que vão ao festival, que se apercebem que não estão sozinhos a lutar no seu país e que podem aprofundar discussões e experiências. E mostram que, ao contrário do que querem fazer crer, os jovens não são amorfo, apolíticos e têm muitas opiniões e que há muitas lutas de juventude.

Na reunião preparatória ficou claro que uma das diferenças entre o lema do último festival e o de 2001 é que, há três anos, era muito importante acentuar a solidariedade e hoje é funda-



Margarida Botelho

mental destacar a questão da luta. Porque há uma série de lutas no mundo, porque se tem de passar a ideia que é preciso lutar para mudar as coisas.

- Que impacto é que os festivais têm?

- O impacto sente-se primeiro nos países anfitriões e espero que o próximo festival tenha uma grande repercussão em toda aquela zona, nomeadamente para as forças progressistas de juventude. Para além disso, fortalece o conhecimento das organizações e dos países.



Colónias «independentes» em 1953

Aurélio Santos, dirigente do PCP, participou no III Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado em 1953 em Bucareste, à frente de uma delegação do MUD-Juvenil, que incluía cinco portugueses e cinco jovens das colónias portuguesas, entre eles Agostinho Neto, Vasco Cabral e Marcelino dos Santos, que mais tarde foram destacados dirigentes de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, respectivamente.

«No festival, havia a grande preocupação de dar destaque aos movimentos de libertação, que nessa altura já se estavam a desenvolver em vários países, especialmente em África. Portanto, não era compreensível que na delegação portuguesa estivessem jovens das colónias portuguesas. Nós então reunimo-nos e declaramos a «independência» dos países sob dominação portuguesa», conta Aurélio Santos.

«Apesar de continuarmos a trabalhar como colectivo do MUD-Juvenil, passou então a haver uma representação de Portugal e representações de cada um dos outros países. Isto é importante porque marca um passo em frente, um momento em que a juventude desempenha um papel destacado, tomando a iniciativa e a responsabilidade de se pronunciar abertamente pela independência dos países sob dominação portuguesa.»

«Para os jovens portugueses era tudo novidade, na medida em que até aí não havia contactos. Foi a primeira grande ruptura do cerco em que estávamos fechados», recorda Aurélio Santos. No festival, a ditadura portuguesa foi muito discutida, tendo sido aprovadas moções de solidariedade e atribuídas bolsas a estudantes portugueses e das colónias.

Prisões

Participar nos festivais comportava riscos. Quase todos os membros da delegação de 1953 foram presos depois de regressarem a Portugal. «Se as pessoas eram conhecidas pela Pide, não as deixavam sair, como aconteceu com o Carlos Aboim Inglez, que ia presidir a delegação. Eu ainda não tinha ficha na Pide na altura e passei facilmente», diz Aurélio Santos.

«O problema foi à volta, quando fomos presos sob a acusação de termos ido ao festival e sermos membros de uma organização subversiva, o MUD-Juvenil. Era uma tentativa de ilegalizar o MUD-Juvenil. Eu fui o único que foi levado a tribunal.» Aurélio Santos foi acusado de pertencer ao PCP e, depois de estar mais de um ano preso, foi condenado a quatro meses de prisão por divulgação de notícias falsas e tendenciosas.



Desde 1947, já se realizaram 14 festivais. O convívio e a boa disposição têm lugar marcado na 15.ª edição

Histórias de um festival único

O Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes nasceu em 1947, dois anos depois da criação da Federação Mundial da Juventude Democrática, no contexto do pós-guerra, de luta contra a violência e o fascismo. Na base da iniciativa estava a ideia da solidariedade e da confraternização entre jovens de diversos países, que ainda hoje persiste. Debates, visitas, exposições, espectáculos, artesanato, desfiles: eis o que os participantes encontram no festival.

O último realizou-se em Havana, em 1997, com 113 mil delegados de 132 países. Participaram 150 portugueses em representação de 49 organizações, tendo ficado alojados em casas particulares.

«Foi uma experiência única, porque durante 15 dias foi possível entrarmos em famílias cubanas na condição de filhos, netos, sobrinhos e irmãos. Permitiu conhecer as dificul-

dades, a coragem e a entrega do povo cubano à sua revolução», diz João Frazão, da JCP, que guarda boas recordações do festival.

«Ainda hoje dezenas de jovens portugueses mantêm contactos regulares com as famílias que os acolheram em Cuba, a quem tratam carinhosamente como mãe ou pai», acrescenta.

João Frazão afirma que se vivia um ambiente único, com grandes possibilidades de conhecer outras realidades e partilhar experiências: «Num momento falamos com alguém vindo de África e no momento seguinte conversamos sobre a situação em Espanha ou na Austrália.»

Frazão recorda ainda os cerca de 700 participantes norte-americanos que decidiram ir a Cuba, mesmo depois de o governo dos EUA proibir a participação no festival.



João Frazão

Cinema

• Rogério Feitor

É talvez o aforismo mais conhecido de todos, principalmente pelos muitos estudantes do secundário que se recusam a ler «Os Maias» de Eça de Queirós baseado neste argumento: uma imagem vale mais que mil palavras. Sem querer confirmar nem negar a veracidade do conteúdo desta máxima, o que é certo é que, nestes tempos de cavalgante globalização e liberalização, ela parece reinar na cabeça de muitos jovens. Senão, reflecta-se: a leitura diária de jornais diminui, o consumo de livros pelo mesmo caminho vagueia, enquanto a televisão e a Internet (com os seus «sites» repletos de imagens) aceleram o seu processo de destruição de qualquer resquício de uma tentativa da assimilação da palavra. A imagem parece ganhar contornos definitivos como o campeão dos média. E o cinema surge como o seu principal actor.



O couraçado Potemkin e o oximoro

O couraçado Potemkin

A ideia já nem é nova. Se recuarmos no passado, se recuarmos até uma época em que a revolução subsistia e a tal ideia de sociedade equitativa, humanitária e justa parecia persistir (e quão pouco original é a colagem deste conceito de revolução a um outro conceito: o da utopia, que insiste em adormecer e anestesiar todo e qualquer sentimento de mudança que ainda existe no nosso interior), um movimento houve que deglutiui a velha definição de imagem libertando-a na forma de um grito que iria persistir durante todo este século. E na questão da imagética esse movimento era liderado por um homem, Eisenstein, que criou aquele que para muitos ainda é o filme mais perfeito de toda a história do cinema: «O Couraçado Potemkin».

Marx, na sua ideia de revolução, esclarecia que a mudança deveria começar pelas hostes burguesas. Assim, apesar da simplicidade e clareza do seu discurso, o que era certo é que, devido a todas as suas definições, fossem elas económicas ou filosóficas, a súpula de toda a sua vida (obra) aparecia envolta num manto espesso para a classe que ele defendeu até ao fim da sua vida: o proletariado. Eisenstein, ciente deste aspecto, usou genialmente a imagem para ultrapassar a não correcta assimilação da palavra. Como? A explicação reside nesta cena: no meio da escadaria de Odessa, onde o povo fugia de um exército selvaticamente ordenado pelo czar (o mesmo que foi agora beatificado pela igreja ortodoxa russa), um carrinho de bebé, e o seu respectivo utilizador, desce aos solavancos. A tragédia dentro da tragédia, que ao mesmo tempo que simbolizava a violência desumana contra a população, tocava qualquer espectador, devido à imagem inocente de uma criança a ser morta por motivos de que ainda nada entendia. E se este acto ultrapassava em potência a própria violência geral do filme, Eisenstein, particula-

rizando a dor do proletariado, conseguiu generalizá-la a todo mundo, ultrapassando as definições intelectuais e filosóficas de Karl Marx. Manipulação? Sem dúvida, mas de uma forma pura e justa a que nenhum indivíduo se poderia opor. Resultado: a proibição da difusão deste filme, inclusive em Portugal, onde só foi exibido legalmente depois da Revolução dos Cravos.

O oximoro

Da definição de Jorge Luís Borges: «pela figura chamada oximoro entende-se um epíteto que, apesar de abraçado a uma palavra, parece contradizê-la». Assim, se alguém como Eisenstein conseguiu resumir todo o espírito da revolução numa única cena, a manipulação aparece agora associada a uma vaga reacção aliada ao liberalismo cor de rosa. À tríade de ideias visto=real=verdadeiro é impossível alguém ficar indiferente. Desde o bombardeamento do Iraque e às suas falsas imagens de bombardeamentos cirúrgicos, até ao bombardeamento do Kosovo e as suas falsas reportagens dos tais dez mil mortos, tudo o que aparece na televisão é mais credível que um pensamento, uma reflexão, uma palavra. No cinema, somos invadidos pela toda poderosa indústria cinematográfica norte-americana, o que faz que qualquer criança saiba mais da guerra civil norte-americana do que a própria história do seu país. A globalização, enquanto revolução que é (apesar do reaccionarismo desta revolução) parece destruir tudo o que Eisenstein tão fielmente acreditou: a Pureza, a Justiça, a Humanidade esbatem-se, assim como se esbatem os contornos da Cultura de cada país, dando azo a um esboço de uma futura Cultura, globalmente gerida pelos Estados Unidos. E a cura para este cancro maligno parece estar no reencontro entre a imagem e a palavra, explosão precedente da criação de um Mundo Novo, um Mundo onde uma mão, a nossa mão, impeça a queda dos nossos filhos por uma nova escadaria de Odessa.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Muito pessoal

I
Ouvi dizer para aí
(ouve-se tanta coisa...)
que a partir de hoje sou
octogenário.

(preferia oxigenário
mas se não pode ser...)

Por enquanto ser isso é uma novidade
um brinquedo que
(quanto sei)
não obedece às normas europeias.

A sério. A sério. Não estou nada afim
de apresentar qualquer reclamação.

II
Sobre as sombras das árvores
no asfalto compridas
os carros passam
sem trepidação.

A ciência de ser sombra!

Eu conheci assim algumas árvores
e lembro que eram árvores felizes.

III
A cave está até acima de molduras
de papéis manuscritos
(rabiscados)
cadernos com histórias penduradas
pueris artesanatos
os ícones mais caros

a folha do Avante amarelecida
a foice e o martelo da Lisnave
aquela foto de ti à beira-ria

É tempo já de a tudo lançar fogo
por minhas mãos, purificadamente
(calma, talvez não seja tão urgente...)

IV
O gosto que já tive
nas palavras de névoa
já não me existe mais.
Naturalmente. O barro
é o material mais próximo.

V
Tenho duzentos cavalos
tenho duzentas espadas
tenho duzentos navios
tenho duzentos encontros
tenho duzentos projectos
tenho duzentas viagens
tenho duzentas promessas
tenho duzentas maçãs
tenho duzentas carícias
tenho duzentas sementes
minhas duzentas Índias
minhas duzentas saudades.

VI
Então, então, não m'enchem o prato!
Só quero o que puder saborear
ou nem mais que um aroma
ou nem mais que uma vista sobre o mar.

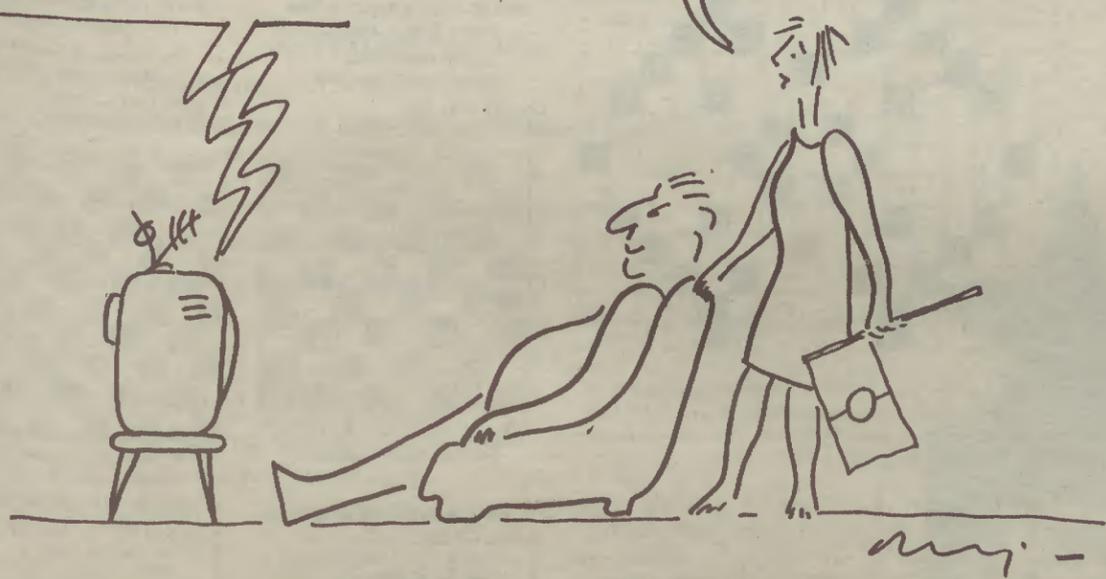
VII
não amestrar
o fogo
nem
os espelhos
nem o desejo
nem
o verbo ir
(em especial
mas qualquer outro
desque seja verbo)
não amestrar
os cavalos do Gerez
assim, talvez.

Cartoon

• Monginho

É COM HONRA
QUE DECLARO ABERTOS
OS JOGOS OLÍMPICOS.

HA' MAIS DE CEM ANOS
QUE DIZEM SEMPRE O MESMO
NO DISCURSO DE ABERTURA.
SÃO CERTAMENTE ORTODOXOS!!!



Desporto

• Francisco Silva

O rei «conteúdo»

Enquanto, Agosto avançando, ia lendo o livro da escritora marxista chilena Marta Harnacker, «Tornar possível o impossível - A esquerda no limiar do século XXI», ia também assistindo pela Comunicação Social, sobretudo através da Televisão, ao retornar do futebol. E logo agora que já devemos ser praticamente os melhores do mundo nesta actividade principal da Humanidade (devo confessar, de passagem, que gosto de ver futebol e não estou, nem procuro estar, imune aos seus encantos). O Figo é o maior. O «mercado financeiro» o confirmou, se tal era necessário ainda. O



Nuno Gomes, a maior revelação do Europeu, também confirmado pelo «mercado financeiro».

E que tem tudo isto a ver com o conteúdo do livro de Marta Harnacker? Um importante livro que, para além do diagnóstico da situação actual do mundo - «nova revolução tecnológica e seus efeitos», «globalização», «sociedade informacional» (ou da «informação») -, inclui ainda uma reflexão sobre a crise da esquerda e a questão da alternativa ao neoliberalismo - tudo focado através duma perspectiva latino-americana, com Portugal a fazer parte do pólo europeu da Tríada que comanda os destinos do processo de globalização.

Marta Harnacker refere-se ao seu trabalho como sendo uma versão preliminar, como a um livro aberto, estimulando o seu leitor a contribuir para o debate... E é nesse sentido que estas nossas linhas levantam uma questão que me parece não ser aí abordada: a dos «conteúdos» enquanto produtos e mercadorias de primeira importância económica nesta nova economia e sociedade(s) da informação que se vão desdobrando perante os nossos olhos. Daí, a nosso ver, o nexo entre o futebol e os temas abordados por Marta Harnacker (e não apenas o nexo visto quase só sob o ponto de vista de anestésico das massas, o que também constitui uma perspectiva de análise importante).

Com efeito, maximizar os lucros é a questão principal para o empresariado capitalista. E esses lucros dependem da mais-valia de que aquele conseguir apropriar, mais-valia que é a parte do valor criado pelo trabalho «vivo» que consegue ser salva da aplicação em custos de remuneração da força de trabalho utilizada na fabricação dos produtos. Ora, historicamente, a tendência tem sido - aliás, de acordo com as previsões teóricas - a da diminuição da taxa de lucro à medida que a parte do trabalho vivo no total do valor dos produtos vai baixando em comparação com os meios de produção empregues. Tal é mais visível na produção de bens do que de serviços.

Na fase actual aparece, então, como uma questão vital a busca da manutenção e, se possível, do aumento das taxas de lucro. Diversas são as possibilidades, a mais

utilizada das quais sendo a da contenção e diminuição dos custos da força de trabalho. A outra, a ganhar rapidamente terreno, é a da migração para as actividades na área dos produtos para os quais a parte do trabalho é, e continuará a ser, por inerência, elevada, os produtos cujo «fabrico» não seja mecanizável e automatizável. O que não é o caso dos processos de fabrico da generalidade dos bens (que constituam o núcleo económico dinâmico da fase iniciada com a revolução industrial). Esses são antes os produtos do chamado «conteúdo», os da indústria «cultural» e da indústria do «espectáculo», produtos por excelência da sociedade da informação. Produtos irrepetíveis, para cuja execução a participação do trabalho vivo, frequentemente criador, constitui uma requisito insubstituível. Além disso, produtos cujo acesso possa ser largamente generalizável. Disponível em massa e a custos de replicação com frequência irrisórios.

E os exemplos mais ricos do negócio são bem conhecidos. Historicamente, o mais conhecido é o da indústria cinematográfica, os artistas de cinema - as estrelas milionárias e a extensa e coexistente peonagem. Hoje é o espectáculo desportivo a tomar a dianteira. O basquetebol da NBA e os seus Michael Jordans, mas também a expansão deste sector um pouco por toda a parte. Não menos importante, o futebol e os seus Figos. São também os megaconcertos e os seus Beatles. E atrás dos mais famosos é todo um extenso cortejo de actividades económicas onde a quantidade e qualidade do trabalho vivo empregue gera valor pronto a ser espremido através da apropriação de ricas mais-valias.

Além disso, é claro serem estes exemplos de uma sociedade da informação anterior aos desenvolvimentos mais recentes que podem ser resumidos pelas palavras Internet e Multimedia. Já há sinais, entre estratos da juventude, de ocupação mais intensa com a Internet do que com a televisão... e já não são tão poucas pessoas quanto isso. O processo de valorização e centralidade de todo o género de conteúdos ainda vai na sua infância!

Pontos Cardeais

Protagonismos

«Os deputados socialistas não estão no Parlamento só para se levantarem e se sentarem durante as votações», advertiu João Cravinho, ex-ministro do Equipamento e agora com a voz mais grossa desde que o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, o convidou para integrar a direcção da bancada «rosa». E disse mais: advertiu os ministros Pina Moura e Jorge Coelho de que não está disposto a «ir a reboque» do Governo no debate orçamental, pois «é fundamental dar mais protagonismo às iniciativas do grupo parlamentar». Esta posição foi corroborada por outro deputado do PS, Strecht Ribeiro, segundo o qual «os deputados não devem tomar posições por arrastamento: só devem assumi-las por convicção», garantindo que o grupo parlamentar do PS «está bem vivo e atento», o que vai repercutir-se, inevitavelmente, na próxima discussão orçamental.

Quando vier a tal discussão orçamental é que iremos ver onde param estes «protagonismos» e averiguaremos se estas misteriosas «iniciativas do grupo parlamentar» do PS anunciadas por Cravinho vão para além do acto de «se levantarem e se sentarem durante as votações»...

Preocupações

Também na mesma linha do «protagonismo» na bancada rosa se pronunciou o deputado independente eleito pelo PS, Francisco Torres, que afirmou: «Faz sentido transmitir ao Governo quais são as nossas preocupações mais prementes.» E que preocupações são essas? Segundo o *Diário de Notícias*, consistem na concessão de mais benefícios fiscais às empresas que adoptem energias alternativas e numa tributação automóvel mais justa, medidas consideradas «prioritárias» pela bancada do PS em relação ao próximo Orçamento de Estado.

Assim já fica mais claro o tipo de «protagonismo» que impera por aqueles lados: mais benefícios fiscais para as empresas (o pretexto da adopção das energias alternativas até cai muito bem nestes tempos do «politicamente correcto») e o desagravamento da tributação automóvel (para agradar aos eleitores cada vez mais estrangulados com as prestações do automóvel). E onde está o combate à fuga fiscal generalizada dos empresários portugueses e o desagravamento da tributação que recai, quase em exclusivo, sobre os trabalhadores por conta de outrem? Pelos vistos, continua a não ser matéria para «protagonismos» na bancada parlamentar do PS...

Fundos

A Comissão Europeia publicou, em Bruxelas, os números relativos à distribuição dos fundos comunitários pelos 15 países membros para financiar programas de desenvolvimento em três áreas: Política Agrícola Comum, políticas estruturais e políticas internas. Pois sabem quem mais recebeu? Espanha, França e Alemanha, assim por esta ordem e colocando os mais fortes e poderosos como os principais beneficiários dos dinheiros europeus. É verdade que a Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha e Dinamarca foram «beneficiários líquidos» ou seja, os cinco países que receberam um pouco mais do que contribuíram, mas isso só levanta mais uma questão: a de que, afinal de contas, os tão louvados e apetecidos fundos comunitários não passam de dinheiros que cada país já, antecipadamente, teve de largar para os cofres de Bruxelas, «regressando» depois como «benefício» a agradecer. E até aqui a lógica continua implacável: quem mais contribui é quem mais recebe, como se verifica com os supracitados casos da Espanha, França e Alemanha...

Mas que grande demagogia!

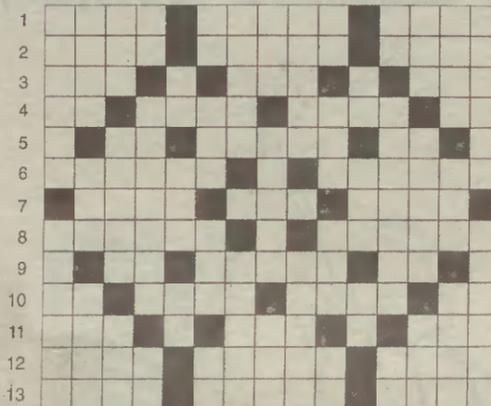
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Pacote de papel equivalente a 10 resmas; ateadada; guarnecem com asas. 2 - Interj. que serve para chamar ou saudar (pl.); escavação para esgoto ou canalização de águas (pl.); de preço elevado. 3 - Ponto de inserção das folhas nos ramos ou no caule (pl.); óxido de cálcio; dogura (fig.). 4 - Caminhais; privado do uso da fala; grupo musical organizado principalmente por estudantes; avenida (abrev.). 5 - Cobalto (s.q.); réptil saúrio (pl.); basta. 6 - Respeitar; que não se deixa atravessar pela luz (pl.). 7 - Erva-doce; ilha do arquipélago de Cabo Verde; escavar. 8 - Elevavam; empregaram. 9 - Isolado; encolerizais; nome da décima sétima letra do alfabeto grego. 10 - O primeiro de todos os números; planta do pé; grande extensão de terreno onde crescem árvores silvestres da mesma espécie; atmosfera. 11 - Sofrimento; enguia; abreviatura corrente e actualizada do imposto sobre o valor acrescentado. 12 - Abaladas; haste de plantas; estimar muito. 13 - Rente; dificuldade em respirar que surge por acessos irregulares (pl.); instigador (fig.).

VERTICAIS: 1 - Linda; ir em socorro de alguém. 2 - A barlavento (pl.); elemento de formação que traduz a ideia de calo; uso corrente. 3 - Nota musical (pl.); osso, mais ou menos alongado, de certas partes do corpo humano (pl.); chefe etíope. 4 - Arsénio (s.q.); frase musical que se reproduz com modificações, num trecho (pl.); apenas. 5 - A tua pessoa; membro de ave; partícula afirmativa do dialecto provençal. 6 - Avenida (abrev.); magoa; muitos (fig.); Cálcio (s.q.). 7 - Fragmentos de loiça quebrada (pl.); linha da palma da mão (pl.). 8 - Pron. pess. feminino; reconhecida; aguardente de melão. 9 - Pula; sacrifica matando. 10 - A carta mais alta do baralho; costume; traja; Einstenio (s.q.). 11 - Índio (s.q.); poeiras; nome de letra. 12 - Antes de Cristo (abrev.); acometera; Amerício (s.q.). 13 - O tio americano; animal aracnídeo de pequenas dimensões, que parasitam os animais e provocam no homem a sarna e alergias; profundo. 14 - Medida de uma superfície; agora; garantia. 15 - Género de plantas emolientes (pl.); espreitara.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Bala; resaca; assam. 2 - Olla; valas; cara. 3 - Nos; cal; ncl; 4 - Is; mud; tun; av. 5 - Co; osgas; 6 - Av; 7 - Idas; canle; amar. 8 - Idas; canle; amar. 9 - Idas; canle; amar. 10 - Idas; canle; amar. 11 - Idas; canle; amar. 12 - Idas; canle; amar. 13 - Idas; canle; amar. 14 - Idas; canle; amar. 15 - Idas; canle; amar.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

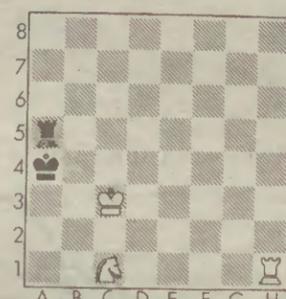


Xadrez

DCCLXIX - 21 DE SETEMBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X35

Por: Henri Rinek
«Basler Nachrichten», 1950

Pr.: [2]: Ta5 - R4
Br.: [3]: C4 - T1 - R3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X35 [H.R.]

1. Cb3, Td5; 2. R4 e g.
1. ... Tg5; 2. Ta1 +, Rb5; 3. Ta5 e + e g.
1. ... Ta6; 2. C5 e g.
1. ... Ta7 [a8]; 3. Ta1 e g.

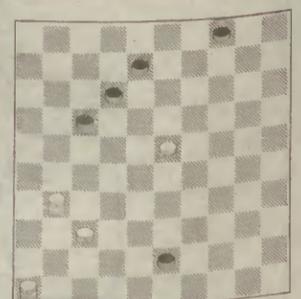
A. de M. M.

Damas

DCCLXIX - 21 DE SETEMBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D35

Por: Antoine Molinon [Fr.]
«L'Éclair n.º 218», 1982

Pr.: [5]: 4-8-12-17-43
Br.: [4]: 23-[31]-37-46



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D35 [A.M.]

1. 23-18, (12x23); 2. 31-27, (43-48=D);
3. 27-13, (48x9); 4. 46x26 e +
2. ... (43-49=D); 3. 27-38, (49x41);
4. 46x2, (44-10); 5. 2-9... e +

A. de M. M.

Plenários da Organização do PCP

Seixal

A célula dos **Trabalhadores da CM do Seixal** reúne-se em plenário no próximo dia 26, terça-feira, com uma ordem de trabalhos que inclui questões da situação política – designadamente, eleições para Presidência da República, XVI Congresso e desenvolvimento de lutas em curso – e o balanço da Festa do Avante!. A reunião realiza-se no Auditório do Centro de Trabalho do Seixal a partir das 17h30 e nela participam também os camaradas **Zózimo Amado** e **José Paleta**.

Sintra

Estão marcados para os próximos dias os seguintes plenários, todos sobre a situação política e Presidenciais:

Células de Empresa – Hoje, dia 21, às 10h30 no Centro de Trabalho de Sintra

Freg. Casal de Cambra – Sexta-feira, 22, às 21h30

Freg. Monte Abraão – Sexta-feira, 22, às 21h30

Freg. Montelavar – Sábado, 23, às 15h

Fregs. Santa Maria, São Martinho e São Pedro – Terça-feira, 26, às 21h30, no CT de Sintra

Pontinha

Reunião plenária de **Reformados** membros do PCP: quarta-feira, dia 27, às 15 horas no Centro de Trabalho da Pontinha

Coimbra

Dinamização e preparação do Congresso, Eleições Presidenciais e Eleições Autárquicas 2001 são os temas para a reunião da DORC com as Comissões Concelhias e outros organismos de direcção da Organização Regional, marcada para o próximo sábado, dia 23, com início às 14h30, na Casa da Cultura. Participa o camarada **Sérgio Teixeira**



BOAS RAZÕES PARA MARCHAR

SEMINÁRIO

promovido pela Plataforma Nacional da Marcha Mundial das Mulheres do Ano 2000

«POBREZA E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

– uma Reflexão em Marcha»

Lisboa - Dia 23 a partir das 10h
no Salão Nobre do Pavilhão Carlos Lopes

Marcha mundial das mulheres
2000

10h – Abertura. Intervenção de **Rosa Xisto**, em representação da Plataforma Nacional

Comunicações:

10h15 – **Dra. Ilda Figueiredo** (Deputada no PE)

A importância de um Programa de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social

10h50 – **Dra. Heloisa Perista** (CESIS)

Pobreza no Feminino: dimensões estruturais e traços recentes

15h – **Maria Macedo** (Plataforma Nacional)

15h10 – **Dra. Margarida Medina Martins** (AMCV)

A importância das redes de mulheres como estratégia de combate à violência contra as mulheres

15h30 – **Dra. Conceição Brito Lopes** (CIDM)

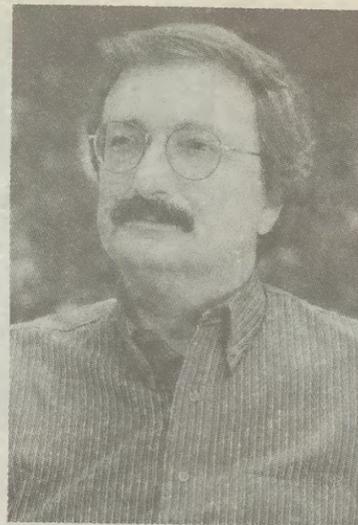
Violência contra as Mulheres: uma abordagem jurídica

16h05 – **Dra. Maria Costa Pinto** (ONU)

Ação da ONU na área do combate à violência contra as mulheres

Debate:

Às 11h10 e a partir das 16h30



**Hoje, quinta-feira,
21 de Setembro**

Lisboa

Hotel Altis / Sala Europa – 18 horas

Apresentação da candidatura de António Abreu

às eleições para a Presidência da República

Com a presença do Secretário-geral do PCP,

Carlos Carvalho

Carlos Carvalho

visita a

Escola Secundária dos Anjos

Acompanhado por uma delegação do Partido que integra o camarada

António Abreu, vereador da CML, Carlos Carvalho visita na próxima terça-feira, dia 26, às 11h30

a Escola Secundária dos Anjos, em Lisboa, que, não fora a movimentação da comunidade escolar, teria sido encerrada pelo Ministério da Educação.

A visita visa o conhecimento da situação e problemas decorrentes da abertura do ano escolar

Corroios

Domingo, 24

Almoço-convívio

dos camaradas que participaram no Pavilhão do PCP

nas Festas Populares da Freguesia, com a presença do camarada

Domingos Abrantes

JCP rumo ao XVI Congresso do PCP

Debate sobre

«A actualidade do Ideal Comunista»

com a participação do camarada **Carlos Aboim Inglez**

sábado, às 15h

no CT Concelhio de Almada (Pombal)



ATVer

Um fotograma de
«Os Pistoleiros da Noite»,
da Sam Peckinpah



Cartaz de «O Silêncio dos Inocentes», de Jonathan Deeme



Manoel de Oliveira dirigindo
«A Divina Comédia»

Os Pistoleiros da Noite

(Quinta, 23.30, RTP 2)

Um velho aventureiro e *sheriff* é encarregado de dar protecção ao transporte de um carregamento de ouro e é auxiliado, nesta empresa, por um velho companheiro de lides, agora reconvertido em vedeta de espectáculos nos quais se evoca o lendário Oeste - mas ambos estavam longe de suspeitar de que acabavam de meter ombros a uma experiência terrível. Exemplar na forma como é cinematograficamente narrada esta história, este segundo filme de **Sam Peckinpah** é um dos mais importantes *westerns* dos anos 60, não apenas pela atmosfera elegiaca que dele se desprende mas porque está situado na charneira entre o fim do classicismo de um género e o começo do seu declínio. Não por acaso, o realizador foi buscar para os principais papéis duas das maiores vedetas do *western* clássico - **Joel McCrea** e **Randolph Scott** -, agora velhos e fatigados como as personagens a que dão corpo.



Holly Hunter e Nicholas Cage, em «Arizona Júnior», filme dos irmãos Joel e Ethan Cohen

A Divina Comédia

(Quinta, 02.20, RTP 2)

Considerada uma das melhores obras da recente cinematografia de **Manoel de Oliveira**, *A Divina Comédia* é uma complexa teia de referências literárias e filosóficas girando à volta da discussão dos valores da civilização ocidental. Com um elenco de luxo, de que se destacam **Maria de Medeiros**, **Miguel Guilherme**, **Luís Miguel Cintra**, **Mário Viegas** ou **Leonor Silveira**, o filme conquistou o **Grande Prémio Especial do Júri** no Festival de Cinema de Veneza de 91.

O Silêncio dos Inocentes

(Segunda, 01.40, SIC)

Os traços gerais da história são mais que conhecidos, até pelo número de vezes em que foi repetido: ela gira à volta de um tenebroso assassino «em série» que tem o estranho hábito de... comer as suas vítimas (e, por isso, é conhecido por *Hannibal*, *O Canibal*), embora os investigadores se sirvam dele para tentar arrancar pistas que levem à prisão de um outro criminoso, conhecido por *Buffalo Bill*, este com um outro terrível costume... o de tirar a pele às pessoas que mata. **Jody Foster**, no papel de investigadora, e **Anthony Hopkins**, no desempenho de *Hannibal Lecter*, têm duas brilhantes interpretações nesta nova face da temática *a bela e o monstro*. Realização absorvente de **Jonathan Demme**.

O Submarino Amarelo

(Segunda, 23.30, RTP 2)

O reino da música, a *Pepperland*, é invadido pelos *Meanies*, inimigos da juventude e da alegria de viver. **Fred** escapa-se num submarino amarelo e, dirigindo-se a Liverpool, consegue obter o apoio dos... *Beatles*. O que se segue só confirma tratar-se, este divertimento, de um verdadeiro marco no cinema de animação. Na banda sonora, grandes canções que deram a volta ao mundo. A não perder!

Arizona Júnior

(Quarta, 22.45, RTP 1)

Ao sair da prisão, **Hi** apaixonou-se por **Ed**, uma mulher polícia. A sua felicidade seria sem falhas se esta não fosse estéril mas, para resolver o problema, ambos raptam um dos gémeos quintuplos de um rico comerciante, *Arizona*. Eis senão quando... Fiquemos por aqui e deixemos que o espectador descubra o resto da

trama desta comédia delirante na qual a fantasia não esconde um olhar agudo sobre a América profunda. Um filme dos irmãos **Joel e Ethan Coen**, com **Holly Hunter** e **Nicolas Cage**.

E ainda...

Duelo no Missouri, de Arthur Penn (Sexta, 23.30, RTP 2)

A Cruz Partida, de Tim Matheson (Sexta, 02.20, TVI)

Missão Impossível, de Brian De Palma (Domingo, 23.00, TVI)

Cabo e Satélite

Um filme de Walter Salles

Esta semana, acaba por ser mais um filme o nosso destaque na TV por satélite ou Cabo, já que se trata de uma das obras mais premiadadas (Paris, Belford, Bergamo, Bélgica, Macedónia, EUA, Uruguai) do realizador brasileiro **Walter Salles**, o celebrado autor de «*Central Brasil*». Neste caso, trata-se de «*Terra Estrangeira*», cujo argumento nos fala de um casal que, após um crime, procura fugir de Portugal. Uma reflexão sobre o exílio, num ambiente de *filme negro*, com **Fernanda Montenegro** no principal papel. É amanhã no *Arte*, em versão original, com legendas em francês.

(Arte, sexta-feira, das 22.30 às 00.20)

Quinta, 21

▼ RTP 1

07.00 Jogos Olímpicos
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
14.20 A Mentira
15.20 Roseira Brava
16.45 Sozinhos em Casa
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Regiões
19.30 Jogos Olímpicos
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.55 Bacalhau com Todos
23.00 24 Horas
23.20 Jogos Olímpicos

▼ RTP 2

07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 11.30: Os Principais; às 12.30: Euronews)
14.30 Jogos Olímpicos
19.00 Informação Religiosa
19.30 Andebol: ABC-F.C.Porto
21.00 Tempos da Ciência
22.00 Jornal 2
23.00 Acontece
23.30 «Os Pistoleiros da Noite» (*Ride the High Country*, de Sam Peckinpah, EUA/1962, com Randolph Scott, Joel McCrea, Mariette Hartley. Ver Destaque)
02.20 «A Divina Comédia» (de Manoel de Oliveira, Port./1991, com Maria de Medeiros, Miguel Guilherme, Luís Miguel Cintra, Mário Viegas, Leonor Silveira. Ver Destaque)

▼ SIC

08.00 Buééré

▼ TVI

08.30 Animação

11.30 Dinheiro à Vista

12.10 «Big Brother»

13.00 TVI Jornal

14.00 O Direito de Nascer

15.00 «Big Brother»

15.15 Batatoo

18.00 Asas nos Pés

19.00 «Big Brother»

19.15 Dinheiro à Vista

20.00 Jornal Nacional

21.00 «Big Brother»

21.30 «Big Brother» (directo)

21.35 Jardins Proibidos

22.45 As Pupilas do Senhor Doutor

23.35 «O Lado Sensual de Patrícia» (de Salvatore Samperi, It./1985. Com Monica Guerriore, Lorenz Lena. *Erótico*)

02.35 Última Edição

10.00 SIC 10 Horas

13.00 Primeiro Jornal

14.00 História de Amor

15.00 Fátima Lopes

17.00 Mulher

18.00 Malhação

19.00 Uga Uga

20.00 Jornal da Noite

21.00 A Febre do Dinheiro

21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil

23.30 Cuidado com as Aparências

00.10 Sai de Baixo

00.50 Último Jornal

01.10 «Os Bad Boys» (de Michael Bay, EUA/1995, com Martin Lawrence, Will Smith. *Comédia / Acção*)

03.10 No Fim do Mundo

▼ TVI

08.30 Animação

11.30 Dinheiro à Vista

12.10 «Big Brother»

13.00 TVI Jornal

14.00 O Direito de Nascer

15.00 «Big Brother»

15.15 Batatoo

18.00 Asas nos Pés

19.00 «Big Brother»

19.15 Dinheiro à Vista

20.00 Jornal Nacional

21.00 «Big Brother»

21.30 «Big Brother» (directo)

21.35 As Pupilas do Sr. Doutor

22.25 Investigação TVI

23.25 A Bola é Nossa

01.05 Última Edição

01.55 Seinfeld

Sexta, 22

▼ RTP 1

07.00 Jogos Olímpicos
12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
14.20 A Mentira
15.20 Roseira Brava
16.45 Sozinhos em Casa
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Regiões
19.30 Jogos Olímpicos
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.55 «Rocky V» (de John G. Avildsen, EUA/1990, com Sylvester Stallone, Talia Sire. *Drama*)
23.30 24 Horas
24.00 Jogos Olímpicos

▼ RTP 2

07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 11.30: Os Principais; às 12.30: Euronews)
14.30 Jogos Olímpicos
19.00 Ilhas de Bruma
19.25 Informação Religiosa
19.55 Basquetebol: F.C.Porto-Ovarense
22.00 Jornal 2
23.00 Acontece
23.30 «Duelo no Missouri» (*The Missouri Breaks*, de Arthur Penn, EUA/1976, com Marlon Brando, Jack Nicholson, Randy Quaid. *Western*)
00.20 Vítimas Inocentes

▼ SIC

08.00 Raly da China

08.30 Buééré

10.00 SIC 10 Horas

13.00 Primeiro Jornal

14.00 História de Amor

15.00 Fátima Lopes

17.00 Mulher

18.00 Malhação

19.00 Uga Uga

20.00 Jornal da Noite

21.00 A Febre do Dinheiro

21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil

23.30 Sex-Appeal

00.10 Jogo Limpo

01.40 Último Jornal

02.00 «Os Espadachins do Rei» (de Jonathan Tydor, EUA/1999, com Eric Roberts, Ron Perlman. *Capa e Espada*)

▼ TVI

08.30 Animação

11.30 Dinheiro à Vista

12.10 «Big Brother»

13.00 TVI Jornal

14.00 O Direito de Nascer

15.00 «Big Brother»

15.15 Batatoo

18.00 Asas nos Pés

19.00 «Big Brother»

19.15 Dinheiro à Vista

20.00 Jornal Nacional

21.00 «Big Brother»

21.30 «Big Brother» (directo)

21.35 Jardins Proibidos

22.45 As Pupilas do Senhor Doutor

23.35 «O Lado Sensual de Patrícia» (de Salvatore Samperi, It./1985. Com Monica Guerriore, Lorenz Lena. *Erótico*)

02.35 Última Edição

▼ TVI

08.30 Animação

11.40 Top Rock

12.20 «Big Brother»

13.00 TVI Jornal

13.30 Contra-Ataque

14.30 4ª. A Fundo

14.45 «O Culto do Amor» (de Timothy Bond, EUA/1998, com Kelly Rowan, Nick Mancuso. *Policial*)

16.45 Pensacola I (Estreia)

17.45 «Sem Nada a Temer» (de Serge Rodninsky, EUA/1999, com Eric Roberts, Gerald I. Wolff. *Ação*)

20.00 Jornal Nacional

20.50 Jardins Proibidos

22.10 Bora Lá Marina

22.50 Lux

23.45 «Uma Prova de Fogo» (de Masato Harada, EUA/1998, com Colin Ferguson, Leslie Hope. *Desporto*)

01.45 «2168 - Perigo no Espaço» (de Ron Silver, EUA/1993, com Robert Loggia, Adam Storke. *Ficção Científica*)

Sábado, 23

▼ RTP 1

07.00 Jogos Olímpicos
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Jogos Olímpicos
14.20 Top +
15.45 Destinos de Sofa
16.45 «Três Homens e uma Menina» (*Three Men and a Little Girl*, de Emile Andolini, EUA/1990, com Tom Selleck, Steve Gutenberg, Ted Danson. *Comédia*)
18.55 Automobilismo: G.P.EUA (Treinos)
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Gil Vicente-Sporting
23.00 Jogos Olímpicos
23.20 Santa Casa
00.10 24 Horas
00.30 Jogos Olímpicos (inclui Maratona Feminina)



O escritor egípcio
Naguib Mahfouz (Prémio Nobel 1988) em
«Artes e Letras» (RTP 2,
domingo)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Desporto
19.10 «Gérard, O Fotógrafo» (Documentário)
20.00 «Causas Proibidas» (*Choices of the Heart: Margaret Sanger Story*, de Paul Shapiro, EUA/1995, com Dana Delany, Rod Steiger. *Telefilme / Dramático*)
21.30 Magazine 2001
22.00 Jornal 2
22.30 Sim, Sr. Ministro
23.00 Jogos Olímpicos (Maratona Feminina)
24.00 Lies Spiee and The Olympics
01.00 «O Ciclone» (*H Ciclone*, de Leonardo Pieraccioni, It./1996, com Leonardo Pieraccioni, Lorena Forteza. *Comédia*)

▼ SIC

07.30 Zip Zap

12.00 Muita Lóco

13.00 Primeiro Jornal

14.00 O Maior Cabaret do Mundo (último programa)

15.10 Xena, A Princesa Guerreira

16.00 «Fluke» (de Carlo Carlei, EUA/1995, com Matthew Modine, Nancy Travis. *Fantasia*)

18.00 Malhação

19.00 Uga Uga

20.00 Jornal da Noite

21.00 O Cravo e a Rosa

22.00 Mundo VIP

22.30 Herman Sic

00.20 Último Jornal

00.40 «Inflamável» (de Peter Werner, EUA/1995, com Marg Helgenberg, Kris Kristofferson. *Drama*)

▼ TVI

08.30 Animação

11.40 Top Rock

12.20 «Big Brother»

13.00 TVI Jornal

13.30 Contra-Ataque

14.30 4ª. A Fundo

14.45 «O Culto do Amor» (de Timothy Bond, EUA/1998, com Kelly Rowan, Nick Mancuso. *Policial*)

16.45 Pensacola I (Estreia)

17.45 «Sem Nada a Temer» (de Serge Rodninsky, EUA/1999, com Eric Roberts, Gerald I. Wolff. *Ação*)

20.00 Jornal Nacional

20.50 Jardins Proibidos

22.10 Bora Lá Marina

22.50 Lux

23.45 «Uma Prova de Fogo» (de Masato Harada, EUA/1998, com Colin Ferguson, Leslie Hope. *Desporto*)

01.45 «2168 - Perigo no Espaço» (de Ron Silver, EUA/1993, com Robert Loggia, Adam Storke. *Ficção Científica*)



Domingo, 24

- ▶ RTP1**
 07.00 Jogos Olímpicos
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Jogos Olímpicos
 14.20 Made in Portugal
 15.30 Tesouros de Damasco
 16.20 Animais em Grande Plano
 17.10 As Filhas do Marajá
 18.45 Automobilismo: G.P. EUA
 20.50 Telejornal
 22.00 Domingo Desportivo
 23.15 Os Imparáveis
 24.00 24 Horas
 00.20 Jogos Olímpicos

- ▶ RTP2**
 07.00 Euronews
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.20 Sobrevivência
 12.20 Quem sai nos seus
 13.00 Mulheres no Podium
 14.00 Desporto (inclui Jogos Olímpicos)
 19.00 Memórias do Vale
 19.45 Onda Curta
 20.30 Artes e Letras: «Naguib Mahfouz»
 21.30 Horizontes da Memória
 22.00 Jornal 2
 23.00 Travessa do Cotovelo (nova série)
 24.00 Faenas
 00.30 Artes de Palco - Teatro: «O Pai» (de August Strindberg, com Vítor Norte,

Segunda, 25

- ▶ RTP1**
 07.00 Jogos Olímpicos
 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Jogos Olímpicos
 14.20 A Mentira
 15.15 Rosalinda (Estreia)
 16.00 Roseira Brava
 17.15 Sozinhos em Casa
 17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
 18.45 Regiões
 19.30 Jogos Olímpicos
 20.00 Telejornal
 21.10 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 22.00 Jogo Falado
 23.00 Serviço de Urgência
 23.30 24 Horas
 24.00 Jogos Olímpicos

- ▶ RTP2**
 07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 11.30: Os Principais; às 12.30: Euronews)
 14.30 Jogos Olímpicos
 19.00 Ilhas de Bruma
 19.30 Informação Religiosa
 20.00 Universidade Aberta
 21.00 Rotações
 21.30 Bombordo
 22.00 Jornal 2
 23.00 Acontece
 23.30 «O Submarino Amarelo» (Yellow Submarine, de George Dunning, Gr.Br./1968, vozes de Paul McCartney, John Lennon,

Terça, 26

- ▶ RTP1**
 07.00 Jogos Olímpicos
 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Jogos Olímpicos
 14.20 A Mentira
 15.15 Rosalinda
 16.00 Roseira Brava
 17.15 Sozinhos em Casa
 17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
 18.45 Regiões
 19.30 Jogos Olímpicos
 20.00 Telejornal
 21.10 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?



Porto-Ovarense, frente à frente na RTP 2 (sexta-feira)

- 21.55 Mãos à Obra
 22.50 Futebol: Liga dos Campeões (Resumos)
 23.30 24 Horas
 24.00 Jogos Olímpicos

- ▶ RTP2**
 07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 11.30: Os Principais; às 12.30: Euronews)
 14.30 Jogos Olímpicos
 19.00 Ilhas de Bruma
 19.30 Informação Religiosa
 20.10 Os Simpsons
 20.25 Cidade Louca
 21.00 O Lugar da História
 22.00 Jornal 2
 23.00 Acontece
 23.30 «A Escola dos Amantes» (Cosi, de Mark Joffe, Austrália/1997, com Ben Mendelson, Barry Otto, Comédia)
 01.25 S.O.S. Planeta Terra

- ▶ SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 História de Amor
 15.00 Fátima Lopes
 17.00 Mulher
 18.00 Malhação
 19.00 Uga Uga
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 A Febre do Dinheiro
 21.30 Laços de Família / Aquarela Brasileira
 23.30 Sai de Baixo
 01.10 Último Jornal
 01.30 «Um Agente Muito Secreto» (de John Mursowski, EUA/1905, com Hulk Hogan, Lesley-Ann Down, Comédia / Acção)
 03.30 Toda a Verdade: A História do Beijo

- ▶ TVI**
 08.30 Animação
 11.30 Dinheiro à Vista
 12.10 «Big Brother»
 13.00 TVI Jornal
 14.00 O Direito de Nascer
 15.00 «Big Brother»
 15.15 Batatoon
 18.00 Asas nos Pés
 19.00 «Big Brother»
 19.15 Dinheiro à Vista
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 «Big Brother»
 21.30 «Big Brother» em directo
 23.30 Os Homens do Presidente
 00.30 Última Edição
 01.20 Seinfeld

- ▶ TVI**
 08.30 Animação
 11.30 Dinheiro à Vista
 12.10 «Big Brother»
 13.00 TVI Jornal
 14.00 O Direito de Nascer
 15.00 «Big Brother»
 15.15 Batatoon
 18.00 Asas nos Pés
 19.00 «Big Brother»
 19.15 Dinheiro à Vista
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 «Big Brother»
 21.30 Jardins Proibidos
 22.40 Ficheiros Secretos VII
 23.40 Cansa Justa
 00.40 Última Edição
 01.30 Seinfeld
 02.10 Profiler

Quarta, 27

- ▶ RTP1**
 07.00 Jogos Olímpicos
 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Jogos Olímpicos
 14.20 A Mentira
 15.15 Rosalinda
 16.00 Roseira Brava
 17.15 Sozinhos em Casa
 17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
 18.45 Regiões
 19.30 Jogos Olímpicos
 20.00 Telejornal
 21.10 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
 22.00 Futebol: Liga dos Campeões (Resumos)



Porto-Ovarense, frente à frente na RTP 2 (sexta-feira)

- 22.45 «Arizona Júnior» (Raising Arizona, de Ethan e Joel Coen, EUA/1987, com Nicolas Cage, Holly Hunter, William Forsythe, Ver Destaque)
 00.30 24 Horas
 01.00 Jogos Olímpicos

- ▶ RTP2**
 07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 11.30: Os Principais; às 12.30: Euronews)
 14.30 Jogos Olímpicos
 19.00 Ilhas de Bruma
 19.30 Informação Religiosa
 20.10 Os Simpsons
 21.00 Sinais do Tempo / Zoom
 22.00 Jornal 2
 23.00 Acontece
 23.30 Olga Korbut (Documentário)
 24.00 Jogos Olímpicos
 01.05 Ser Ou Não Ser Génio

- ▶ SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 História de Amor
 15.00 Fátima Lopes
 17.00 Mulher
 18.00 Malhação
 19.00 Uga Uga
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 A Febre do Dinheiro
 21.30 Laços de Família / Aquarela Brasileira
 23.30 Sai de Baixo
 01.10 Último Jornal
 01.30 «Um Agente Muito Secreto» (de John Mursowski, EUA/1905, com Hulk Hogan, Lesley-Ann Down, Comédia / Acção)
 03.30 Toda a Verdade: A História do Beijo

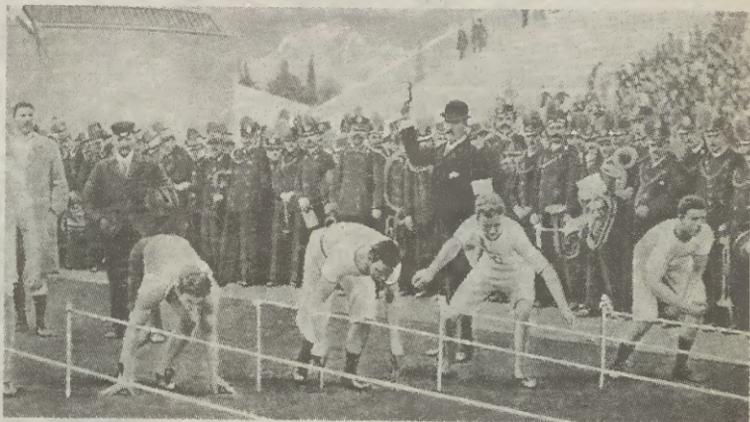
- ▶ TVI**
 08.30 Animação
 11.30 Dinheiro à Vista
 12.10 «Big Brother»
 13.00 TVI Jornal
 14.00 O Direito de Nascer
 15.00 «Big Brother»
 15.15 Batatoon
 18.00 Asas nos Pés
 19.00 «Big Brother»
 19.15 Dinheiro à Vista
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 «Big Brother»
 21.30 Tie Tac Milionário
 23.30 Seinfeld
 00.10 Última Edição
 01.00 «Crime Perfeito» (de Robert Lewis, EUA/1997, com Mitzzy Kapture, Nick Searcy, Policial)

Nota:
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto
 Correia da Fonseca
Dos Jogos... mas não só!

Os Jogos Olímpicos, inevitavelmente: são tema obrigatório para quem queira falar da televisão que nos últimos dias nos vem entrando em casa. E não apenas pelos tempos de emissão e pela presença dominante nos telenoticiários; também por serem a única novidade relevante que este mês de Setembro, em princípio tempo de refrescamento das «grelhas», veio trazer. O que podemos, isso sim, é tentar lançar-lhes um olhar que seja diferente, não pela preocupação

como inevitável, o que obviamente deixa em fanicos o distante mito da lealdade desportiva. Só não se acrescenta que na maioria dos casos, pelo menos quando se trata de modalidades com incidência em interesses comerciais ou na promoção social dos atletas, como motivador remoto do «doping» está o tal dinheiro que a Coubertin motivava um escrupuloso reflexo de afastamento. E o transnacionalismo coubertiniano já nem se mantém como princípio teórico embora



cabotina de não ser como os demais mas sim pelo desejo de não se ficar pela superfície, de entender as coisas para lá da casca, de perceber até que podem ser símbolo de qualquer fenómeno que as ultrapasse. Neste sentido, reparemos na diferença abissal que separa o que os Jogos Olímpicos eram para ser, o que ainda fingem ser, e o que de facto são. Parece claro que no espírito de Pierre Coubertin, que era barão sem que isso seja caso para que lho levemos a mal, os Jogos eram uma consagração no plano das actividades físicas, da dignidade do corpo (o que no tempo ainda arrastava um travo de polémica com os pesados preconceitos angelistas legados pelo passado), do princípio da fraternidade universal que apenas cerca de um século antes a Revolução Francesa trouxera aos homens. Porque Coubertin era quem era, é claro que tudo isto vinha marcado por entendimentos decorrentes da classe a que pertencia: por exemplo, a actividade desportiva era coisa de cavalheiros, de «gentlemen». Por isso mesmo, os Jogos haviam de ser coisa de puros amadores, afastados dessa vertente então fundamental como aliás sempre, o dinheiro, ainda marcada por algum preconceito pelo «beautiful people» do tempo.

Em todo o seu esplendor

Nada disto é novidade, já se sabia disto tudo há muito tempo, mas às vezes convém lembrar o que já se sabe para perceber bem o que se vê. Neste caso, o que se vê são uns Jogos Olímpicos onde o dinheiro é tudo e o resto mero pretexto. Em cada momento esbarramos com publicidade de multinacionais, isto é, dos grandes grupos financeiros que ocuparam os Jogos de uma ponta à outra, um pouco como um exército de ocupação está omnipresente em território conquistado. O amadorismo é uma espécie de estória ingénua em que já ninguém acredita e, pior ainda, é tomada como uma parvoeira ridícula, salvo hipocrisias de circunstância. O «doping» é uma realidade constantemente admitida

desrespeitado: as bandeiras, os hinos, as falanges de apoio, as classificações por países, deram cabo dele irremediavelmente. Para reforçar e coroar tudo isto, a espectacular cerimónia da abertura dos Jogos foi realizada à noite. O que é como quem diz: no horário conveniente para que as grandes cadeias de televisão do hemisfério norte pudessem transmiti-la em directo para os seus muitos milhões de telespectadores. Em verdade, os Jogos Olímpicos de Sydney, os últimos do século XX, são uma expressão do negociocismo transnacional imperialista em todo o seu esplendor. Posto isto, é claro que podemos ver a sua cobertura televisiva com todo o agrado que nos couber. Mas sem que nos comam por parvos. Para além da transmissão dos Jogos, porém, a coisa continua muito ingrata para quem tenha a veleidade de ver TV portuguesa escapando aos concursos que «fazem milionários», aos «Big's», às telenovelas (nem todas medíocres, atenção!), à música de repiupum. Durante o fim-de-semana, por mim não consegui melhor que o quase sempre interessante «Onda Curta», transmitido ao fim das tardes dos domingos. Desta vez foi uma curta-metragem de Andrei Tartovski, o cineasta soviético que saiu da URSS poucos anos antes de morrer de cancro no Ocidente que, naturalmente, muito embaixador com a sua vinda. Era uma das suas primeiras obras, intitulava-se «O cilindro e o violino», e na sua brevidade encerrava muitas pistas fecundas e a beleza formal típica do cineasta. Uma delas era a abordagem de uma espécie de comunhão entre o trabalho operário e a emoção que a arte suscita, isto no plano da reciprocidade. Outra era o apontar para significativas diferenças de níveis de vida na sociedade soviética dos anos 80. Havia mais, mas só me resta o espaço para registar que foi lindo e proveitoso de olhar. Que soube a pouco. E que, graças aos critérios da RTP, decerto quase foram raros os que viram o filme.



Fotografia da série «Espant'Homens», 1996-97 - Documentário sobre Gérard Castello Lopes (RTP 2, sábado)

Isabel Medina, António Cordeiro, Carlos Santos, Luís de Castro e Helena Montez. Cenografia: Maria João Silveira Ramos. Realização: Luís Filipe Costa

- ▶ SIC**
 07.30 Zip Zap
 12.00 BBC Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Big Show SIC
 18.00 «Jumanji» (de Joe Johnston, EUA/1995, com Robin Williams, Bonnie Hunt, Fantasia / Aventuras)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 O Cravo e a Rosa
 22.45 A Febre do Dinheiro
 00.45 Último Jornal
 01.05 «Os Comandos da Morte» (de Ted Kotcheff, EUA/1983, com Gene Hackman, Robert Stack, Acção / Guerra)

- ▶ TVI**
 08.30 Animação
 11.00 Espaço Religioso
 11.10 Missa
 13.00 TVI Jornal
 13.25 Portugal Português (Póvoa do Varzim)
 14.15 Caras Lindas
 15.50 «Mais Porto do Coração» (de John Deluise, EUA/1999, com Peter Deluise, Victoria Glyen, Drama)
 18.00 «O Ídolo Perfeito» (de Mark Rosman, EUA/1999, com Maggie Lawson, Kathie Lee Gifford, Drama)
 20.00 Jornal Nacional
 20.50 Jardins Proibidos
 22.00 «Big Brother»
 23.20 «Big Brother» (directo)
 23.00 «Missão Impossível» (Mission: Impossible, de Brian de Palma, EUA/1996, com Tom Cruise, Jon Voight, Emmanuelle Beart, Espionagem)
 01.25 «Salvar a Pele» (de Douglas Jackson, EUA/1994, com Nancy McKeon, Stephen Shellen, Policial)

George Harrison, Ringo Star. Ver Destaque)
 01.05 Trinity

- ▶ SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 História de Amor
 15.00 Fátima Lopes
 17.00 Mulher
 18.00 Malhação
 19.00 Uga Uga
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 A Febre do Dinheiro
 21.30 Laços de Família / Aquarela Brasileira
 22.30 Roda dos Milhões
 00.40 Sai de Baixo
 01.20 Último Jornal
 01.40 «O Silêncio dos Inocentes» (Silence of the Lambs, de Jonathan Demme, EUA/1991, com Jodie Foster, Anthony Hopkins, Ver Destaque)

- ▶ TVI**
 08.30 Animação
 11.30 Dinheiro à Vista
 12.10 «Big Brother»
 13.00 TVI Jornal
 14.00 O Direito de Nascer
 15.00 «Big Brother»
 15.15 Batatoon
 18.00 Asas nos Pés
 19.00 «Big Brother»
 19.15 Dinheiro à Vista
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 «Big Brother»
 21.30 Jardins Proibidos
 22.40 Ficheiros Secretos VII
 23.40 Cansa Justa
 00.40 Última Edição
 01.30 Seinfeld
 02.10 Profiler

A talhe de foice

• Henrique Custódio

«Educadores» e milagreiros

Na segunda-feira passada, um cinéfilo distraído que folheasse o **Público** ou o **Diário de Notícias** tropeçaria necessariamente no destaque dado a uma figura cuja fotografia, no primeiro caso, pontificava em duas suculentas páginas e, no segundo, chegava ao cúmulo de protagonizar o exclusivo de uma entrevista a três páginas.

Distraído como estava, o nosso cinéfilo perguntar-se-ia: **Mas o Cantinflas não morreu?!...** Morreu, sim senhor. Em 1993 e já com 82 anos. Apesar da semelhança física, quem ali estava não era a avantesma do Cantinflas mas a ressurreição de outro comediante: Arnaldo Matos de seu nome e «Grande Educador da Classe Operária» por alcunha artística, nos idos de uma carreira de político circense consumada e sumida nos dois lustres que, respectivamente, antecederam e procederam o 25 de Abril.

Que fez Arnaldo Matos para merecer cinco-páginas-cinco nos dois principais diários nacionais?!...

Nada, a não ser o seguinte: com mais três almas, fundou há 30 anos o MRPP («Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado», pois então!), um grupelho pseudo-esquerdista nascido no meio universitário alfacinha com o objectivo confesso de combater o PCP – em nome do «verdadeiro comunismo», tá bem de ver –, papel que denodadamente desempenhou nos últimos anos do fascismo e nos primeiros da Revolução, para gáudio e proveito tanto do fascismo como da contra-revolução emergente.

Hoje – e à semelhança da generalidade dos seus antigos «camaradas» – Arnaldo está bem instalado na vida e faz a sua «revolução proletária» num próspero escritório de advogados onde, segundo o próprio, «trabalha muito e vive bem».

O mesmo poderiam dizer Durão Barroso ou Fernando Rosas, José Lamego ou Maria João Rodrigues, para só falarmos de alguns conhecidos «revolucionários» que seguiram este «Grande Educador» tanto no «marxismo-leninismo» puro e duro como nas molezas que o sucesso burguês proporciona.

Quanto ao que Arnaldo Matos diz agora em cinco páginas dificilmente constitui matéria para cinco linhas de comentário, o que não deixa de configurar uma interessante coerência: na verdade, o que este «Grande Educador da Classe Operária» disse e fez em 10 anos de «revolucionário profissional» também não chega para animar 10 minutos de conversa – mesmo fiada.

Portanto, sem comentários, aqui vão algumas linhas do que já se sabia e Arnaldo Matos confirmou:

«Sempre defendemos a luta armada.» E o MRPP colocou bombas? «Não.» «Enquanto o PCP esperava que um golpe militar lhe trouxesse o poder (...) o MRPP perguntava “qual o caminho?”» Os «MRPP's nunca foram presos pela PIDE porque «estávamos bem organizados». «A criação de uma estrutura paralela à CGTP-Intersindical – a UGT – é feita por quadros do MRPP.» «Tenho [por Sá Carneiro] uma enorme consideração e respeito.» «Para renovar o PCP mais vale passar directamente para o PS e para o PSD, como fizeram Piná Moura e Zita Seabra.»

Depois disto, resta uma perplexidade: por que diabo dois grandes jornais gastaram cinco páginas com uma coisa destas?

Só se foi para justificar títulos como o que o DN colocou na primeira página citando o «Educador» e dizendo, a propósito do próximo Congresso do Partido: «PCP faz missa por alma de defunto».

Se assim foi, temos aqui um milagre: mesmo defunto, o MRPP continua a cumprir a sua missão anticomunista.

E o milagreiro é o **Diário de Notícias**.

Mobilização apontada para 7 de Outubro CGTP dinamiza acção

As estruturas do movimento sindical unitário retomam o calendário de lutas e iniciativas, destacando-se a realização de plenários em empresas, o aniversário da CGTP e a Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência.

Ponto central nas reuniões e plenários sindicais – como o que decorreu na Praça do Comércio, dia 14, reunindo sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores do distrito de Lisboa, ou como a reunião de sindicalistas do comércio e serviços, anteontem, em Coimbra, ou ainda a reunião nacional da Federação da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo, na semana passada – é o desenvolvimento da acção reivindicativa.

«Temos que interiorizar nos trabalhadores o direito a viver melhor, a ter melhores

salários e melhor emprego», defendeu Carvalho da Silva na tribuna pública promovida pela União dos Sindicatos de

A CGTP-IN continua fortemente empenhada na unidade e mobilização dos trabalhadores

Lisboa e a coordenadora das CTs (CIL). Os cerca de 200 participantes na iniciativa reafirmaram o apoio às reivindicações da CGTP para 2001, nomeadamente quanto a uma actualização salarial de 5,5 por cento (que pode

variar a nível de sectores e empresas), um aumento mínimo de seis contos por trabalhador e a fixação do salário mínimo nacional em 69 800 escudos, a redução do horário de trabalho para 35 horas

semanais e a consagração de 25 dias de férias.

A resolução aprovada valoriza a participação dos trabalhadores do distrito nas acções realizadas em 2000 – manifestações de 23 de Março, do 1.º de Maio e de 19 de Junho (no Porto), bem como «as inúmeras lutas» na Administração Pública central e local e em empresas públicas e privadas, que fizeram dos meses decorridos «um dos períodos mais marcantes da actividade sindical» nos últimos anos.

Outra política

No documento salienta-se que «não basta fazer remodelações do Governo, substituindo alguns ministros e secretários de Estado, para continuar tudo como dantes, no que concerne à linha política». Sublinhando que a linha «de baixos salários,

emprego precário e desqualificado e fraco investimento tecnológico é incompatível com um modelo sustentado de crescimento e desenvolvimento», os representantes de trabalhadores de Lisboa afirmaram a sua disposição de «perseguir a luta pela implementação de uma nova política económica, que dignifique o trabalho, melhore os salários e as pensões e combata as desigualdades».

Ficou decidido realizar plenários na maior número de empresas, para dinamizar a acção reivindicativa e apresentar propostas específicas às entidades patronais.

Duas datas ficaram realçadas na agenda sindical: **dia 30**, em Almada, o ponto alto das comemorações dos 30 anos da CGTP, e **dia 7 de Outubro**, quando se realiza a jornada portuguesa da Marcha Mundial contra a Pobreza e a Violência sobre as Mulheres.

Com a ministra da Igualdade caiu a máscara da demagogia

«Ao extinguir o cargo de ministra para a Igualdade, o Governo deixa cair a máscara», comenta a Organização das Mulheres Comunistas.

Num comunicado que divulgou segunda-feira, a OMC cita a Lei Orgânica do Governo para lembrar que, «após as eleições legislativas de 1999, aquando da criação do cargo de ministra para a Igualdade, o Partido Socialista relacionou-o com “o seu compromisso de valorizar a política de igualdade, entre mulheres e homens, a qual se define como uma política

transversal no programa do Governo”».

Na altura, a organização das mulheres do PCP considerou que «a criação desta figura sem meios de intervenção e a manutenção de opções políticas neoliberais nas questões essenciais» eram factos que indicavam «que o PS se preparava para continuar a fazer demagogia à custa dos legítimos anseios da participação das mulheres em igualdade em todas as esferas da sociedade e do cumprimento dos seus direitos no mundo do trabalho» e que, «em tal contex-

to, nenhuma ministra ou Ministério poderia ter êxito na sua acção».

Afinal agrava-se

Na remodelação anunciada agora, que extingue o cargo, «o Governo deixa cair a máscara usada desde 1995, máscara que bem lhe serviu para a Presidência Portuguesa da União Europeia», acusam as comunistas, salientando que, «entretanto, a vida confirma que se acentuam as discriminações das

mulheres, atravessando os diversos estratos sociais, com consequências mais gravosas nas camadas mais desfavorecidas da população».

A Organização das Mulheres Comunistas considera que «sem uma política de esquerda que enfrente os problemas nacionais não será possível dar resposta às várias formas e níveis de discriminação a que as mulheres estão sujeitas» e que «este Governo deveria respeitar os compromissos assumidos, de diálogo com as organizações de mulheres e o reconhecimento do seu papel, bem como o da secção das ONG's do Conselho Consultivo da CIDM».

Para as mulheres do PCP «é essencial que as organizações de mulheres e as mulheres em geral reforcem a sua luta em defesa dos seus direitos específicos, combatam as políticas de direita do Governo do PS e intervenham mais activamente por uma mudança de comportamentos e de atitudes de mulheres e homens face às questões da igualdade». É, ainda, «indispensável que as mulheres reforcem o seu apoio e participação activa no movimento feminino e nas organizações sociais que combatem as desigualdades e discriminações sexistas a que continuam sujeitas no mundo do trabalho e na sociedade em geral», conclui o comunicado.

Eleitoralismo desregrado na Instaladora de Odivelas

O PS e o presidente da Comissão Instaladora do Município de Odivelas não conseguem resistir à tentação de misturar a condição de candidato à presidência da Câmara com o cargo para que Manuel Vargues foi nomeado pelo Governo – acusam os vogais da CDU, que anteontem protestaram, mais uma vez, contra a discriminação de que foram

alvo no boletim informativo municipal.

Num protesto subscrito por **Francisco Pereira**, os vogais da CDU apontam um rol de casos em que as iniciativas dos seus pelouros foram apagadas, escondidas ou até associadas a outros pelouros, «com o intuito claro de ocultar o trabalho e a dinâmica» da coligação PCP-PEV, nomeadamente nas áreas do

Ambiente e das Obras Municipais. Houve notícias que foram recusadas, com o argumento de que atrasariam a edição, mas nesta são tratadas iniciativas que decorreram posteriormente.

«A Comissão Instaladora não pode ser usada como comissão eleitoral, nem o seu boletim informativo como boletim de candidaturas», exige a CDU, denunciando ainda o aproveitamento político da questão de **Timor**. «Afinal, quem apoia quem?», pergunta Francisco Pereira, face à desproporção entre o apoio efectivo ao povo de Timor-Leste e a propaganda municipal», na qual predomina a imagem do presidente-candidato, que até foi impressa nos convites para a missa pascal celebrada na Pontinha por Ximenes Belo.

Bronze em Sydney

O judoca português Nuno Delgado conquistou a medalha de bronze na categoria de -81 quilos, na terça-feira, nos Jogos Olímpicos de Sydney. Afastado das finais pelo sul-coreano In-Chui-Soi, Nuno Delgado alcançou o terceiro lugar da competição ao derrotar o uruguaio Álvaro Paseyro.

O atleta de 24 anos dedicou a medalha a «todo o judo nacional», homenageando a modalidade e os judocas portugueses. Esta é a 16.ª medalha conquistada por desportistas portugueses em Jogos Olímpicos.

